

Cadernos de Estudos

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

NÚMERO 15

ISSN 1808-0758

A VIABILIDADE DE SE ERRADICAR A POBREZA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E METODOLÓGICA

**Juan Carlos Feres
Pablo Villatoro**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica

**JUAN CARLOS FERES
PABLO VILLATORO**

Brasília, 2013

Presidenta da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Secretário Executivo Interino
Marcelo Cardona

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo de Martino Jannuzzi

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Arnoldo Anacleto de Campos

Secretário Nacional de Renda de Cidadania
Luis Henrique da Silva de Paiva

Secretária Nacional de Assistência Social
Denise Colin

Secretário Extraordinário de Superação da Extrema Pobreza
Tiago Falcão

Expediente: Esta é uma publicação técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Paulo de Martino Jannuzzi;
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO: Alexandro Rodrigues Pinto; DIRETOR
DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO: Marconi Fernandes de Sousa; DIRETOR
DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Caio Nakashima; DIRETORA DO
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO: Patricia Augusta Ferreira Vilas Boas.

Cadernos de Estudos

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

NÚMERO 15

ISSN 1808-0758

A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica

**JUAN CARLOS FERES
PABLO VILLATORO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

© **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Esta é uma publicação técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Este documento corresponde à tradução do texto *La viabilidad de erradicar la pobreza: Un examen conceptual y metodológico*, publicado pela CEPAL, e elaborado por Juan Carlos Feres e Pablo Villatoro, no marco do Convênio entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Comissão para América Latina e Caribe, no âmbito do Plano de Superação da Extrema Pobreza - Brasil.

Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 15 (2013)- .
Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005- .
88 p. ; 28 cm.

ISSN 1808-0758

1. Desenvolvimento social, Brasil. 2. Políticas públicas, Brasil. 3. Erradicação da pobreza, análise conceitual, análise metodológica, América Latina. I. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. II. Feres, Juan Carlos. III. Villatoro, Pablo.

CDU 304(81)
CDD 330.981

Tiragem: 8.000 exemplares

Coordenação Editorial: Kátia Ozório

Equipe de apoio Coordenação Geral de Publicações Técnicas: Tatiane Dias, Romário de Roma Silva, Victor Gomes de Lima, Jonathan Fernandes, Valéria Brito e Roberta Cortizo.

Diagramação: Tarcísio Pinto

Bibliotecária: Tatiane Dias

Impressão: Gráfica Brasil

Tradução: Arabera Traduções

Revisão: Joana Nemoto , Paula Montagner e Paulo Jannuzzi

Outubro de 2013

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Esplanada dos Ministérios Bloco A, 3º andar, Sala 340
CEP: 70.054-906 Brasília DF – Telefones (61) 3433-1501
<http://www.mds.gov.br>

Central de Relacionamento do MDS: 0800-707-2003

Solicite exemplares desta publicação pelo e-mail: sagi.dfd@mds.gov.br

APRESENTAÇÃO

Diversos estudos e pesquisas, elaborados por universidades, centros de pesquisas e organismos internacionais tem apontado avanços sociais significativos no Brasil ao longo dos últimos vinte anos e, particularmente, desde 2003.

Em que pesem os avanços em múltiplas dimensões sociais - educação, saúde, trabalho, desigualdade e pobreza- o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 apontou a existência de pouco mais de 16 milhões em situação de extrema pobreza no Brasil, metade no campo, outra parte nas cidades, especialmente nas grandes e metrópoles.

Reconhecendo a necessidade de enfrentar esse passivo social, o Governo Brasileiro, com a coordenação do MDS e participação de mais de dez ministérios, estruturou em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria, articulando ações e programas em frentes de Garantia de Renda, Acesso a Serviços e Inclusão Produtiva.

Desde então, diversas iniciativas nesses três eixos vêm sendo implementadas no país, produzindo mudanças em vários aspectos da realidade social brasileira que precisam ser acompanhados e avaliados.

E é nesse momento oportuno de medir os avanços e avaliar a estratégia adotada que este estudo sobre aspectos conceituais e metodológicos sobre a pobreza vem a público na nossa série Cadernos de Estudos.

Fruto do acordo de cooperação técnica com a Cepal, IBGE e IPEA, firmado logo no início do Plano, este trabalho traz importante contribuição instrumental ao MDS, gestores de programas sociais, pesquisadores da temática, jornalistas e sociedade em geral, ao discutir os diferentes conceitos e indicadores de pobreza usados internacionalmente, a partir de ampla revisão bibliográfica na América Latina, Estados Unidos e Europa.

Como demonstram os autores, dois renomados especialistas na temática, com contribuições reconhecidas no Brasil e exterior, pobreza pode ser tratada conceitual e metodologicamente segundo diversas perspectivas. Pobreza como insuficiência de consumo de alimentos e serviços, como não disponibilidade de renda monetária, como dificuldade ou não acesso a bens e serviços tidos como essenciais, como uma combinação de privações a direitos sociais e oportunidades são algumas das perspectivas conceituais discutidas no texto.

Ademais da adoção por uma ou outra abordagem conceitual sobre o fenômeno da pobreza e da medida associada para seu dimensionamento, os autores discutem as

dificuldades metodológicas inerentes à computação dos indicadores, decorrentes das dificuldades do levantamento das informações sobre rendimentos e de outras dimensões de condições de vida nas pesquisas amostrais. A complexidade da coleta de dados em contextos de grande mobilidade populacional, a natureza transversal ou longitudinal da pesquisa, as recusas e não-respostas aos questionários, a subdeclaração de fontes de rendimentos, a volatilidade da renda introduzem vieses que podem afetar de forma significativa as estimativas de pobreza e extrema pobreza, sub ou sobre-dimensionando o fenômeno.

São reveladores desse quadro complexo, como bem o demonstram os autores ao longo do texto, a diversidade de pontos de vista e a riqueza das discussões travadas na comunidade acadêmica internacional e nos círculos governamentais sobre a magnitude da pobreza, sobre os arquétipos de pobreza (pobreza transitória, pobreza crônica, pobreza recorrente, etc) e sobre a efetividade dos Sistemas de Proteção Social e programas de transferência de renda na mitigação das situações de vulnerabilidade social encontrados.

Neste sentido, o texto sugere que não há uma abordagem ou medida necessariamente melhor, mais válida ou consensualmente reconhecida como mais legítima para dimensionar o fenômeno ou avaliar a meta de ações ou planos de superação da pobreza. As abordagens conceituais e metodológicas são complementares, cada uma com seus aspectos meritórios e também suas lacunas e limitações. Naturalmente, cada modo de definir e medir a pobreza depende das soluções de políticas e programas específicas, mais abrangentes ou mais específicas.

Os autores trazem, pois, reflexões importantes para aprofundar o entendimento e debate público no Brasil sobre a complexidade do dimensionamento da pobreza e da avaliação dos efeitos das ações e programas desencadeados para sua superação. Considerando a diversidade de pesquisas sociais, registros administrativos, cadastros públicos e dados de acompanhamento de programas disponíveis, bem como a existência de extensa comunidade de pesquisadores e especialistas na temática no Brasil, este debate tende a se reproduzir de forma intensa no país.

Esta publicação certamente se presta a qualificar essa discussão, revelando a complexidade intrínseca dos conceitos e técnicas envolvidas.

Boa leitura!

Paulo Jannuzzi
Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

SUMÁRIO

RESUMO 9

I. INTRODUÇÃO 10

II. SIGNIFICADO E ALCANCE DA NOÇÃO DE “ERRADICAÇÃO DA POBREZA” 11

III. A CAPACIDADE DE DIFERENTES ENFOQUES PARA MEDIR A ERRADICAÇÃO DA POBREZA 17

A. Abordagem da pobreza absoluta 18

1. A experiência do Banco Mundial 18
2. A experiência dos Estados Unidos 22

B. Abordagem da pobreza relativa 25

1. A experiência da União Europeia 26

C. Pobreza multidimensional 30

1. O método bidimensional na América Latina 32
2. O índice de pobreza multidimensional PNUD/OPHI 34
3. O indicador multidimensional de pobreza/exclusão da União Europeia 38

D. Abordagens dinâmicas da pobreza 40

1. Enfoque de componentes 41
2. Enfoque de episódios de pobreza 43
3. Evidência empírica sobre a pobreza no tempo e algumas implicações 45

IV. ASPECTOS METODOLÓGICOS 50

A. Erros conceituais de medição 50

B. Erros de estimativa: subcobertura e sem resposta 53

C. Erros de resposta 59

1. O problema da sub-declaração 63

V. CONSIDERAÇÃO FINAIS 69

Bibliografia 72

Série Estudos estatísticos e prospectivos: números publicados 88

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1	30 PAÍSES: EVOLUÇÃO DA POBREZA MEDIDA ATRAVÉS DO INDICADOR DE US\$ 1.25 PPA DO BANCO MUNDIAL, 1986-2009 21
QUADRO 2	INDICADORES PRIMÁRIOS DE POBREZA NO PORTFÓLIO DE LAEKEN, VERSÃO 2006 27
QUADRO 3	UNIÃO EUROPEIA (32 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA TAXA DE BAIXA RENDA, 2000-2009 30
QUADRO 4	TIPOLOGIA DA POBREZA BASEADA NO FOCO BIDIMENSIONAL 33

QUADRO 5	TIPOLOGIA DA POBREZA BASEADA NO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DO MÉXICO 34
QUADRO 6	DIMENSÕES, INDICADORES, PONTOS DE CORTE E PESOS NO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PNUD/OPHI 35
QUADRO 7	AMÉRICA LATINA E EUROPA ORIENTAL (17 PAÍSES): PREVALÊNCIA DA POBREZA SEGUNDO O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL. (IPM) PNUD/OPHI E OUTROS INDICADORES, 2001-2006 36
QUADRO 8	UNIÃO EUROPEIA (14 PAÍSES): PERFIS DE POBREZA NO TEMPO POR PAÍSES 46
QUADRO 9	17 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: PERSISTÊNCIA DA POBREZA EM DIFERENTES ESTUDOS LONGITUDINAIS 46
QUADRO 10	TAXAS DE ATRITO EM DIFERENTES ESTUDOS LONGITUDINAIS 55
QUADRO 11	DIFERENTES TIPOS DE NÃO RESPOSTA, CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO 56
QUADRO 12	ITÁLIA: ÍNDICE DE CONFIABILIDADE DE HEISE PARA INDICADORES MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS DE CONDIÇÕES DE VIDA, 1995-1998-2000 62
QUADRO 13	ESTADOS UNIDOS: TAXAS DO RELATÓRIO DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS EM DIFERENTES PESQUISAS EM LARES NOS ESTADOS UNIDOS, 1967-2007 65
QUADRO 14	ESTADOS UNIDOS: TAXAS DO RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESQUISA NOS LARES 1967-2007 66
QUADRO 15	CHILE: RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIAS ASSISTENCIAIS NA PESQUISA CASEN, 2003-2009 66
QUADRO 16	CHILE: RELATÓRIO DE DIFERENTES FLUXOS DE RENDA NA PESQUISA CASEN E CONTAS NACIONAIS, 2003-2009 67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DA POBREZA NOS ESTADOS UNIDOS, 1964-2009 23
GRÁFICO 2	UNIÃO EUROPEIA (27 PAÍSES): TAXA DE RENDA BAIXA (60% DA MÉDIA DE RENDA) E COEFICIENTE GINI, 2003-2008 28
GRÁFICO 3	UNIÃO EUROPEIA (32 PAÍSES): TAXA DE RENDA BAIXA SEGUNDO OS VALORES ILUSTRATIVOS DA LINHA DE POBREZA, 2000-2009 29
GRÁFICO 4	MÉXICO: POBREZA MULTIDIMENSIONAL E VULNERABILIDADE, 2008 37
GRÁFICO 5	UNIÃO EUROPEIA (31 PAÍSES): ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE RISCO DE POBREZA EM 2010 40
GRÁFICO 6	17 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: INCIDÊNCIA DA POBREZA PERSISTENTE NA POBREZA TOTAL, POR QUANTIDADE DE RODADAS E COBERTURA TEMPORAL DOS ESTUDOS 48

RESUMO

Como consequência dos avanços nos últimos anos na redução da pobreza, os governos de alguns países da América Latina tomaram como objetivo erradicar a pobreza em um futuro próximo e definido temporalmente. Por esta razão, neste trabalho, realiza-se uma análise do significado e da viabilidade da meta de erradicação da pobreza, à luz da experiência internacional e dos diferentes focos conceituais vigentes sobre um fenômeno complexo e multifatorial, considerando a aptidão das metodologias em voga, para dar conta desta “supressão” estatística dos pobres. Isso é um marco de uma realidade dinâmica, em que se conjugam esforços institucionais e comportamentos pessoais que podem dificultar a constatação empírica da meta de erradicação da pobreza.

I. INTRODUÇÃO

Como resultado dos avanços na redução da pobreza dos últimos anos, os governos de alguns países da América Latina definiram como objetivo pragmático erradicar a pobreza em um futuro próximo e temporalmente datado. No Brasil, através do Plano “Brasil sem Miséria”, o governo se comprometeu a erradicar a extrema pobreza em 2004, a qual afetava, em 2010, 8,5% da população (16,3 milhões de pessoas¹). Por sua vez, no Chile, o governo assumiu o compromisso de superar a pobreza extrema no ano de 2014², condição que em 2009 afetava 3,7% da população (634.328 pessoas)³.

Isso nos leva a refletir sobre o significado e o alcance do conceito de “erradicação” da pobreza. Isso inclui a discussão de sua viabilidade, levando em consideração as diferentes abordagens conceituais vigentes sobre um fenômeno complexo e multidimensional, e considerando a aptidão das metodologias conhecidas para dar conta desta “eliminação” estatística dos pobres. Tudo isso no marco de uma realidade dinâmica, em que se conjugam esforços institucionais e comportamentos pessoais que podem dificultar a constatação empírica de que este objetivo foi alcançado.

Neste documento pretendemos revisar alguns aspectos vinculados às diferentes facetas desta problemática, com o objetivo de contribuir com uma reflexão que, longe de inibir os esforços conduzidos para superar a pobreza, aporte as referências necessárias para uma avaliação adequada de seus resultados, em especial quando se alcançar o momento em que parecia ser possível visualizar um certo “final” do caminho.

Este documento organiza-se da seguinte forma: primeiramente serão desenvolvidas algumas reflexões gerais com relação ao significado e o alcance da meta de erradicação da pobreza. A seguir será examinada a capacidade para a verificação dessa meta nas diferentes abordagens vigentes para a medição da pobreza, a partir do estudo de experiências internacionais recentes. Logo depois, serão apresentadas e discutidas algumas das dificuldades metodológicas para a verificação empírica da meta de erradicação com base no enfoque monetário, medida de verificação escolhida pelos governos do Chile e do Brasil. Por último, serão apresentadas as considerações finais, derivadas da revisão efetuada.

¹ Estimativa preliminar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base no Censo Demográfico de 2010. Esta estimativa poderá ser corrigida para baixo, com base nos dados da Amostra do Censo Demográfico, que pesquisou aproximadamente 11% dos domicílios brasileiros em 2010, variando de 5% a 50% o número de domicílios pesquisados em cada município, dependendo do tamanho da população em cada município. O questionário da Amostra utilizou um módulo mais completo para medir a renda dos domicílios do que o questionário simplificado do Censo Demográfico.

² PIÑERA, Sebastián (2010).

³ Estimativa do MIDEPLAN (2010). Estas estimativas diferem das realizadas pela CEPAL, entidade que estimou uma taxa de indigência em 3,6% em 2009.

II. SIGNIFICADO E ALCANCE DA NOÇÃO DE “ERRADICAÇÃO DA POBREZA”

Desde o início da década de 1990, as Nações Unidas e as outras agências de cooperação internacional, assim como os diferentes governos de países em via de desenvolvimento, expressaram sua convicção de que a pobreza pode ser erradicada. Esta convicção foi expressa na assinatura de diferentes compromissos internacionais que tendem à erradicação da pobreza (por exemplo, a Reunião de Cúpula do Milênio) e na formulação, nesses países, de estratégias ou planos orientados para que o propósito de erradicação seja alcançado.

Em termos normativos, a meta de erradicação da pobreza está ancorada na abordagem dos direitos humanos. Isso pode ser verificado em diferentes instrumentos assinados pelos países no marco das Nações Unidas, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Reunião de Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (1995) e a Reunião de Cúpula do Desenvolvimento do Milênio (2000). A partir deste enfoque, os pobres são titulares de direitos que devem ser garantidos pelos estados, e a erradicação da pobreza é essencial para o respeito da dignidade humana de todas as pessoas.

Apesar da relevância da meta de erradicação da pobreza, o significado e alcance desta noção tem sido muito pouco analisados. Uma primeira pergunta se refere à *erradicação de qual pobreza*. Isso porque não há uma definição universalmente aceita de pobreza, e inclusive dentro de cada país, cada pesquisador utiliza definições diferentes. Assim, por exemplo, alguns entendem a pobreza como insatisfação das necessidades básicas, enquanto outros a definem como a privação de um padrão de vida socialmente aceitável. Também se afirmou que a pobreza é a falta de capacidades para alcançar desempenho básico, ou o não ter acesso a direitos. De qual destas “pobrezas” estamos falando quando discutimos erradicação da pobreza?

A relatividade do significado da pobreza tem consequências sobre a viabilidade do que se interprete como a sua erradicação. Isso pode ser visto no caso hipotético de um país que consegue com que todos os seus habitantes satisfaçam as necessidades essenciais como se alimentar, se vestir, etc. Neste caso, podem cobrar maior visibilidade os aspectos vinculados à privação relativa, o que pode levar a opinião pública a considerar que a pobreza não tenha sido eliminada. A pobreza é uma construção historicamente determinada, que significa que os padrões sobre o que é a pobreza variarão com o tempo, e implica inclusive que uma verificação dessa meta, fundada em conteúdos claramente definidos e medidos, pode não ser facilmente aceita pela opinião pública.

Por sua vez, na atualidade, há um consenso de que a pobreza é multidimensional. Entretanto, a prática habitual foi a definição de metas de erradicação baseadas ex-

clusivamente em linhas monetárias, o que tem sido justificado por problemas de disponibilidade de informação e principalmente pelas dificuldades para entrar-se em um consenso sobre uma medida multidimensional. Embora estas explicações sejam compreensíveis, a constatação empírica da meta com base em uma medida de renda monetária corre o risco de ser questionada, pela visibilidade persistente de outros aspectos da privação que não tenham sido alterados mediante a entrega de transferências públicas; por exemplo, as pessoas podem contar com rendimentos monetários superiores aos definidos na linha da pobreza, mas continuar experimentando graves privações em seu acesso aos serviços básicos.

A erradicação da pobreza também pode ser considerada desde uma perspectiva dinâmica, que têm impactos conceituais e metodológicos. Os estudos longitudinais evidenciaram uma variabilidade muito maior nas entradas e saídas da pobreza monetária do que sugere a comparação de medições estáticas. Uma fotografia da pobreza pela renda expõe o risco de identificar como pobres os indivíduos que conjunturalmente possuem uma renda baixa, apesar de não ter um padrão de vida precário (como por exemplo, pessoas que perderam transitoriamente seu trabalho) e também pode classificar como não pobres aqueles que eventualmente não possuem uma renda baixa, mas que tem um padrão de vida baixo. Por sua vez, a medição da pobreza intertemporal tem o risco de superestimar as entradas e saídas da pobreza, sobretudo se se baseia numa renda corrente. Assim, para avaliar se a meta foi alcançada, será importante tomar decisões sobre se serão comparadas duas fotos em dois momentos do tempo; ou se será utilizada somente a fotografia final e/ou se utilizarão indicadores da dinâmica da pobreza. E se ficar decidido o uso simultâneo de critérios transversais e longitudinais, a pergunta é sobre a comparação dos resultados obtidos a partir de cada uma dessas aproximações da realidade.

A dinâmica da pobreza pode incidir na viabilidade de reduzir a pobreza a zero não somente pelas flutuações na renda, mas também pela persistência de um grupo de população na pobreza, inclusive nos “bons tempos” econômicos. Já foi dito que a pobreza “crônica” provém de um déficit estrutural de capital (físico, humano, social, etc.), enquanto a pobreza transitória resulta de choques que excedem as capacidades de enfrentamento das famílias, ou de flutuações na renda que não refletem adequadamente o padrão de vida. No entanto os estudos longitudinais mostraram que os pobres crônicos são uma minoria dentro da população que foi pobre em algum momento. É plausível que esta fração de população não seja tão exígua; por exemplo, um estudo baseado no Painel de Dinâmica de Rendimentos (PSID) nos Estados Unidos descobriu que 35% dos indivíduos que viveram um episódio de pobreza foram pobres em pelo menos 5 dos 10 anos subseqüentes a esse episódio. (STEVENS, 1999).

Apesar da noção de pobreza crônica ter sido amplamente usada nos estudos sobre a privação, não se refletiu em profundidade sobre seu significado e implicações para um objetivo de erradicação da pobreza. Aqui estamos diante de um conceito prove-

niente do âmbito da saúde. Neste campo, uma doença crônica é de longa duração e sua cura não está prevista, o que indica que as doenças crônicas podem ser tratadas, mas em geral não podem ser curadas. Estas patologias podem ter longos períodos de latência, e por isso são diferenciadas das doenças recorrentes, onde os pacientes sofrem várias recaídas. Além disso, os sintomas das doenças crônicas podem ser menos severos que os das agudas¹. Assim, na saúde, a condição de cronicidade se caracteriza em três aspectos relacionados: 1) permanência no tempo, 2) modo de apresentação dos sintomas (severidade, recorrência e latência) e 3) probabilidade de remissão. Por sua vez, no âmbito da pobreza, a cronicidade é definida e medida em termos da recorrência dos episódios de pobreza, ou como uma média intertemporal de ingressos, como aproximação ao padrão de vida permanente.

Se são aceitos os critérios prevalentes na saúde, a caracterização da pobreza persistente como crônica é incompleta. As diferenças entre uma e outra abordagem são evidentes: por exemplo, habitualmente se assume que a persistência da pobreza, por seus efeitos acumulativos, é pior para o bem-estar, o que não está claro na saúde, onde os sintomas de uma doença crônica poderiam ser menos arriscados que os de uma condição aguda. Na medição da pobreza não se adota a ideia de longos períodos de latência, o que seria equivalente a dizer que poderiam existir domicílios com renda persistente superior à linha da pobreza, mas que também poderiam ser pobres crônicos. Além disso, a aplicação no campo da pobreza da ideia de não remissão resulta na implausibilidade de comprovação empírica da erradicação da pobreza. Em todo caso, não há necessidade de que as noções de cronicidade empregadas em campos disciplinares diferentes sejam equivalentes. Ainda assim, não está claro o que se ganha com a caracterização da pobreza persistente como crônica, considerando, além disso, que este último conceito possui conotações potencialmente estigmatizantes².

A constatação da persistência da pobreza teve lugar habitualmente em contextos onde as transferências públicas garantem uma fração muito limitada da linha da pobreza monetária, deixando o resto para o mercado. Cabe perguntar o que aconteceria se um estado se propõe a erradicar a extrema pobreza, procurando entregar a todos os pobres uma transferência equivalente ao hiato de pobreza individual. No contexto da comprovação da meta, seria possível verificar um “*resíduo estatístico*”, cujas fontes seriam a pobreza friccional e o erro de medição.

A *pobreza friccional* é a falta de “acoplagem instantânea” da oferta e da demanda de transferências, explicadas por falhas institucionais e/ou por condutas individuais. Estes problemas de ajuste podem se decompor em: 1) *exclusão por não-cobertura*: pobres não captados nos levantamentos de dados ou comunidades excluídas por não contar com a infraestrutura para a entrega de transferências, 2) *exclusão por falhas na seleção*; pobres identificados como não pobres na comprovação de meios, 3) *assimetrias de informação*; pobres que não sabem que podem postular e/ou podem acessar a transferência³, 4) *refratariedade em participar*; pobres que rejeitam a transferência pelos custos associados

¹ Para diferentes conceitos de doença crônica, veja, por exemplo: Autoridade de Saúde da Ilha de Vancouver (http://www.viha.ca/phc_cdm/cdm/what_is_chronic_disease.htm) e CMCD da Universidade de Michigan, <http://cmcd.sph.umich.edu/what-is-chronic-disease.html>

² A RAE (Real Academia Espanhola) define crônica como uma condição patológica, (pathos é um vocábulo grego, πάθος, cuja aceção mais frequente é o sofrimento humano), doença ou vício que persiste no tempo.

³ O primeiro caso é prévio à comprovação dos meios, o segundo é posterior.

à recepção do benefício⁴, 5) *impossibilidade de acesso às transferências* para pobres com dificuldades especiais (por exemplo, com impedimentos funcionais e/ou cognitivos severos), 6) mudanças *demográficas* nas famílias, não detectadas pelo sistema de assistência social e 7) *contração nas rendas* provenientes de outras fontes (por exemplo, rendimentos do trabalho).

Estes problemas de ajuste podem ocorrer durante todo o tempo compreendido entre a medição de linha base (LB) e a medição final (MF); assim, uma família poderia não ser pobre em LB, mas por uma contração de seus rendimentos do trabalho, poderia cair abaixo da linha de pobreza entre LB e MF. No caso de que esta família não seja identificada e selecionada pelo sistema de assistência social antes da MF, será pobre na MF. Os problemas de adequação associados às falhas da seleção e às dificuldades derivadas das reduções na renda de outras fontes poderiam ser suprimidos pelo “*decreto*”, se o Estado entregasse uma transferência universal equivalente ao valor da linha de pobreza extrema. Em todo caso, este último mecanismo não suprime os erros de cobertura (a identificação dos pobres pode continuar sendo imperfeita) e também não elimina todas as restrições pelo lado da demanda. Por sua vez, em contextos caracterizados pelo uso pouco transparente dos recursos e pela baixa qualidade dos sistemas de monitoramento, há riscos de duplicações e fraude que poderiam repercutir em que algum segmento dos mais pobres não acesse as transferências.

O *erro de medição* é a segunda fonte do resíduo estatístico que pode afetar a comprovação da erradicação da pobreza. Aqui o valor observado na LB e na MF difere do valor real; se na MF um domicílio não pobre é identificado como pobre, a pobreza não será igual a zero. Por sua vez, se na MF um domicílio pobre for identificado como não pobre, a pobreza estatística será igual a zero, mas a pobreza verdadeira terá um valor positivo. As fontes principais do erro de medição da renda foram bastante descritas na literatura. Entre essas estão a falta de resposta (única ou parcial), o erro da resposta (geralmente expresso na subdeclaração de renda) e as flutuações nos rendimentos que não refletem adequadamente o nível de vida. As duas primeiras fontes de erro tendem a um valor positivo da pobreza em uma medição transversal. A terceira fonte não influirá no valor observado de pobreza na MF se a transferência de renda for ao menos equivalente à linha da pobreza extrema e se não há desajuste de oferta-demanda (i.e., se não há pobreza friccional).

A opção de fornecer uma renda mínima que garanta a superação da linha da pobreza e a escolha da métrica monetária para avaliar a meta podem se fundamentar com base em uma abordagem processual de justiça distributiva, centrada em disponibilizar os meios de vida (renda) que garantam aos indivíduos/domicílios se situarem acima da linha da pobreza, independentemente do que estes fazem efetivamente com estes recursos. Em outras palavras, a noção de pobreza que está por trás desta abordagem se define pelo acesso a um bem primário (a renda) e não em função dos resultados do bem-estar. Um problema desta abordagem que passa por cima das diferenças

⁴ Por estigma, por não querer assumir o custo de oportunidade vinculado às contraprestações que requerem alguns programas ou pelos custos de transação das transferências.

individuais na conversão de uma dotação equivalente de transferências públicas para necessidades similares. Nesta lógica, ainda quando se alcance a meta de redução da extrema pobreza a um valor zero em um ponto do tempo, este valor não será garantia de erradicação. Isso acontece pelas “diferencias de agencia”: consideraremos o caso de um adulto idoso que vive sozinho e que tem dificuldades para se locomover e alguma patologia severa de saúde mental (por exemplo, desorientação total). É muito provável que esse adulto idoso não possa cobrar a transferência, ou se o fizer (o que determinará que já não é pobre do ponto de vista do indicador de medição), não pode usá-la para satisfazer suas necessidades básicas ou para alcançar necessidades mínimas como se alimentar, se vestir, etc.

Assim, neste último caso, se estiver a frente de uma espécie de “resíduo conceitual”, dependerá da abordagem de bem-estar que está por trás da medição. Não somente as noções de capacidades e necessidades servem para ilustrar este ponto, mas também um conceito centrado na privação de um padrão de vida social completamente aceitável. Já em 1962, Peter Townsend advertia, retrucando a quem afirmava com base em um indicador fundado na noção de subsistência que a Grã-Bretanha tinha conseguido erradicar a pobreza, sobre a exclusão de um modo de vida aceitável de populações sem-teto, as pessoas que vivem nos albergues temporários e nas residências coletivas, os deficientes, os ciganos, os domicílios chefiados por mulheres, etc., e propunha a necessidade de um exame mais cuidadoso desta população de “pobres residuais”, situada na periferia do estado de bem-estar.

Desta forma, diferentes conceitos levam a aproximações metodológicas com aptidões diferentes para capturar as variadas expressões da pobreza, que conduzirão a distintas interpretações sobre o alcance da meta de erradicação. O problema se complica ainda mais pela impossibilidade de se emitir um juízo convincente com relação à superioridade intrínseca de uma perspectiva particular sobre a pobreza (SUAREZ, 2009). Entretanto, algumas abordagens parecem mais úteis que outras em determinados contextos. Por exemplo, na América Latina, se usa uma noção de privação de necessidades (enfoque absoluto), enquanto na Europa Ocidental se emprega a abordagem da pobreza relativa (estar em um padrão de vida aceitável socialmente). Isto significa que, o conceito de pobreza deve prover uma descrição do problema pertinente ao contexto. Deve capturar as expressões fundamentais da pobreza e permitir uma ação política viável. Por sua vez, a definição e justificativa do conceito de pobreza com maior clareza, identificando suas vantagens e limitações, facilitará a medição e ajudará na legitimação pública de um juízo de erradicação.

Entretanto, fica pendente a discussão do significado de *erradicar*. Etimologicamente, refere-se à ação de “arrancar pela raiz”, o qual não somente possui conotação com uma ação a ser efetuada a curto prazo (é urgente), mas também alude a extirpar as causas de algo. Por sua vez, o verbo *extirparé* quase sinônimo de “arrancar pela raiz”, é ainda mais preciso, significa acabar com algo de modo que cesse sua existência.

Na área da saúde, a extirpação ocorre através de uma operação cirúrgica orientada a tirar *um órgão ou uma formação patológica*. Fica claro portanto que o verbo erradicar é sumamente exigente. Por sua parte, o uso do verbo *superar* tem como significado “deixar a pobreza para trás”. Como é possível perceber, possui uma carga conotativa menor que o termo erradicar e permite maiores graus de liberdade na interpretação, já que não exige automaticamente um valor zero. O verbo reduzir, por sua vez não significa reduzir a zero a pobreza.

Na área da saúde, a erradicabilidade de uma doença depende das características biológicas do micro-organismo causante e dos meios para combatê-lo. Existem três indicadores para determinar a viabilidade de erradicação de um micro-organismo: 1) disponibilidade de uma estratégia de intervenção *capaz de interromper a transmissão* do microorganismo, 2) meios de diagnóstico com sensibilidade para detectar níveis de infecção que possam conduzir à transmissão da doença e 3) *a inexistência de reservatórios não humanos: os micro-organismos não se multiplicam no ambiente*. Isso significa que uma doença está erradicada quando não existirem as condições para a sua transmissão. Para a pobreza, isso implica que sua erradicação somente pode ocorrer quando se tiver informação de que as suas probabilidades de reprodução sejam virtualmente inexistentes. Assim, uma foto da pobreza zero em um momento do tempo não é garantia de erradicação. A principal garantia se encontraria em uma política que elimine as causas da pobreza, ou que interrompa definitivamente suas dinâmicas de produção e reprodução. E isso novamente remete à noção de pobreza, que pode ser erradicada. Por exemplo, se partimos do conceito baseado na “insuficiência de recursos”, a entrega de um valor mínimo para a subsistência, que seja permanente no tempo, não será suficiente para a erradicação da pobreza, já que isso não alteraria a capacidade de autogeração de renda⁵.

⁵ Em termos de diagnóstico, uma estratégia baseada *exclusivamente* na entrega de uma renda mínima assume implicitamente a impossibilidade de incrementar a capacidade de geração de renda autônoma (se transformando neste aspecto em um parâmetro), e identificada como da pobreza no não cumprimento do direito a uma renda mínima ou básica, por fora do mercado. Por isso a partir deste enfoque, a intervenção deve ser efetuada através de uma transferência permanente. O problema é que a pobreza, entendida como insuficiência de recursos, poderia se fazer latente (ou crônica), no sentido descrito no campo da saúde.

Por último, deve-se levar em consideração as relações entre fixação *ex-ante* diante de um indicador de meta de erradicação de pobreza e a seleção de políticas para alcançar a meta. Isso tem a ver com os incentivos que os tomadores de decisão terão para selecionar políticas e procedimentos de medição que maximizem o impacto sobre o indicador de meta. A utilização exclusiva de linhas monetárias leva ao risco de produzir estratégias desbalanceadas, orientadas à supressão estatística de um dos sintomas da pobreza e não das causas da privação.

III. A CAPACIDADE DE DIFERENTES ENFOQUES PARA MEDIR A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

“Poverty, like beauty, lies in the eye of the beholder.”
(Molly Orshansky, 1965)

Diferentes conceitos de pobreza conduzem a diferentes abordagens para a sua medição. A pobreza pode se quantificar a partir de abordagens/métodos diretos ou indiretos, univariados ou multivariados, absolutos ou relativos. Por sua vez, a pobreza pode ser analisada em um ponto do tempo, através de entrevistas transversais ou em sua dinâmica, por meio de pesquisas longitudinais. Esses diferentes enfoques e instrumentos têm “aptidões” diferentes para constatar resultados de erradicação da pobreza, e estão expostos a diferentes problemas conceituais e metodológicos.

A pobreza, não obstante sua proximidade com noções como a qualidade da vida ou de bem-estar, foi principalmente estudada em seus aspectos materiais, usualmente relacionados com conceitos como o “nível ou padrão de vida”, as “necessidades” ou a “insuficiência de recursos”, sendo os indicadores mais empregados: a satisfação de certas necessidades, o consumo de bens ou o rendimento disponível. A escolha dessas variáveis se explica por sua pertinência com relação ao conceito de bem-estar utilizado e pelas restrições da informação que provem das pesquisas mais comuns (FERES e MANCERO, 2001b).

Na perspectiva das necessidades, importa a privação dos bens materiais requeridos para funcionar minimamente como um membro da sociedade, com o qual se limita a atenção de uma lista pré-determinada de artigos específicos. Por outro lado, no termo “padrão de vida”, também considera o bem estar privado de um modo de vida socialmente aceitável, com o qual o interesse se dirige aos recursos que permitem às pessoas participar deste estilo de vida. A pobreza também pode ser vista como insuficiência de recursos para adquirir o que uma pessoa necessita. A partir desta perspectiva, a satisfação de necessidades não basta para abandonar a pobreza, pois pode não ter sido atendida mediante recursos autogerados (FERES e MANCERO, 2001b).

Ao mesmo tempo, a pobreza pode ser analisada em três expressões fundamentais: *alcance, profundidade e dinâmica*. A noção de alcance alude às diferentes dimensões nas quais pode se manifestar a pobreza (por exemplo, aspectos monetários, de capital humano, sociopolíticos e psicossociais). Por sua vez, a profundidade alude à distância que os pobres estão em relação à linha de pobreza, e a dinâmica inclui a duração de um estado de pobreza e os movimentos de entrada e saída desta situação (CENTRO PARA A INVESTIGAÇÃO DA POBREZA CRÔNICA, 2009).

A. ABORDAGEM DA POBREZA ABSOLUTA

Neste enfoque, reflete-se a existência de um “núcleo irreduzível”, independente do nível de renda de algum grupo de referência, e formado por uma necessidade cuja insatisfação representa uma privação em qualquer contexto. Assim, em um país onde todos possuem a mesma renda, mas onde estes recursos não bastam para que as pessoas se alimentem, dificilmente se poderá dizer que não há pobreza. (FERES e MANCERO, 2001b). A característica de “absoluto” não significa nem invariabilidade temporal ou cultural nem concentração única em alimentos e nutrição. É um enfoque para julgar a privação em termos absolutos em lugar de critérios relativos (SEN, 1985a).

A pobreza absoluta é medida tradicionalmente através de métodos diretos e indiretos. No primeiro caso, são identificados como pobres aqueles que não satisfazem suas necessidades básicas, enquanto no segundo, mais utilizado nos países em desenvolvimento, consideram-se pobres as pessoas que não contam com os recursos suficientes para satisfazer suas necessidades. Um exemplo de enfoque direto é o método das necessidades básicas insatisfeitas (NBI), amplamente utilizado na região nas décadas de 1980 e 1990. Por sua vez, o método indireto tornou dominante o estabelecimento do custo de satisfação destas necessidades, o que implica uso da métrica monetária⁹.

O método indireto caracteriza-se por utilizar “linhas de pobreza”, as quais estabelecem a renda ou gasto mínimo que permite manter um nível de vida adequado, segundo certos padrões. Assim, considera-se pobres aquelas pessoas com uma renda menor que a linha da pobreza. Neste enfoque, utiliza-se a renda (ou o consumo) como uma aproximação do nível de vida das pessoas e emprega-se uma cesta básica de consumo composta por diversos bens e serviços, onde a linha da pobreza é o gasto necessário para adquirir essa cesta básica. Habitualmente, subdivide-se a cesta em dois grupos de bens, “alimentícios” e “outros”, onde para os primeiros se considera uma cesta que cumpra os requerimentos nutricionais básicos (FERES e MANCERO, 2001b)

1. A experiência do Banco Mundial

O Banco Mundial vem utilizando nas últimas décadas um padrão internacional para avaliar a pobreza absoluta nos países em desenvolvimento na métrica monetária. Esta medida foi construída com base nas linhas nacionais de pobreza dos países com os menores níveis de renda por habitante no planeta, e por isso estaria “ancorada no significado da pobreza nos países mais pobres do mundo” (CHEN e RAVALLION, 2008). Este padrão é conhecido como a medida de 1 US\$ PPA¹⁰ por dia e é o indicador oficialmente adotado pela Reunião de Cúpula do Milênio (2000) para o monitoramento da meta de reduzir à metade a extrema pobreza até 2015.

A origem do indicador de 1 US\$ PPA/dia se encontra na necessidade de comparação da incidência da pobreza nos países em desenvolvimento com base em um padrão comum, devido às diferenças no poder de compra das linhas nacionais de pobreza. O

⁹ O “método direto” é uma conceitualização diferente do método de linhas de pobreza, pois concebe a pobreza como necessidade. Relaciona o bem-estar com o consumo efetivo e não com o consumo potencial (FERES e MANCERO, 2001a, 2001b).

¹⁰ Paridade de Poder Aquisitivo.

Banco optou por um padrão conservador, com base no argumento de que dificilmente a população identificada como pobre com base nos padrões dos países de rendas menores seria não-pobre nas nações com ingressos mais elevados. Por sua vez, preferiu-se usar a taxa PPA no lugar do câmbio monetário, já que este último poderia subestimar a renda de quem vive nos países mais pobres e subestimar a pobreza. Considerando que as economias em desenvolvimento pagam salários mais baixos que as conduzem a menores preços para bens não comercializados internacionalmente, uma unidade de moeda local terá maior poder de compra em âmbito nacional do que na economia global. (CHEN e RAVALLION, 2008).

O primeiro relatório oficial em que o Banco Mundial empregou este indicador foi o Relatório Global de Desenvolvimento, de 1990. Para os anos 2000-2001, o Banco utilizou uma linha de US\$1,08 PPA, e em 2004 estimou que 1 em cada 5 habitantes dos países em desenvolvimento eram pobres. Em 2005, o Banco realizou um exercício de atualização dos valores PPA, no qual procurou corrigir os problemas observados nas medições anteriores. Entre estes, cabe mencionar o detalhe das pesquisas de preço utilizadas para estimar os valores de PPA e a falta de padrões claros na seleção e valorização dos bens comparados internacionalmente¹¹ (CHEN e RAVALLION, 2008).

A revisão de valores de PPA de 2005 e o uso de novos padrões para seleção de produtos serviram para atualizar a linha internacional da pobreza para um valor de US\$1,25 PPA diário, representando a média de linhas de pobreza nacionais utilizada em 15 países de renda/consumo per capita mais baixas do mundo (Malawi, Mali, Etiópia, Serra Leoa, Níger, Uganda, Gâmbia, Ruanda, Guiné Bissau, Tanzânia, Tadjiquistão, Moçambique, Chade, Nepal e Gana). Com base neste novo limiar, foi estimada a incidência da pobreza nos países em desenvolvimento até 2005 e modificadas as estimativas de anos anteriores, retrocedendo até 1981 (CHEN e RAVALLION, 2008).

O indicador de US\$1 PPA tem recebido várias críticas no contexto da discussão sobre o avanço da meta do Milênio de se reduzir para metade a pobreza extrema. Por exemplo, Reddy e Pogge (2002, 2005) sugerem que estimativas do Banco levaram muitos a concluir que o mundo está no caminho certo para alcançar os Objetivos do Milênio, e que as políticas promovidas pelo Banco têm sido bem-sucedidas. No entanto, de acordo com Reddy e Pogge há razões para acreditar que a abordagem do Banco Mundial pode ter subestimado a incidência da pobreza e concluído, sem justificativa adequada, que a pobreza tenha caído acentuadamente. Na verdade, as críticas da metodologia empregada pelo Banco podem ser agrupadas em três áreas afins: a pobreza, o impacto do uso dos PPA e a limitação dos dados provenientes das pesquisas.

A primeira crítica é que o limiar de pobreza definido pelo Banco é arbitrário, pois não estaria ancorado em uma especificação de requisitos reais dos seres humanos reais.

¹¹ O Programa de Comparação Internacional (PCI) se iniciou em 1968 com valores PPA baseados em estimativas gerais dos preços disponíveis somente para 10 países, e que, antes de 2005, as medidas de pobreza foram construídas segundo a Rodada 1993 do PCI. Ao mesmo tempo, a falta de padrões claros para a seleção de bens é um problema devido à gradiente econômica na qualidade dos bens consumidos; assim a confusão entre diferenças de qualidade e diferenças de preços pode levar a subestimar o custo de vida nos países mais pobres (CHEN e RAVALLION, 2008).

Esse procedimento contrastaria com o procedimento utilizado em muitos países em desenvolvimento, onde a pobreza é definida em termos de custo de satisfazer as necessidades básicas, que viria de uma base consistente para identificação dos recursos suficientes para satisfazê-las e determinar assim a linha da pobreza (REDDY e POGGE, 2002, 2005). Pogge (2003) sugere que um método confiável para o acompanhamento do primeiro objetivo do milênio deveria se basear em uma sólida descrição das necessidades humanas e em uma cesta muito menor de itens de consumo.

Como resposta, no entanto, Ravallion (2002, 2008) reconhece que o índice de preços subjacente à medição da pobreza deveria refletir as diferenças com relação a um nível fixo de bem-estar para todos os países. Indica que as variações existentes nos preços relativos e a grande diversidade na forma com que as pessoas atendem suas necessidades calóricas e nutricionais em diferentes partes do mundo, fazem com que a construção de um consenso sobre o que deve ser incluído em uma única cesta de bens seja inviável. Este autor acrescenta que essas dificuldades foram precisamente as que o fizeram chegar aos índices de preços utilizados para definir os valores de PPA.

Uma segunda crítica refere-se à inadequação do limiar de 1US\$ PPA, pois seria muito baixo para medir a pobreza nos países em desenvolvimento com maiores níveis de renda (POGGE, 2003). Ravallion (2008) afirma que o indicador desenvolvido pelo Banco foi desenhado para identificar pessoas que seriam pobres em qualquer contexto, acrescentando que a medição da pobreza nos países em desenvolvimento deve ser feita com as linhas de pobreza nacionais. Por sua vez, Deaton (2010) sugere que as linhas utilizadas pelos países em desenvolvimento são uma aproximação razoável da pobreza absoluta, porque elas não se diferem substancialmente segundo os padrões de vida nos países. Em todo caso, ele propõe a média dos limiares utilizados por todos os países em desenvolvimento e não apenas nos países mais pobres, mas ponderados pelo tamanho da população pobre.

Outra crítica tem a ver com a representatividade dos PPA. Estes valores são médias nacionais, o que significa que as ponderações definidas para os diferentes bens poderiam não ser apropriadas para os mais pobres, uma vez que não refletiriam plenamente o custo comparativo dos bens consumidos normalmente por estes (GRUPO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2006). Por sua vez, usando uma média nacional, ignora-se as diferenças no custo de vida entre as áreas urbanas e rurais, uma situação que pode agravar os problemas de representação das áreas urbanas e rurais em alguns levantamentos de preços utilizados no PCI 2005 (GRUPO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2006). Da mesma forma, Reddy e Pogge (2005) têm criticado o procedimento do Banco, pois os resultados dependem do ano base utilizado para os PPA, e há o problema de que os diferentes países nos diversos anos ponderam os preços dos bens da cesta básica de modo diferente.

Assim, a discussão sobre a medida da pobreza do Banco Mundial, no contexto da avaliação da meta de reduzir para metade a pobreza extrema levantada pela Reunião de

Cúpula do Milênio, destaca a necessidade de construir e difundir o mais amplamente possível um relato pedagógico que explicita e justifique os conceitos e premissas¹² utilizadas e as decisões tomadas em diferentes fases do processo de medição da pobreza. Isso pode ser particularmente relevante quando os números forem empregados para avaliar e comunicar o sucesso de uma política de erradicação.

QUADRO 1
30 PAÍSES: AVALIAÇÃO DA POBREZA MEDIDA ATRAVÉS DO INDICADOR
DE US\$ 1.25 PPA DO BANCO MUNDIAL, 1986-2009^a
(Valores em porcentagens de população)

País	86-89	90-93	94-96	97-99	2000	2001	2002	2003	2004	2005-2009
Croácia	0,0			0,0	0,0	0,0			0,0	0,0
R. Tcheca	0,0	0,0	0,0							
Hungria	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Eslovênia	0,0	0,0		0,0			0,0	0,0	0,0	
Bósnia						0,0			0,2	0,0
Eslováquia	0,0	0,0	0,3							
Letônia	0,0	0,0	0,4	0,0			0,0		0,0	
Uruguai	0,0	0,7	0,7	0,8	0,3	0,0		0,0		0,0
Estônia	0,0	0,8	0,3	0,1	0,6	0,5	0,5	0,0	0,0	
Bielo-Rússia	0,0	0,0	0,0	0,9	0,3	0,0	0,0		0,0	0,0
Polônia	0,0	4,2	1,4	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,0
Lituânia	0,0	3,5	0,0	0,3	0,3	0,4	0,4		0,4	0,0
Bulgária	0,0	0,0	2,0	0,3		2,6		0,0		1,0
Macedônia				0,0	2,9		0,6	0,5		0,3
Ucrânia	1,8	0,0	1,9	2,0			0,5			0,1
Jordânia	0,0	2,8		1,5				1,2		0,4
Malásia	1,9	1,6	2,1	0,5					0,5	0,0
Rússia	0,5	2,8	3,5	2,3		0,9	0,3			0,0
Jamaica	4,0	3,8	1,7	1,3			0,4		0,2	
România	0,0	0,0	5,0	1,7	3,7	2,7	2,9			0,5
Chile	10,5	4,4	2,6	0,7	1,0			1,1		0,8
Cazaquistão	0,0	4,2	5,0			0,5	5,2	3,1		0,2
Argentina	0,0	0,1	1,6	1,8			9,9		8,4	0,9
Tailândia	17,2	5,5	1,9	1,5	1,4		0,7		0,4	10,8
Costa Rica	10,4	7,9	7,1	4,0	4,4	3,5		5,6		0,7
Venezuela	2,9	2,6	14,7	14,0				18,4		3,5
México	7,7	19,1	21,2	19,2	11,9		9,1		6,9	3,4
Brasil	14,6	13,0	11,4	11,2		11,0	9,8	10,4	11,7	3,8
Quirguistão	0,0	18,6		31,8			34,0		21,8	1,9
Uzbequistão	0,0	0,0		32,1			42,3	46,3		

Fonte: elaboração própria, baseado no site <http://data.worldbank.org/topic/poverty>.

^aNo caso dos países com 2 ou mais medições por período, informa-se a taxa de pobreza correspondente ao último ano disponível por período.

Com relação à viabilidade de verificação da erradicação da pobreza, a experiência do Banco Mundial mostra que uma linha de pobreza muito baixa protege do resíduo estatístico, já que, entre 1986 e 2009, vários países - particularmente alguns da Europa Oriental - apresentam taxas de pobreza persistentemente iguais a zero. Entretanto, a constatação de um valor de pobreza zero em um ponto do tempo, incluindo uma linha de pobreza muito baixa, não garante a supressão da pobreza, pelo efeito das crises econômicas. Assim mostram os casos da Argentina em 2002 e de alguns países da Europa Oriental e da Ásia Central na década de 1990 (veja o quadro 1).

⁴ Por exemplo, Székely e outros (2000) afirmam que confiar nos indicadores oficiais de pobreza nos países da América Latina, que costumam se basear em métricas monetárias e que não diferenciam pela composição demográfica dos domicílios, implica assumir, entre outras coisas, que a linha da pobreza reflete o que significa a pobreza nestes contextos, que a renda corrente é um indicador apropriado do padrão de vida e que todos os indivíduos dentro de um domicílio possuem as mesmas necessidades.

2. A experiência dos Estados Unidos

“We fought a war on poverty and poverty won”
(Ronald Reagan, 1988)

A “Guerra contra a Pobreza”, iniciativa que formou parte de um conjunto de políticas conhecida como “A Grande Sociedade”¹³, foi declarada oficialmente pelo presidente Lyndon Johnson em janeiro de 1964. O propósito explícito desta política foi a erradicação da pobreza nos Estados Unidos. Dizem que o presidente Johnson rejeitou a sugestão de que a iniciativa de combate à pobreza tivesse uma meta menos ambiciosa, porque isso diminuiria seu atrativo retórico¹⁴ e legislativo (GROSSMAN, 2007). Isso deve ser interpretado no contexto do forte conflito social existente nos EUA durante a década de 1960, associado aos movimentos pelos direitos civis e à guerra do Vietnã¹⁵.

¹³ A Grande Sociedade tece como objetivos principais a igualdade de oportunidades, a melhora da qualidade de vida, a não discriminação racial e a erradicação da pobreza, entre outros. Entre algumas das iniciativas que foram implementadas foram: a assistência saúde para os adultos idosos e para os pobres (Medicare e Medicaid, respectivamente), os programas massivos de habitação e a lei de direito ao voto que permitiu o voto aos afro-americanos.

¹⁴ O dramatismo e a urgência conotados pela metáfora bélica é um argumento poderoso para obter o apoio dos legisladores e dos cidadãos; além disso, quem poderiam ser os inimigos desta guerra? (GROSSMAN, 2007).

¹⁵ Um estudo recente descobriu que o gasto social federal na época da Guerra contra a Pobreza foi associado à redução nos distúrbios da rua. Para mais detalhes, ver Gillezeau (2010).

¹⁶ Entre outros, Job Corps, o Programa de Ação Comunitária, os Programas de Educação Básica para Adultos, os Programas de Crédito Rural, os Programas para os Trabalhadores Imigrantes, o Programa de Experiência Laboral, o Programa de Voluntários em Serviço à América, o Programa de Cupões de Alimentos (Food Stamps) e o Programa de Educação Pré-escolar (Head Start) (HALLORAN, 1968). Manteve-se o antigo Programa de Assistência às Famílias com Crianças Dependentes (AFDC) e em 1965 e 1967 se realizaram emendas na lei de segurança social, que permitiram aumentar de forma significativa os benefícios e cobertura dos programas da Guerra à Pobreza. No último ano do governo de Johnson, deu-se início à implementação de alguns experimentos do Imposto Negativo de Renda.

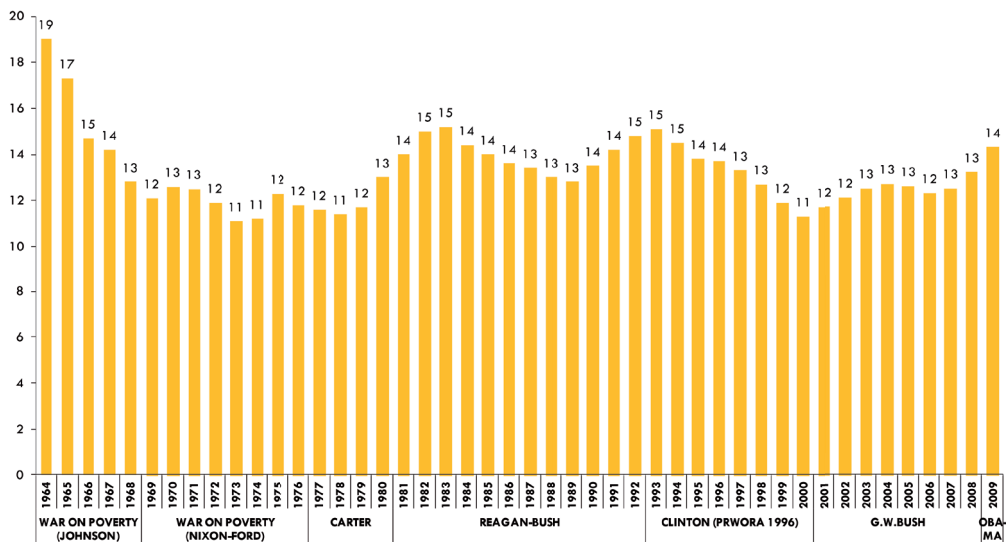
Conceitualmente, a Guerra contra a Pobreza se baseou em uma combinação entre as noções de eficiência, capital humano e a “cultura da pobreza” (BRAUER, 1982). Em um contexto onde a preocupação era um núcleo persistente de pobreza circundado por uma sociedade afluyente, planejou-se uma intervenção sobre as causas da pobreza, mediante uma estratégia de promoção da autossuficiência econômica, para “converter” os pobres em pessoas capazes de sucesso no mercado de trabalho e assim impedir a reprodução da pobreza (HALLORAN, 1968; COX, 1975; EDELMAN, 2006; GROSSMAN, 2007). A Guerra contra a Pobreza foi dirigida pela Departamento de Oportunidades Econômicas (OEO), e considerou a implementação (e também o fortalecimento) de uma ampla gama de programas sociais direcionados ao emprego, educação, desenvolvimento comunitário, assistência e proteção social¹⁶.

A envergadura do esforço desenvolvido fez necessário destinar mais recursos à medição da pobreza, que se somou à vontade do presidente Johnson de disponibilizar um padrão conservador, para que a meta fosse alcançada (GROSSMAN, 2007). Mollie Orshansky construiu em 1963 o indicador que, com revisões, permanece até hoje como medida oficial da pobreza nos EUA. Esta pesquisadora definiu a pobreza a partir de requerimentos nutricionais mínimos. Em 1965, Orshansky publicou o artigo “Contando os Pobres: Outro olhar do perfil da pobreza”, onde fez uso de uma versão mais refinada de suas linhas de pobreza originais, incluindo índices ajustados pelo tamanho da família, do sexo do chefe do domicílio, a quantidade de menores de 18 anos e a área de residência. Este documento constituiu uma reação diante da publicação, em 1964, de uma estimativa de pobreza por parte do Conselho de Assesores Econômicos (CEA), que fez uso de um índice não ajustado pelo tamanho das famílias, o que derivou na subestimação da pobreza infantil e na sobreestimação da pobreza entre os idosos (FISHER, 2000).

Em 1965, a OEO adotou oficialmente os índices de Orshansky, indicando que estes proporcionavam as bases para avaliar o avanço na meta de erradicação. Assim o indi-

gador foi pensado considerando a medição da renda líquida (depois de cobrados os impostos); mas em sua aplicação se considerou mais a renda bruta (antes de cobrados os impostos). Em abril de 1965, foram fixadas as linhas de pobreza rural em 70% das linhas de pobreza urbana, e se atualizaram as linhas com base nas mudanças anuais de preços no custo do “plan de economia alimentaria”. Nesse ano, alguns analistas da SSA (Departamento de Seguridade Social) expressaram sua preocupação com relação às modalidades de ajuste das linhas de pobreza diante do aumento do padrão de vida da população em geral. Em 1968, a SSA tratou de aumentar as linhas de pobreza mas o Escritório de Orçamento do governo americano se opôs criando um Comitê para a Revisão das Linhas de Pobreza. Em 1969, este Comitê decidiu que a linha de pobreza deveria ser indexada aos Índice de Preços ao Consumidor no lugar do custo do Plano de Requerimentos Nutricionais Mínimos, e que as linhas de pobreza rurais deviam se fixar em 85% das linhas urbanas.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA POBREZA NOS ESTADOS UNIDOS, 1964-2009
(Valores em porcentagens de população)



Fonte: elaboração própria, baseado no site: <http://www.census.gov/hhes/www/poverty/data/historical/hstpov2.xls>.

a Valores informados sem decimais (arredondados).

O sucesso da “Guerra contra a Pobreza” tem sido objeto de debate considerável. Vista por meio do indicador oficial, a primeira parte desta guerra foi o período mais bem-sucedido na redução da pobreza nos Estados Unidos nas últimas cinco décadas. Entre 1964 e 1968 (último ano da administração Johnson), o índice de pobreza decresceu 6,2 pontos percentuais (de 19% em 1964 para 12,8% em 1968), o equivalente

a uma queda de 33%, a um ritmo de redução de 1,55 pontos percentuais por ano. No entanto, a incidência não foi reduzida a zero e evoluiu de uma forma muito menos favorável na segunda fase desta iniciativa (Nixon¹⁷ e Ford).

Mais importante foi o aumento da cobertura do sistema de bem-estar. Por exemplo: nos programas TANF¹⁸ foi observado um aumento de cerca de 5 a 11 milhões de beneficiários entre 1968 e 1976, e um crescimento de 8 a 18 milhões de beneficiários, entre 1970 e 1976, do número de cupons de alimentação¹⁹. Esses fatos levaram críticas pela carga fiscal pesada e pela alegada criação de desincentivos ao trabalho²⁰ (ANDERSON, 1978; MURRAY, 1984). Assim, parte do sucesso da campanha presidencial de Reagan é explicada pelo questionamento duro à intutucionalidade da Guerra contra a Pobreza. A administração Reagan foi considerada por Germany (2004) como aquela que substituiu a erradicação da pobreza por meio da redução do sistema de bem-estar. No entanto, medidas mais enérgicas nesse sentido ocorreram no governo Clinton²¹. Na última administração também foi promulgada a PRWORA²², que institucionalizou as políticas de “Workfare”, que integram o bem-estar e as condicionalidade de trabalho (SOMMERS e BLOCK, 2005).

Com relação à medição da pobreza, em 1981 foram aprovadas algumas modificações para o indicador oficial, tais como a eliminação dos índices separados para as famílias rurais e para as famílias chefiadas por mulheres. Em 1990, um Comitê do Congresso solicitou uma avaliação aprofundada da medida de pobreza oficial, e em 1992, o Comitê Nacional de Estatística nomeou um Grupo de Especialistas para desenvolver o estudo, cujos resultados foram publicados em 1995. As principais recomendações desse grupo foram a utilização de um indicador com várias linhas de pobreza que deveriam representar um valor para alimentação, vestuário, habitação, e outro montante para outras necessidades. Estes índices teriam que ser atualizados anualmente e ajustados para dar conta das necessidades dos diferentes tipos de famílias. O Grupo de Especialistas também recomendou a quantificação de transferências em espécie recebidas pelas famílias bem como a dedução de impostos e gastos em bens não incluídos na medição tradicional (CITRO e MICHAEL, 1995).

Em geral, as recomendações do Grupo de Especialistas foram incorporadas para se medir a pobreza nos EUA. Para Blank (2008), isso criou uma situação em que o indicador oficial é insensível a vários programas federais mais eficientes, o que ajudou a fortalecer o pensamento crítico sobre a política social nos EUA. Este problema se originaria na definição de recursos baseada na renda em dinheiro, que não seria apropriada em um contexto caracterizado por um aumento dos benefícios em espécie concedidos pelo governo federal²³. Com relação a isso, Short e outros (1999) testaram medidas de pobreza com base nas recomendações do Grupo de Especialistas, e concluíram que a inclusão de transferências em espécie reduz a pobreza e que o aumento da pobreza pode ser substancial quando se leva em consideração os gastos de saúde e de se manter o emprego, mas que isto depende do método utilizado para avaliar esses gastos.

¹⁷ A guerra contra a pobreza não gozava da simpatia de Nixon, mas ele optou por mantê-la para não perder o apoio da opinião pública. Durante seu governo foi ampliado substancialmente o *Food Stamp*, foi aprovada uma suplementação de renda para pessoas com deficiência, foi dada maior responsabilidade aos governos estaduais e locais, o que terminou com a OEO. Enquanto isso, na administração Carter, tentou-se estabelecer um Programa de Melhoria de Emprego e de Renda (PBJI), que integrou o imposto de renda negativo para as pessoas capazes de trabalhar com uma garantia de renda para a população dependente, e que considerava sanções contra aqueles que se recusaram a trabalhar. O PBJI não foi aprovado pelo Congresso (DANZIGER, 1999).

¹⁸ TANF: Assistência Temporal às Famílias em Necessidade.

¹⁹ Ver: <http://aspe.hhs.gov/hsp/indicadores08/apa.shtml#ftanf2>

²⁰ Esta crítica foi interpretada no marco de uma “tese de perversidade” sobscrita pelos teóricos conservadores que apontam que as políticas anti-pobreza incentivam a dependência e exacerbam os problemas sociais que buscam remediar (HIRSCHMAN, 1991; SOMMERS E BLOCK, 2005).

²¹ Entre 1994 e 2001, os beneficiários da AFCD/TANF e Vales Refeições, somados, caíram de 41,7 milhões para 23 milhões. Ver: <http://aspe.hhs.gov/hsp/indicadores08/apa.shtml#ftanf2>

²² Lei de Responsabilidade Pessoal e de Oportunidades Trabalhistas.

²³ Na década de 70 cresceram fortemente os benefícios da habitação, e na década de 1980, o Congresso aprovou a redução da carga de impostos para as famílias mais pobres e a expansão dos recursos entregues ao sistema público de saúde. Entretanto, nenhuma destas reformas teve efeito na taxa de pobreza oficial nos EUA, a qual, desde o início da década de 1970, foi mantida relativamente estável, com flutuações associadas aos ciclos econômicos.

A desconsideração das transferências em espécie não é a única dificuldade que enfrenta a medida de pobreza utilizada nos EUA. Outros problemas têm a ver com a forma como a cesta básica é construída e com a elaboração da cesta de bens não alimentares. Com relação à primeira, Orshansky utilizou uma cesta que minimizava o custo de nutrientes, mas essa opção não leva em conta as preferências da população. Assim, uma cesta puramente normativa de custo mínimo poderia não ser pertinente para a construção da linha de pobreza. Ao mesmo tempo, para a determinação dos requerimentos de satisfação das necessidades não alimentares não é considerada uma base normativa semelhante à que está disponível para os aspectos nutricionais, e a utilização dos padrões observados de gasto é inconsistente com o critério legal utilizado no campo nutricional (FERES e MANCEIRO, 2001b). A medida oficial da pobreza nos EUA também tem sido criticada por não refletir as alterações nos padrões sociais (WILSON, 1991), e propõe-se que a mensuração da pobreza deve ser relativa e conceituar a pobreza como exclusão social (Brady, 2003).

B. ABORDAGEM DA POBREZA RELATIVA

“The concept of subsistence tends, with the passing of time, to become devalued, like money”
(Peter Townsend, 1962)

Esta abordagem é parte de uma forte crítica da medição da pobreza com base em padrões absolutos, já que esta última perspectiva se basearia em uma noção estreita e estática de subsistência e/ou eficiência física/nutricional, que não só omite algumas necessidades sociais fundamentais²⁴, mas que também ignora que as necessidades surgem e se modificam no contexto das sociedades as quais pertencem os indivíduos. A partir dessa lógica, não seria viável construir uma lista de necessidades aplicáveis em todos os tempos e lugares, independentemente da estrutura e recursos na sociedade (TOWNSEND, 1962, 1979, 1985).

Para os autores que trabalham a partir do ponto de vista da pobreza relativa, uma consequência da medição da pobreza baseada na noção de subsistência tem sido a subestimação da pobreza nos países desenvolvidos, que teria levado, por exemplo, a conclusão errônea nas décadas passadas de que a pobreza teria sido quase erradicada na Grã-Bretanha e fortemente reduzida nos Estados Unidos. Com relação aos países em desenvolvimento, criticou-se o enfoque absoluto para a justificativa implícita de políticas minimalistas, centralizadas na manutenção dos níveis básicos de subsistência (TOWNSEND, 1962, 1979, 1985).

Consequentemente, neste enfoque propõe-se abandonar as medidas de pobreza absoluta, e utilizar uma perspectiva relativa que se refere às condições objetivas²⁵ de privação que afetam pessoas em comparação com os outros membros da sociedade. Indivíduos ou famílias em situação de pobreza quando não têm os recursos para participar das atividades diárias em sua sociedade, estão excluídos do estilo de vida socialmente desejável (TOWNSEND, 1962, 1979).

²⁴ Um exemplo de um bem relevante em termos sociais e de pouca importância nutricional é o chá em alguns países como a Grã-Bretanha. O mesmo pode ser dito do mate na Argentina, no Paraguai e no Uruguai.

²⁵ A noção de privação relativa tem sido muito utilizada para fazer referência aos sentimentos de privação relativos aos outros. Townsend (1962) exclui o aspecto subjetivo porque as crenças sociais poderiam “obscurecer” as situações de privação. Assim, não é que alguém seja pobre relativo porque “se compara” com outros negativamente.

1. A experiência da União Europeia

As políticas da União Europeia se baseiam em um modelo de solidariedade e redução dos *deficits* de bem-estar, onde se busca um avanço integrado de todos os países para padrões sociais consensuados politicamente. Estas políticas têm sido acompanhadas com dispositivos legais supranacionais, que provocam exigibilidade dos compromissos com os estados nacionais, e com sistemas de monitoramento com indicadores aplicáveis aos diferentes estados que integram a Comunidade Européia.

O Conselho de Niza (2000), através da Agenda Social Europeia, estabeleceu como meta a erradicação da pobreza na União Europeia. O Conselho decidiu fazer uso de um “método de coordenação aberto”, que considerou: a) objetivos comuns de redução da pobreza e a exclusão social; b) a preparação dos Planos Nacionais de Inclusão Social e c) a adoção de indicadores comuns para monitorar o avanço na luta contra a pobreza.

Em 2001, o Conselho de Laeken²⁶ selecionou 18 indicadores nas áreas de renda, educação e saúde, para o acompanhamento da Agenda Social Europeia. O sistema foi concebido para a medição dos resultados de inclusão. Considerou-se a premissa de que a exclusão social ilustra melhor que a pobreza monetária a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos são privados de integração social. Também se assumiu um conceito de pobreza relativa, já que esta foi entendida como carência dos recursos para cumprir com os padrões de participação social. Por sua vez, chegou-se a conclusão de que a pobreza e a exclusão não são equivalentes. As pessoas podem ser pobres sem estar excluídas e vice-versa (ATKINSON, 1998; ATKINSON et. al, 2005).

Os indicadores de Laeken foram selecionados com base nos princípios metodológicos aplicados na seleção individual e na avaliação do portfólio completo. Com relação à seleção de indicadores individuais, estes deveriam: a) captar a essência do problema e ter uma interpretação normativa clara e aceita; b) ser vigorosos e validados estatisticamente; c) ser sensíveis às intervenções de política mas não ser sujeitos da manipulação; d) ser comparáveis entre os estados-membros e de acordo com os padrões internacionais; e) ser oportunos e suscetíveis de revisão e f) não impor uma carga muito pesada aos estados e cidadãos (Atkinson et.al, 2005). A fonte de dados inicial dos indicadores era o Painel de Domicílio, da Comunidade Europeia (ECHP, em sua sigla em inglês)²⁷, a cargo da Eurostat²⁸. A partir de 2004 começou-se a empregar a Pesquisa sobre Renda e Condições de Vida da União Europeia (EU-SILC, em sua sigla em inglês²⁹).

²⁶ O Conselho da Europa de dezembro de 2001 realizou-se no Castelo de Laeken (Bruxelas). A partir dali os indicadores de coesão social da União Europeia foram conhecidos como os indicadores de Laeken.

²⁷ European Community Household Panel.

²⁸ Escritório Estatístico das Comunidades Europeias.

²⁹ EU Statistics on Income and Living Conditions.

QUADRO 2
INDICADORES PRIMÁRIOS DE POBREZA NO PORTFÓLIO DE LAEKEN,
VERSÃO 2006

Indicador	Definição	Notas
Taxa de baixa renda	Porcentagem da população com renda abaixo de 60% da média de renda.	As rendas são estimadas mediante a escala de equivalência modificada da OCDE (1998), onde a renda total de um domicílio se divide por seu “tamanho equivalente”, para levar em consideração o tamanho e a composição do domicílio.
Valores ilustrativos da taxa de baixa renda	Valor do índice de pobreza no padrão de poder aquisitivo, euro e moedas nacionais.	Estima-se para dois domicílios, tipo: a) domicílios unipessoais e b) domicílios com 2 adultos e 2 crianças.
Persistência da baixa renda	Porcentagem da população com renda menor que 60% da renda média por períodos estendidos de tempo.	Inclui as pessoas com renda abaixo da linha de risco da pobreza por pelo menos 2 ou 3 anos.
Hiato da baixa renda	Diferença entre a renda média dos pobres e o índice de 60% da renda média.	Mede quanto estão distantes as rendas das pessoas no risco de pobreza das que estão na linha da pobreza.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Villatoro e Rivera (2007).

Monitorar a erradicação da pobreza e a exclusão social na União Europeia se realiza através de vários indicadores (veja no quadro 2); o indicador principal é a taxa de baixa renda, ou a porcentagem da população cuja renda se situa abaixo dos 60% da média de renda no país onde se efetua a medição. Este indicador contém seu próprio método de atualização, onde a linha muda de lugar de acordo com a média de renda, refletindo as mudanças do poder aquisitivo. Wolff, Montaigne e Rojas (2010) apontam que, desde 2007, a medição da renda se efetua seguindo as recomendações do Grupo de Canberra, computando-se dois agregados principais: o ingresso bruto total (GI) e a renda total disponível para os domicílios (DI), os quais se definem da seguinte forma:

$$GI = EI + SEI + PP + CTR + OI$$

$$DI = GI - CTP$$

Onde:

EI = renda dos salários (em dinheiro e em espécie)

SEI = renda autônoma (excluindo os bens produzidos para o próprio consumo)

PP= pensões recebidas por planos privados

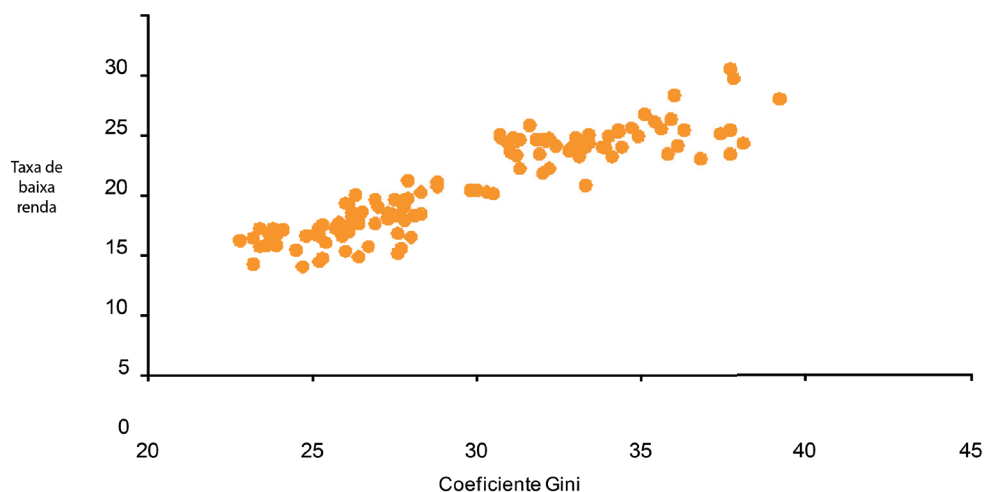
CTR= transferências e benefícios sociais

OI = outras fontes de renda (rendas de capital, transferências de outros domicílios, etc.)

CTP= transferências realizadas (por exemplo: impostos de renda, contribuições com a segurança social, transferência para outros domicílios).

Uma das críticas ao indicador de baixa renda é a arbitrariedade com a que se escolhe a fração de renda para localizar a linha da pobreza, que parece “não se relacionar com nenhum critério estrito de privação” (FERES e MANCERO, 2001b). Walker e Wigfield (2003) apontam que a aproximação utilizada na Europa foi mais conduzida por interesses pragmáticos do que pelo propósito de aprofundar o debate sobre o significado da exclusão social. Na mesma linha, Atkinson e outros (1005, p. 3) afirmam que “não tratamos de proporcionar uma revisão cuidadosa dos termos de exclusão ou inclusão social. Na mesma linha do nosso objetivo pragmático de contribuir com o processo de tomada de decisão, aceitamos o uso dos termos à mão para uma ampla gama de preocupações relevantes na construção da agenda social europeia”.

GRÁFICO 2
UNIÃO EUROPEIA, 27 PAÍSES: TAXA DE BAIXA RENDA (60% DA MEDIDA DE RENDA)
E COEFICIENTE GINI A, 2003-2008



Fonte: Elaboração própria, baseado na Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database.
*O gráfico contém 124 observações. Coeficiente de correlação de Pearson = 0.913 (significativo a um nível de 01).

O indicador de baixa renda também foi questionado porque supõe considerar a pobreza como um subconjunto de distribuição da renda (ver o gráfico 2). Com relação

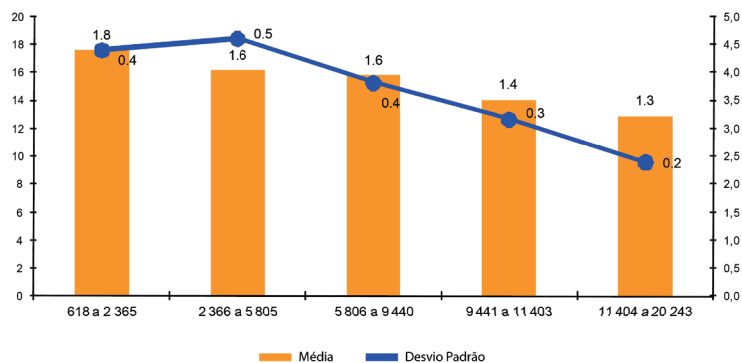
a isso, Sen (1985a) indica que a pobreza e a desigualdade são fenômenos relacionados, mas diferentes, já que se é contraída a renda de um país e parte da população deixa de satisfazer suas necessidades alimentárias, isso não aumentará a pobreza relativa, se é que a distribuição permanece constante.

Por sua vez, a visualização da pobreza como um epifenômeno da distribuição da renda levou alguns especialistas a apontar que a pobreza relativa sempre existirá, o que torna inviável a sua erradicação (UNWIN, 2007). Entretanto, outros apontaram que é plausível uma distribuição da renda onde ninguém viva com menos da metade da renda mediana (RAVALLION, 2010).

Em todo caso, Townsend (1979, 1985) indica que a pobreza relativa não é igual à privação com relação à distribuição da renda, já que nem sempre quem está entre 20% ou 10% abaixo da distribuição serão pobres, e comenta que sob um certo patamar de renda, a privação se intensifica ou se acelera desproporcionalmente. Uma vez que os recursos caíam abaixo deste patamar, as pessoas deixam de participar das atividades habituais da sociedade. A pobreza é mais que ter menos que os outros, e a renda baixa não é suficiente para identificar as famílias pobres.

O indicador de baixa renda também foi questionado pela dificuldade que apresenta para avaliar a efetividade das políticas (FERES e MANCERO, 2001b), que tem a ver com a sua pouca sensibilidade diante das diferenças e mudanças no padrão de vida. Com relação a isso, no gráfico 3, podemos ver que a taxa de baixa renda discrimina pouco, segundo os padrões de vida prevalentes nos diferentes países europeus. A média da taxa de pobreza nos países com linha de pobreza mais baixa foi de 17,6%, enquanto nos países com as linhas de pobreza mais elevadas, a pobreza chegou aos 12,9%. Por sua vez, a taxa de baixa renda variou pouco nos diferentes países da União Europeia entre 2003 e 2009³⁰.

GRÁFICO 3
UNIÃO EUROPEIA 32 PAÍSES: TAXA DE RENDA BAIXA SEGUNDO OS VALORES
ILUSTRATIVOS DA LINHA DE POBREZAa, 2000-2009
(Valores médios e desvios padrão)



³⁰ Estes problemas de sensibilidade também foram corroborados em estudos nacionais: durante a primeira metade da década de 1990, A Suécia experimentou um aumento sem precedentes no desemprego, uma forte redução das transferências estatais e um aumento da imigração, mas a taxa de renda baixa não se modificou na mesma medida (HANSEN e WAHLBERG, 2004).

QUADRO 3
UNIÃO EUROPEIA (32 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA TAXA DE BAIXA
RENDA, 2000-2009
(Porcentagem da população)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bélgica	15,4	14,3	14,8	14,7	15,2	14,7	14,6
Bulgária	14	15	14	18,4	22,0	21,4	21,8
R. Tcheca	8 ^a		10,4	9,9	9,6	9,0	8,6
Dinamarca	11,7	10,9	11,8	11,7	11,7	11,8	13,1
Alemanha	11 ^a		12,2	12,5	15,2	15,2	15,5
Estônia	18	20,2	18,3	18,3	19,4	19,5	19,7
Irlanda	20,5	20,9	19,7	18,5	17,2	15,5	15,1
Grécia	20,7	19,9	19,6	20,5	20,3	20,1	19,7
Espanha	19	19,9	19,7	19,9	19,7	19,6	19,5
França	12	13,5	13,0	13,2	13,1	12,7	12,9
Itália	19 ^a	19,1	18,9	19,6	19,9	18,7	18,4
Chipre	15		16,1	15,6	15,5	16,2	16,2
Letônia	16 ^b		19,2	23,1	21,2	25,6	25,7
Lituânia	17		20,5	20,0	19,1	20,0	20,6
Luxemburgo	11,9	12,7	13,7	14,1	13,5	13,4	14,9
Hungria	12		13,5	15,9	12,3	12,4	12,4
Malta	15 ^b		13,7	13,6	14,3	14,6	15,1
Holanda	12		10,7	9,7	10,2	10,5	11,1
Áustria	13,2	12,8	12,3	12,6	12,0	12,4	12,0
Polónia	16 ^a		20,5	19,1	17,3	16,9	17,1
Portugal	19	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
Roménia	17	18	:	:	24,8	23,4	22,4
Eslovénia	10		12,2	11,6	11,5	12,3	11,3
Eslováquia			13,3	11,6	10,5	10,9	11,0
Finlândia	11	11,0	11,7	12,6	13,0	13,6	13,8
Suécia	11 ^c	11,3	9,5	12,3	10,5	12,2	13,3
Reino Unido	18		19,0	19,0	18,9	18,7	17,3
Islândia		10,0	9,7	9,6	10,1	10,1	10,2
Noruega	10,8	10,8	11,4	11,3	12,4	11,4	11,7
Suíça						16,2	15,1
Croácia	18	18	18	17	18	17,3	17,9
Turquia	26			26,5			

Fonte: Extraído da Eurostat, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/searchdatabase>.

a Valor 2001

b Valor 2000

c Valor 2002

C. POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Nos últimos anos, cobrou-se relevância na discussão acadêmica e, nas agendas políticas, cobrou-se a necessidade de avançar para um enfoque mais amplo para a medição da pobreza. Isso impulsionou novos marcos conceituais, como o enfoque de direitos e a perspectiva de desenvolvimento humano. Propôs-se que a pobreza, mais do que aludir um baixo padrão de vida, expressava-se na privação das capacidades³¹, no acesso aos direitos básicos e na negação da cidadania.

A partir destes novos enfoques, podemos refletir que a medição da pobreza deve considerar as dimensões não monetárias. As medidas baseadas exclusivamente na renda corrente são aproximações à capacidade de consumo privado através do mercado, e não captam o acesso aos bens públicos (educação, saúde, infraestrutura, etc.) que faz com que a correlação renda-bem-estar se desfça. Por exemplo, uma pessoa poderia ter os meios para ter acesso à educação ou a água potável, mas estes serviços poderiam não estar disponíveis.

³¹ Para Sen, as capacidades são as possibilidades que as pessoas têm para alcançar determinadas habilidades (por exemplo, vestir-se, alimentar-se, de mudar, ser socialmente aceito, etc.). A partir dessa perspectiva, contar com as capacidades para gerar renda, obter trabalho e educação, etc., é mais importante que ter recursos.

Os passos para identificar os pobres através de um indicador multidimensional são: a) selecionar as dimensões, b) definir padrões mínimos para as dimensões e c) agregar as dimensões em um índice. A determinação das dimensões e dos padrões mínimos implicaria na especificação do conteúdo normativo do conceito por detrás da medição (por exemplo, as garantias básicas de cidadania para que as pessoas possam participar na vida social). A agregação requer a atribuição de pesos (ou de importância relativa) para cada uma das dimensões.

É possível que não exista “uma solução” aplicável para todos os contextos para a seleção de índices e dimensões³². Este problema é evidente no momento de aplicar uma perspectiva de direitos, considerando que o significado dos direitos é ambíguo, o que se vincula ao custo econômico de sua provisão. Este dilema não tem a ver com a natureza dos direitos; uma sociedade poderia pretender garantir o direito a uma renda mínima cidadã, e as dificuldades para definir a quantia desta renda poderiam ser similares às apreciadas para definir algum patamar educacional desejável. Dadas estas dificuldades, foi proposto alcançar acordos mediante o diálogo social³³.

Assim, tanto a identificação das dimensões como a especificação de índices apresentam suas complexidades. De qualquer forma, e sob a suposição de que estes dois passos tenham sido dados, a discussão que segue é descobrir se é necessário produzir algum índice multidimensional de pobreza ou se “índices de contagem” bastariam para cada dimensão. Neste debate deve-se considerar a viabilidade de se produzir e institucionalizar um indicador multidimensional da pobreza. Isso implica não somente em analisar a qualidade técnica do índice e estabelecer quanto se melhora com a identificação dos pobres, mas também a facilidade de se comunicar e de se justificar os resultados de forma transparente.

Um dos dilemas para a agregação refere-se às relações existentes entre as dimensões. Assim, por exemplo, será mais relevante estabelecer se as pessoas estão privadas ao menos em uma dimensão (estratégia de união). Em troca, para outros interessará se os indivíduos experimentam carências simultâneas em diferentes dimensões (estratégia de intersecção). No índice de necessidades básicas insatisfeitas (NBI) utilizado na América Latina a partir da década de 1980, a associação se efetuava diferenciando entre os domicílios com ao menos uma necessidade insatisfeita e o resto da população. Assim eram classificados como pobres quem possuía uma necessidade básica insatisfeita, mas que podia apresentar altos níveis de satisfação nas necessidades restantes, o que significava que o método era insensível às quantidades de privações. Estes problemas levaram ao domínio na região do método indireto, baseado no custo de satisfação das necessidades básicas. Este último método, que não necessariamente é unidimensional, já que é uma aproximação dos recursos no domicílio para satisfazer diferentes necessidades, permite estabelecer a intensidade e a gravidade da pobreza.

³² Outra dificuldade, tanto para os exercícios “democráticos” como para os “tecnocráticos”, é a ausência de clareza sobre o que é uma dimensão. Por exemplo, poderia se considerar como dimensões das necessidades básicas insatisfeitas a escolaridade do chefe do domicílio e a assistência à escola básica dos filhos, mas estas variáveis também poderiam ser interpretadas como indicadores de uma dimensão, que é o direito à educação. Também se deve precisar se os aspectos que se identificam como dimensões são efetivamente dimensões da pobreza (seja esta absoluta ou relativa).t

³³ Esta é a posição de Sen (1985b), que advoga pela definição de uma lista mínima de capacidades, tendo na base os “padrões contemporâneos”, e adverte que o exercício de identificação dos padrões não é “puramente subjetivo”, já que as convenções da sociedade vêm a ser tratadas como “fatos”. Em outras palavras a pergunta é: quais são os padrões contemporâneos?, e não quais deveriam ser os padrões? Entretanto, o recurso dos padrões contemporâneos é inconsistente com a noção de “funcionalmente intrinsecamente valorizável” pensada pelo próprio Sen. Além disso, um dos riscos para os exercícios “democráticos” de seleção de dimensões é a inclusão de aspectos cuja vinculação com a pobreza no nível de domicílios/indivíduos não esta isenta de problemas conceituais. Um exemplo da materialização deste risco é o sucedido com a coesão social no México (ver a Lei Geral de Desenvolvimento Social deste país, publicada no dia 20 de janeiro de 2004, capítulo VI, artigo 36: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/264.pdf>).

Em todo caso, durante os últimos anos, verificaram-se desenvolvimentos metodológicos para a computação de índices de pobreza multidimensional, os quais podem dividir-se em estratégias empíricas ou orientadas por axiomas. Nas primeiras são empregadas técnicas multivariadas para reduzir a variabilidade nas respostas de um conjunto de indicadores de bem-estar a uma quantidade menor de dimensões, e derivar ponderadores destas estruturas empíricas. Com relação às segundas, estas são derivadas de índices multidimensionais a partir do cumprimento de um conjunto de propriedades desejáveis. Por exemplo, Alkire e Foster (2009) desenvolveram um método para a medição multidimensional com base na extensão dos axiomas utilizados na métrica monetária (em particular os aplicados com as medidas FGT)³⁴ aos âmbitos não monetários. Este método permite diferentes esquemas de ponderação, facilitando a definição de pontos de corte que levam em consideração o nível e a quantidade de privações e pode ser empregado com variáveis quantitativas ou qualitativas²⁷. Nesta aproximação, os multidimensionalmente pobres são identificados contando as dimensões das quais estão privados, o que baseia-se em linhas de pobreza específicas para cada dimensão e comparando o número de privações com os índices de múltiplas privações.

³⁴ Na medição monetária da pobreza, há axiomas que devemos levar em consideração: a) monotonicidade: uma redução do ingresso de uma pessoa abaixo da linha da pobreza deve aumentar a medida de pobreza e b) de transferência: uma transferência de renda de uma pessoa abaixo da linha da pobreza para outra mais rica deve aumentar a medida de pobreza. A taxa de pobreza não cumpre com estes dois axiomas. Para enfrentar este problema, Foster, Greer e Thorbecke (1984) desenvolveram medidas adicionais (conhecidas como FGT), que incluem um parâmetro de aversão à pobreza. Quando $\alpha=0$, obtêm-se a taxa de pobreza (H). Quando $\alpha=1$, obtêm-se o hiato de pobreza (PG), que cumpre com o axioma de monotonicidade. Quando $\alpha=2$, obtêm-se um indicador de severidade da pobreza (PG modificado), que cumpre com os axiomas de monotonicidade e transferência.

³⁵ Bourguignon e Chakravarty (2003) também propuseram medidas multidimensionais da pobreza a partir dos axiomas desenvolvidos na métrica monetária, sob a alegação de certos níveis de substituição entre as dimensões (maiores privações em um âmbito de bem-estar são compensadas por menores privações em outro âmbito).

³⁶ O índice da pobreza multidimensional da Colômbia inclui as dimensões das condições educativas no domicílio, condições para a infância e a juventude, trabalho, saúde e serviços públicos/ condições de moradia. São considerados 15 indicadores. É um índice de ponderação igual a $k=5/15$. Para mais detalhes, ver Angulo (2011).

Assim, embora haja consenso de que a pobreza é multidimensional e conta com as metodologias que permitem diferentes abordagens de agregação, ainda há dificuldades na seleção das dimensões de pobreza e na definição dos pesos relativos das dimensões. Esses elementos fazem com que ainda sejam poucos os países que adotaram oficialmente um indicador multidimensional de pobreza. No entanto, o México lançou oficialmente, em 2010, um indicador multidimensional e a Colômbia fez o próprio em 2011²⁸. Como instituições supranacionais, a União Europeia e o PNUD empregaram recentemente indicadores multidimensionais da pobreza também.

1. O método bidimensional na América Latina

Uma das iniciativas pioneiras na medição multidimensional da pobreza na América Latina ocorreu no final da década de 1980, e consistiu na utilização complementar dos métodos da linha de pobreza e NBI. Como mencionado acima, o método da linha de pobreza não leva em conta o acesso aos serviços públicos gratuitos oferecidos pelo Estado e também não capta a satisfação de necessidades que exigem investimentos e não gastos correntes, tais como habitação ou educação. Por sua vez, o método NBI não consegue medir as necessidades que são satisfeitas através do consumo (BOLTVINIK, 1990).

Estes argumentos levaram a uma medição da pobreza com base na intersecção entre os resultados obtidos através da abordagem de NBI e gerados a partir do custo das necessidades básicas (BECCARIA e MINUJIN, 1985, a CEPAL / DGEC, 1988). A complementariedade consiste em que cada método captura diferentes necessidades. Métricas monetárias se associam com a privação a curto prazo, dada a sensibilidade dos rendimentos para o ciclo econômico, enquanto a abordagem NBI está relacionada à pobreza “estrutural”, já que os seus indicadores são mais estáveis ao longo do tempo.

QUADRO 4
TIPOLOGIA DA POBREZA BASEADA O ENFOQUE BIDIMENSIONAL

DP-NBI	Domicílios com NBI	Domicílios sem NBI
Domicílios pobres	Pobres crônicos	Pobres recentes
Domicílios não pobres	Pobres estruturais (inerciais)	Não pobres (integrados socialmente)

Fonte: Feres e Mancero (2001a).

Baseado em informações fornecidas por cada metodologia, os pobres são classificados nos seguintes grupos: a) pobres crônicos: eles são o núcleo da pobreza, uma vez que não têm renda mínima para o consumo e não satisfazem suas necessidades básicas; b) pobres recentes: satisfazem suas necessidades básicas, mas têm uma renda abaixo da linha da pobreza, para os quais nesse grupo a redução de renda não é expressa em uma deterioração imediata no atendimento de suas necessidades básicas e; c) pobres inerciais: eles têm renda suficiente para adquirir bens e serviços, mas não conseguiram melhorar certas condições de seu padrão de vida. Estas famílias / pessoas têm certas necessidades trazidas do passado, enraizadas em seu estilo de vida (KAZTMAN, 1989).

A metodologia bidimensional chegou a se constituir durante a década de 1990, em uma prática habitual de caracterização da pobreza na América Latina, mas começou a perder força, por razões conceituais e metodológicas. A primeira combinação entre o método NBI e a métrica monetária foi criticada por misturar conceitos de pobreza monetária divergentes como a incapacidade potencial de consumir com o consumo que efetivamente não era realizado. Com relação à metodologia, estava pendente da resolução de problemas, como a ponderação e agregação das dimensões em um índice, e também a redundância entre as informações coletadas pelo método da renda e o procedimento de NBI³⁷. Em todo caso, a complementaridade entre as duas abordagens tem sido reconhecida, o que permitiria melhorar a caracterização da pobreza, enriquecendo a percepção incompleta do fenômeno gerado por cada método separadamente (FERES e MANCERO, 2001a).

Este método foi “redescoberto” nos últimos anos e tem sido incentivado pelo crescente interesse em medidas multidimensionais. Por exemplo, o Índice de Pobreza Multidimensional recentemente adotado pelo México contempla as duas dimensões, uma dos direitos (carências) e outra relativa ao bem-estar (renda). Os direitos são medidos através de seis indicadores: atraso educacional, acesso aos serviços de saúde, acesso à segurança social, à qualidade da habitação, serviços básicos na habitação e acesso à alimentação. Com base no argumento da “indivisibilidade dos direitos”, pode-se afirmar que uma pessoa tem uma falta de direitos quando se apresenta, pelo menos, um déficit nos indicadores incluídos na dimensão (CONEVAL, 2010). No Quadro 5 podemos observar que a especificação das dimensões e o procedimento de se cruzar usando os índices de pobreza multidimensionais no México são muito semelhantes ao antigo método bidimensional.

³⁷ Neste contexto explica-se a proposta de Boltvnik (1990), que desenvolveu o Método Integrado de Medição da Pobreza (MIP) para evitar duplicações de informação. No MIP, se propôs eliminar as medidas de capacidade de consumo da dimensão do NBI, porquanto duplicaria a informação através da métrica monetária. Também sugeriu tirar da cesta utilizada para a construção das linhas de pobreza e as necessidades já medidas a partir do método NBI.

QUADRO 5
TIPOLOGIA DA POBREZA BASEADA NO ÍNDICE DA POBREZA
MULTIDIMENSIONAL DO MÉXICO

Direitos e bem-estar	Domicílios com carências	Domicílios sem carências
Domicílios pobres por renda	Pobres multidimensionais	Vulneráveis por renda
Domicílios não pobres por renda	Vulneráveis por carência social	Não pobres e não vulneráveis

Fonte: adaptado de CONEVAL (2010).

No marco da avaliação da erradicação da pobreza com base em uma medição bidimensional, deve-se levar em consideração decisões como as seguintes: a) a determinação do ponto de corte que separa os pobres dos não pobres e b) o procedimento de associação na dimensão carências-direitos (NBI no método antigo). Rigorosamente se define como população-alvo os pobres multidimensionais; os vulneráveis com carência múltipla são excluídos, e também ficou de fora dos domicílios com uma renda muito baixa mas sem carências sociais. Mas se considerarmos como população-meta os três grupos, uma quantidade muito grande da população poderia ser classificada como pobre, sobretudo se o critério utilizado na medição dessas carências for o de união; de fato, com base neste critério, no México, os pobres multidimensionais e unidimensionais constituíam 81,7% da população em 2008 (ver CONEVAL, 2010).

2. O índice de pobreza multidimensional PNUD/OPHI

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi elaborado pelo PNUD e a OPHI³⁸ com o propósito de dispor de informação complementar para o seguimento da meta de redução para a metade da extrema pobreza proposta pela Reunião de Cúpula do Milênio. O IPM é uma medida de pobreza aguda, que reflete as privações em ativos humanos: educação, saúde e nível de vida para a população de 104 países do planeta (ALKIRE e SANTOS, 2010). Este índice, diferente das medidas multidimensionais anteriormente utilizadas pelo PNUD, não é um agregado de outros indicadores, mas se baseia em microdados de suas pesquisas nos domicílios.

Alkire e Santos (2010) apontam que as dimensões do IPM foram selecionadas com base nos exercícios participativos, consensos que fundamentam os direitos humanos e da Reunião de Cúpula do Milênio, as teorias filosóficas e psicológicas sobre as necessidades e os direitos e a dispobibilidade de informação. Entre dois critérios utilizados para a seleção das dimensões, Alkire e Santos (2010) indicam a parsimônia (poucas dimensões simplificam-se comparadas com a medida monetária), com o consenso (a educação, a saúde e o padrão de vida das pessoas possuem um valor amplamente conhecido) e a inclusão dos aspectos instrumentais e intrínsecos do desenvolvimento humano.

O IPM tem a estrutura de uma das medidas multidimensionais de pobreza desenvolvidas por Alkire e Foster (2009) conhecida como a Razão Ajustada de Recontagem (M0). Este índice é utilizado no procedimento de quando ao menos uma das dimen-

³⁸ Oxford Poverty & Human Development Initiative.

ões é ordinal. $M0$ é o produto entre (H) a taxa de pobreza e a intensidade da pobreza multidimensional (A), onde A é a porcentagem média na qual uma população pobre está multidimensionalmente privada. Se $C_i(k)/d$ é a fração dos indicadores nos quais o indivíduo i está privado, a média destas frações se expressa em $A = \sum C_i(k)/dq$ ³⁹. Por sua vez, o índice de recontagem H é a proporção da população pobre multidimensional, isto é, $H = q/n$, onde n é a população total. As pessoas são classificadas como pobres ou não pobres com base na soma de privações (k) que afetam o seu domicílio. O ponto de corte usado pelo PNUD é $k=3$, e a agregação das dimensões se realiza por equi-ponderação. A unidade de análise do domicílio resolve o problema dos diferentes denominadores que se requeriam para os diferentes padrões, se é que a unidade de análise fosse o indivíduo.

QUADRO 6
DIMENSÕES, INDICADORES, PONTOS DE CORTE E PESOS NO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PNUD/OPHI

Dimensões	Indicadores	Índices: a pessoa está privada se...	Peso relativo
Educação	Anos de escolaridade completados	Nenhum membro do domicílio completou cinco anos de educação	16,7%
	Frequência à escola das crianças	Pelo menos uma criança em idade escolar (até o 8º grau) não vai à escola	16,7%
Saúde	Nutrição	Pelo menos um membro da casa está desnutrido	16,7%
	Mortalidade infantil	Uma ou mais crianças da casa morreram	16,7%
Padrão de vida	Eletricidade	Não há eletricidade	5,6%
	Saneamento	Não há acesso a saneamento adequado	5,6%
	Água	Não há acesso à água potável	5,6%
	Piso	Mora em uma casa com piso de terra	5,6%
	Combustível para cozinhar	Usa combustível “contaminante” (esterco, lenha ou carvão) para cozinhar	5,6%
	Bens	Não têm carro, caminhão ou veículo motorizado e possui somente um dos seguintes bens: bicicleta, motocicleta, rádio, refrigerador, telefone ou televisão	5,6%

Fonte: Extraído de Alkire e Santos (2010).

A análise do IPM permite ilustrar a dificuldade para justificar a inclusão ou exclusão de dimensões em um índice multidimensional. Por exemplo, a omissão do Trabalho é difícil de se justificar se seguimos os critérios de seleção de dimensões utilizados por Alkire e Santos (2010), onde a relevância do trabalho tem sido amplamente reconheci-

³⁹ $C_i(k)$ = a quantidade de dimensões na qual a pontuação de i é $\geq k$ (padrão de pobreza em cada dimensão), d = quantidade total de dimensões consideradas, q = quantidade de pobres multidimensionais.

da em várias declarações internacionais baseadas nos direitos, como a própria Reunião de Cúpula do Milênio: o emprego possui importância instrumental e intrínseca na vida das pessoas. Além disso, a decisão de atribuir pesos iguais às dimensões supõe que elas são igualmente importantes ao longo do ciclo de vida ou em todo o território, o que pode subestimar ou superestimar a pobreza em determinadas subpopulações (por exemplo, a saúde pode ser mais relevante nos estágios iniciais e finais do ciclo de vida, enquanto a educação pode ser mais importante para os mais jovens).

QUADRO 7
AMÉRICA LATINA E EUROPA ORIENTAL (17 PAÍSES): PREVALÊNCIA DA
POBREZA SEGUNDO O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL
(IPM) PNUD/OPHI E OUTROS INDICADORES, 2001-2006
(Valores em porcentagens da população)

Países	IPM (PNUD- OPHI)	Ano	US\$ 1.25 DIA (Banco Mundial)	Ano	Extrema Pobreza (CEPAL)	Ano
Argentina	3,0	2005	4,5	2005	9,1	2005 ^a
Uruguai	1,7	2003	0,04	2003	4,7	2004 ^a
México	4,0	2006	3,81	2006	8,7	2006
Peru	19,8	2004	8,18	2005	17,1	2004
Brasil	8,5	2003	10,4	2003	13,9	2003
Equador	2,2	2003	10,5	2003	22,3	2004
Colômbia	9,2	2005	16	2006	15,8	2005
República Dominicana	11,1	2000	4,41	2000	22,1	2000
Bolívia (Estado Plurinacional de)	36,3	2003	22,8	2003	34,7	2003
Paraguai	13,3	2003	17,2	2002	36,9	2004
Honduras	32,6	2006	22,2	2005	49,3	2006
Nicarágua	40,7	2001	19,4	2001	42,4	2001
Guatemala	25,9	2003	16,9	2002	30,9	2002
R. Tcheca	0,0	2003	SIM	SIM	NA	NA
Eslovênia	0,0	2003	0,0	2003	NA	NA
Eslováquia	0,0	2003	SIM	SIM	NA	NA
Bielo-Rússia	0,0	2005	0,0	2005	NA	NA

Fonte: Elaboração própria, baseada em CEPALSTAT: <http://websic.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpetas=estadisticas>, PNUD, <http://hdr.undp.org/es/estadisticas/ipm/>, Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/topic/poverty> e Alkire e Santos (2010).

^a Zonas urbanas.

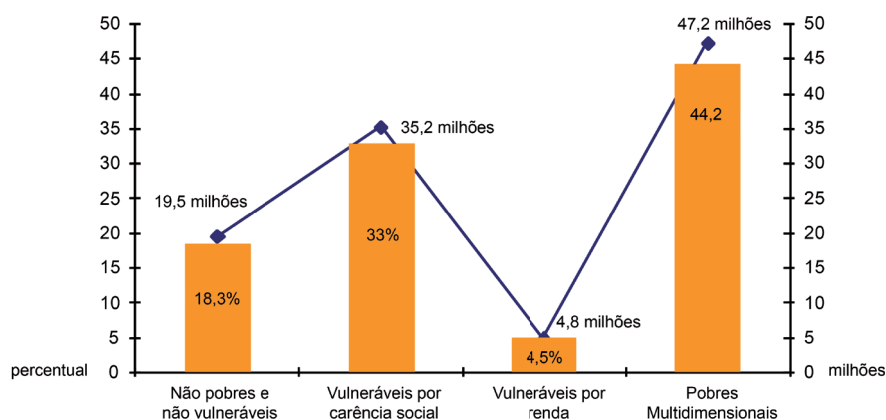
Além disso, o uso de limiares que parecem baixos para a realidade da região (por exemplo, o ponto de corte de 5 anos de escola primária é baixo para a América Latina, que está muito próxima à universalização do nível educativo⁴⁰), explica a semelhança dos resultados obtidos a partir do indicador de \$ 1,25 diários do Banco Mundial e os geradores com base no IPM. Ao analisar os países latino-americanos com dados de ambos os indicadores, temos que, em média, a abordagem multidimensional produz uma taxa de recontagem que ultrapassa 4 pontos percentuais a medida monetária do Banco. As diferenças são maiores quando se compara os resultados do IPM com o indicador de pobreza extrema da CEPAL, que é baseado no custo estimado de satisfazer os requisitos nutricionais mínimos (ver Quadro 7).

⁴⁰ Para uma discussão deste ponto, ver Villatoro (2007).

Quando se trata de verificar a plausibilidade da meta de erradicação da pobreza, os dados mostram que a utilização do método multidimensional não impede a verificação de um valor de pobreza igual a zero. A questão crucial é o valor de k . À medida que k aumenta, a probabilidade de identificação de um indivíduo como não pobre diminui. Assim, um patamar muito conservador ainda que aumente a chance de comprovação da meta, pode não ser relevante para o contexto local ao identificar a população pobre como não pobre. Além disso, enquanto aumentar a quantidade de dimensões e indicadores utilizados na medição multidimensional, maior será a probabilidade de que os indivíduos de uma dada população sejam identificados como pobres.

O indicador multidimensional tende a produzir maiores taxas de pobreza extrema que a medida de 1,25 dólares diários do Banco Mundial nos países com menores PIB per capita, o que mostra que, em tais contextos, há um segmento da população que não obstante supera a linha da pobreza monetária, apresenta privações em outros aspectos do bem estar. Isto implica que a estimação da pobreza baseada somente em uma medida monetária pode sugerir o cumprimento da meta de superação da pobreza quando em realidade persiste privações em aspectos não monetários do bem estar. Alternativamente, um indicador multidimensional que não inclui a renda pode não captar o empobrecimento causado por uma crise econômica. A incompatibilidade entre as duas abordagens podem ser ilustradas pelos dados de CONEVAL (2010) (ver gráfico 4).

GRÁFICO 4
MÉXICO: POBREZA MULTIDIMENSIONAL E VULNERABILIDADE, 2008
 (VALORES EM PORCENTAGENS E EM MILHÕES DE PESSOAS)



Fonte: Elaboração própria, baseada em CONEVAL (2010).

3.O indicador multidimensional de pobreza/exclusão da União Europeia

A União Europeia propôs, na sua estratégia “Europa 2020”, progressos substanciais na erradicação da pobreza, propondo-se retirar pelo menos 20 milhões de pessoas da pobreza e da exclusão. O indicador selecionado para a avaliação da meta é um índice no qual se agrega, com base no método de união, três indicadores: a) a taxa de baixos rendimentos (limiar de 60% do rendimento médio), b) um índice de privação material e c) o percentual de pessoas com idades entre 0-59 que vivem em domicílios com intensidade de trabalho muito baixa⁴¹ (ATKINSON, MARLIER, MONTAIGNE e REINSTADLER, 2010).

Os indicadores não monetários foram propostos por Guio (2009), argumentando que as medidas de renda baseadas nos ingressos não seriam suficientes para refletir a diversidade das condições de vida na União Europeia, especialmente após o aumento dos países membros em 2004 e 2007. Conceitualmente, a utilização conjunta de pobreza de ingressos e a privação material está ligada à definição do Conselho de Ministros Europeus em 1985, afirmando que os pobres seriam as pessoas cujos recursos são tão limitados que estariam excluídos de um modo de vida aceitável. Esta definição inclui resultados e meios para se alcançar o bem-estar, o que permitiria usar indicadores indiretos (renda) e diretos (privação material) (NOLAN e WHELAN, 2010; FUSCO, GUIO e MARLIER, 2010).

A privação material foi definida como a incapacidade de ter os bens e serviços socialmente percebidos como necessidades, ou para participar de atividades habituais na sociedade. Assim, a construção de indicadores de privação material requer informações sobre a medida em que as pessoas querem determinadas mercadorias, ou desejem participar de atividades sociais, mas não o fazem por causa de fatores além de seu controle (FUSCO, GUIO e MARLIER, 2010). Com base na opinião da população europeia, que foi coletada através de pesquisas, optou-se por incluir itens relacionados à capacidade das famílias de: 1) enfrentar despesas inesperadas; 2) desfrutar de pelo menos uma semana de férias por ano longe de casa; 3) pagar dívidas (hipotecas, empréstimos); 4) comer carne branca ou vermelha pelo menos uma vez a cada dois dias e 5) manter a casa com uma temperatura adequada; Também se verificou a posse de itens como: 6) máquina de lavar; 7) TV à cores; 8) telefone e 9) carro. A taxa de privação incluída no indicador multidimensional é a percentagem de pessoas que têm pelo menos de 3 dos 9 itens (GUIO, 2009).

Adotar um indicador multidimensional tem gerado considerável debate na União Europeia. Atkinson, Marlier e Wolf (2010) notam que a seleção de um conjunto de dimensões é equivalente à adoção de um peso zero aos aspectos excluídos, enfatizando o caráter político da construção de um índice composto e perguntam se os

⁴¹ Domicílios onde nenhum de seus membros de 18 a 59 anos trabalha, ou onde seus membros em idade laboral têm, em média, um vínculo laboral muito baixo.

pesos deveriam ser os mesmos em diferentes países. Esses autores também salientam os riscos de agregação de diferentes indicadores em um número, como a possibilidade dos países se concentrarem em um determinado componente do bem-estar, ao invés de desenvolver estratégias balanceadas de políticas sociais⁴². Na verdade, as pressões fiscais na Europa estão levando alguns países a reduzir as transferências para os desempregados, e mesmo que isso provoque uma redução dos domicílios com baixa intensidade de trabalho, poderia reduzir a renda domiciliar e aumentar a taxa de baixa renda (ATKINSON e MARLIER, 2010). Nessa lógica, a avaliação da política se faria melhor com base em um portfólio de indicadores do que a partir de um número particular.

Adotar um indicador multidimensional da pobreza na Europa também tem sido questionado pelas complexidades introduzidas no monitoramento. Uma preocupação em particular é a definição da linha de base para avaliar o progresso. Atkinson e Marlier (2010) sugerem que a informação sobre a privação material refere-se a 2008, enquanto os dados de baixa renda e intensidade de trabalho foram obtidos em 2007, o que significa que “a experiência inicial” reflete os efeitos da crise econômica, que deveriam ser considerados na avaliação intermediária do “Europa 2020” a ser realizada em 2015.

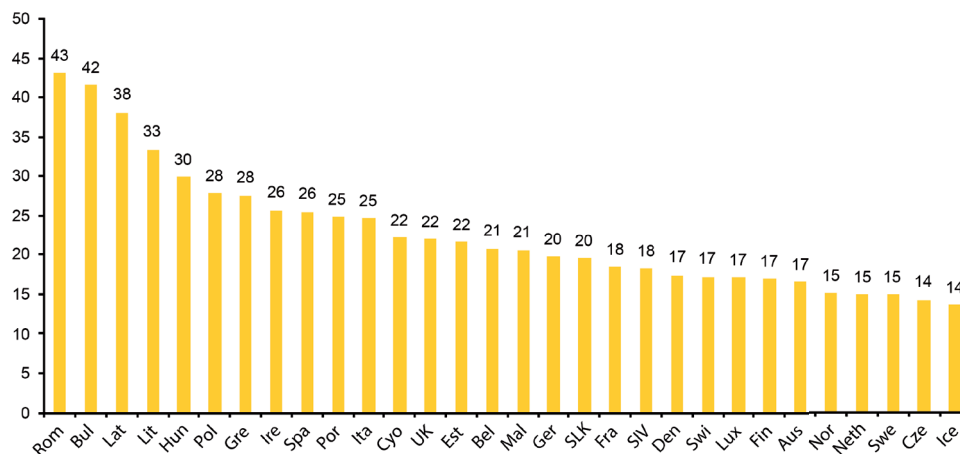
A inclusão de itens de privação material também tem sido questionada, pois o significado social de bens de consumo ou atividades essenciais para a participação social difere entre os países. Embora o inquérito Eurobarômetro de 2007 mostre que os itens selecionados de privação são, em média, necessidades socialmente perceptíveis pela população, também mostra uma grande variabilidade no grau em diferentes itens não percebidos como necessidades entre diferentes países (TILL e EIFFE, 2010).

Finalmente, Fusco, Guio e Marlier (2010) alertam que o uso simultâneo de taxas de baixa renda referidas a padrões nacionais com indicadores de privação baseados em um conjunto comum de itens implica no emprego conjunto de indicadores que divergem no conceito de pobreza (renda vs. privação) e no padrão de vida que serve de base a sua operacionalização (a situação relativa de um país vs um padrão de vida europeu). Em qualquer caso, estes autores observam que as taxas de variação de um indicador multidimensional de pobreza são mais elevadas do que aquelas da taxa de baixa renda: de fato, em 2010, o intervalo de variação entre os países de acordo com o percentual da população multidimensionalmente privada variou de 14% na Islândia e 43% na Romênia. Estes resultados indicariam que as diferenças de padrão de vida entre os países e a distribuição dentro deles seriam melhor captadas pelo indicador multidimensional.

⁴² Este risco é maior para os países que avaliam o cumprimento de uma meta baseado em um indicador.

GRÁFICO 5 (UNIÃO EUROPEIA, 31 PAÍSES): ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE RISCO DE POBREZA^a, CERCA DE 2010

(Valores em porcentagens da população)



Fonte: elaboração própria com base na Eurostat, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=r2020_50

^a Estimada com base no critério de união.

D. ABORDAGENS DINÂMICAS DA POBREZA

A análise das dinâmicas da pobreza é muito importante para as políticas que visam a sua erradicação. Primeiro, a identificação do impacto dos eventos de entrada, saída e reentrada na pobreza ajudam a compreender o quão sustentáveis são os efeitos observados em um momento de medição. Em segundo lugar, a identificação dos pobres persistentes e transitórios, além de contribuir para o acompanhamento da meta de erradicação, fornece insumos para a definição de prioridades e elaboração de políticas adaptadas às características de cada grupo. Em terceiro lugar, estudos longitudinais fornecem informações cruciais para analisar a validade e a confiabilidade das medições das condições de vida.

A prática dominante na análise da dinâmica de pobreza tem sido a utilização de métricas monetárias. As primeiras abordagens centralizaram-se nas transições e duração dos períodos de pobreza, e destacaram a importância dos fluxos de entrada e saída da pobreza e da heterogeneidade destas dinâmicas em diferentes populações. Nos últimos anos foram realizadas pesquisas visando a construção de um indicador agregado da pobreza intertemporal, que poderia ser classificado em duas abordagens: o de episódios de pobreza e o de componentes do rendimento (GRADIN, RIO e SANG, 2011).

1. Enfoque de componentes

Esta abordagem distingue o componente constante da renda de suas flutuações temporárias e identificam como indivíduos cronicamente pobres, famílias cuja renda (consumo) esteja abaixo da linha da pobreza. A noção de renda permanente permite adaptar esta abordagem às ferramentas utilizadas na medição estática da pobreza, tais como os índices FGT (FOSTER E SANTOS, 2009; GRADIN DEL RIO e SANG, 2011).

Uma das aplicações mais populares desta abordagem é a de Jalan e Ravallion (1996, 1998), que propõe um método para identificar a pobreza crônica e a transitória com base numa comparação entre a linha de pobreza Z e um indicador de recursos (por exemplo, a renda monetária) que um indivíduo tem disponível ao longo do tempo, onde uma pessoa é cronicamente pobre se sua renda média é abaixo da linha da pobreza intertemporal. Neste caso, a pobreza crônica é a privação que permanece quando se atenua a variação intertemporal de renda e pobreza transitória e é gerada por movimentos ou flutuações na renda.

Formalmente, se $(y_{i1}, y_{i2} \dots y_{iD})$ é a cadeia de rendimento do domicílio i desde o tempo 1 até o tempo D , e se $P_i(y_{i1}, y_{i2}, \dots, y_{iD})$ é um indicador de pobreza intertemporal de pobreza para o domicílio i , o componente transitório (T_i) de P_i é a porção atribuída à variabilidade intertemporal no rendimento, isto é, $T_i = P(y_{i1}, y_{i2}, \dots, y_{iD}) - P(E_{yi}, E_{yi}, \dots, E_{yi})$, onde E_y é o valor esperado da renda ao longo do tempo, ou a renda média no momento da família i . Em seguida, o componente crônico (C_i) é $C_i = P(E_{i1}, E_{i2}, \dots, E_{iD})$. Assim, a pobreza agregada intertemporal P_i (que é definida como o hiato de pobreza ao quadrado, ou FGT2) pode ser dividida em componentes crônicos e transitórios, onde o valor de T_i é a diferença entre P_i e pobreza crônica C_i (JALAN e RAVALLION, 1996, 1998).

A abordagem de Jalan e Ravallion (1996, 1998) tem sido usada também com adaptações em diferentes estudos. Cruces e Wodon (2002) adicionaram a renda em períodos diferentes, utilizando uma função que incorpora a aversão ao risco e penaliza a incerteza⁴² sob o suposto de que os domicílios preferirão um fluxo constante de renda a um fluxo variável com mesmo valor médio. Esse método leva em conta os efeitos negativos da variabilidade de renda sobre o bem-estar, mas pode levar a sobreestimar os episódios transitórios de pobreza à custa da pobreza persistente, e, portanto, mais adequado a uma noção de vulnerabilidade que um conceito de pobreza crônica. Por sua parte, Perez Ribas e Machado (2007) não identificaram os componentes da pobreza com base no rendimento, mas de acordo com a “propensão à pobreza”, subordinada às características dos indivíduos.

Hoy e Zheng (2008) construíram um índice de pobreza intertemporal, que inclui renda permanente como um proxy de valoração retrospectiva que um indivíduo

⁴³ É empregada uma função de utilidade com uma constante aversão relativa ao risco (CRUCES E WODON, 2002).

efetua sobre sua vida como um todo (axioma “experencial”). Um problema dessa metodologia é que a suposição de correspondência entre privação material e avaliação retrospectiva dessas condições (o “efeito pobreza”) não tem muito apoio conceitual e empírico. O ajuste das expectativas pode levar as pessoas a usar padrões muito baixos de avaliação, o que significa que os indivíduos afetados pela privação material sofridos ao longo do tempo podem avaliar as suas condições de vida de uma maneira inconsistente com o axioma “vicencial”.

As vantagens da abordagem de componentes, que têm sido levantadas com base conceitual sólida (está ancorada na teoria econômica), eliminam a arbitrariedade na determinação da linha de pobreza intertemporal (RIEGG CELLINI, e RATTCLIFFE MCKERNAN, 2008). É útil para prever a pobreza estrutural e a análise direta de renda, sem a mediação da classificação pobre / não pobre, evitando perda de informações (CAPELLARI e JENKINS, 2002; MAURIZIO, PERROT e VILLAFANE, 2008).

No entanto, esta abordagem tem sido criticada por problemas conceituais e metodológicos. McKay e Lawson (2003) argumentam que a renda permanente não é equivalente à pobreza crônica. A família pode entrar ou sair da pobreza, mas se, em média, a renda disponível é abaixo da linha de pobreza será considerada cronicamente pobre. Isso implica que para identificar um domicílio como cronicamente pobre deveria-se avaliar a profundidade da experiência da pobreza. Além disso, esta abordagem não é sensível ao tempo que uma família passa em situação de pobreza, especialmente se as rendas não são perfeitamente transpostas ao longo do tempo (ou se o consumo não pode ser distribuído adequadamente no tempo). A hipótese de transferência perfeita pode ser difícil de sustentar, especialmente para os mais pobres, o que pode levar a sub-identificação dos mais desfavorecidos (FOSTER, 2007).

O enfoque dos componentes é apresentada de forma que as dinâmicas de rendimento supostamente são as mesmas para todas as famílias, e que os desvios de renda que permanecem são aleatórios. Isto significa que existe uma relação entre o rendimento transitório de pessoas e grupos diferentes, ou entre o rendimento transitório da mesma pessoa em dois pontos no tempo. No entanto, nem sempre mudam de renda e conduzem para a mesma dinâmica a longo prazo (uma pessoa empobrecida pela perda de emprego não tem a mesma perspectiva da pobreza de alguém que está desempregado devido a uma deficiência) e a renda permanente pode variar durante longos períodos, havendo o efeito das mudanças no ciclo de vida, no padrão de crescimento econômico e do mercado de trabalho (YAQUB, 2000; CAPELLARI e JENKINS, 2002; MAURIZIO, PERROT e VILLAFANE, 2008).

Assim, o método de componentes não parece adequado para examinar a dinâmica da pobreza em populações com altos níveis de heterogeneidade, e também tem sido criticado em sua capacidade de medir a persistência da pobreza. Por estas razões, McKay e Lawson (2003) favorecem o uso de modelos de regressão para estabelecer

a renda permanente, ainda que a validade preditiva desses modelos dependa em que medida as características dos domicílios sejam capazes de prever os rendimentos. Por sua vez, Stevens (1999) sugere que a taxa de risco multivariada (ênfase de episódios) reproduz melhor os padrões de pobreza persistente, que o método do componente.

2. Enfoque de episódios de pobreza

A abordagem dos episódios centra-se no estudo da dinâmica da renda e episódios de entrada e saída da pobreza. A ferramenta padrão nesta abordagem são as matrizes de transição, em que em sua versão mais simples comparam-se os rendimentos (ou estados de pobreza e miséria) nos momentos $t+1$ e t . Esta abordagem tem sido utilizada para diferenciar o pobre crônico do transitório. A identificação é feita através de dois limiares, um da pobreza e outro de tempo. No primeiro caso, usamos uma linha de pobreza estática. No segundo, a distinção é geralmente feita a partir da frequência de episódios em que a renda cai abaixo da linha da pobreza (FOSTER, 2007).

Deve notar-se que a utilização de uma linha de tempo adiciona uma segunda fonte de arbitrariedade na medição da dinâmica de pobreza, sendo a primeira a da pobreza de recursos (CERIANI, 2009). Além disso, uma “linha do tempo” muito exigente irá diminuir a pobreza crônica e vice-versa. Isso pode interagir com a linha de pobreza monetária: uma linha de pobreza baixa com uma “linha de tempo” muito exigente pode aumentar a pobreza transitória. Por sua vez, uma medida com base na frequência pode permitir a uma pessoa com um rendimento elevado em um período, e ligeiramente abaixo da linha da pobreza nos outros períodos a ser classificada como pobre crônica. A consideração da pobreza crônica com base na frequência de episódios de pobreza também ignora o tempo que uma família passa em situação de pobreza - não considera a monotonicidade temporal⁴⁴ - e não leva em conta a severidade da pobreza (FOSTER, 2007).

O papel da duração dos episódios e seu tratamento em um índice de pobreza tem sido objeto de uma discussão considerável. Os argumentos para tratar especialmente a duração dos episódios são variados: uma maior exposição à pobreza está associada ao retardo do crescimento e reduz as habilidades cognitivas e comportamentais de crianças com piores condições de saúde e mais predispostas a permanecer pobres depois de adultos (FOSTER, 2007, ADDISON HULME, e KANBUR, 2007). O uso da duração como variável explicativa vem da noção do “estado de dependência verdadeira”, que propõe que a experiência da pobreza em um ano, aumente o risco de ser pobre no ano seguinte. Quando uma família entra na pobreza, os seus membros poderiam usar suas economias para manter seu bem-estar anterior. Quanto mais tempo a família permanecer em pobreza, mais provável que ela fique sem poupança e a perda de bem-estar. Também podem dificultar a saída da pobreza os parâmetros adotados em programas de transferência como os procedimentos de classificação de pobreza baseados em *proxy-means* e a duração limitada de concessão de benefícios aos mais pobres. (ARRANZ e SANG, 2010).

⁴⁴ Se um domicílio pobre passa mais tempo na pobreza, a medida total de pobreza deveria aumentar.

Recentemente, várias tentativas têm sido desenvolvidas para dar mais robustez axiomática para medidas de pobreza baseadas na abordagem dos episódios, enfocando a duração da pobreza. Por exemplo, Foster (2007) propôs uma nova família de medidas de pobreza crônica. Nesta metodologia, os pobres crônicos são identificados através de dois limites: a linha de pobreza estática e um limite de duração, ou o percentual mínimo de tempo durante o qual uma pessoa deve estar sob a linha da pobreza para ser considerada cronicamente pobre. Na computação dos indicadores é usada a família de medidas FGT (Foster, Greer e Thorbecke, 1984), ajustadas para a duração da pobreza. Todas essas medidas estão em conformidade com o axioma da monotonicidade e uma série de axiomas básicos.

A lógica empregada por Foster (2007) é a seguinte: o primeiro limiar é a linha estática z , e o segundo é a linha de tempo t , ou a fração mínima de tempo que uma pessoa deve passar na pobreza para ser considerada pobre crônico. Dado t , o conjunto de pobres crônicos é $Z = \{i: d_i \geq t\}$. Posto que Z depende de z e t , o número de pobres é uma função $K(y; z, t)$, onde y é a renda. Logo, o número de pobres $Q(y; z, t)$ é o número de pessoas em Z . Em uma população de tamanho N , se tem uma taxa de pobreza $H = H(y; z, t) = Q(y; z, t)/N$. Mas H não é sensível a duração da pobreza: por exemplo, se uma pessoa tem um vetor de rendimentos em 4 períodos de (7, 4, 2, 2), com ($z = 5; t = 0.70$), será pobre crônico ($t_i = 0.75$, ou $3/4$). Agora, o que acontece com H se a pessoa i em vez de obter 7 no primeiro período receber uma renda de 3? H não varia, já que $t = 0.70$, mas a duração da pobreza de i é 1.

Para resolver esse problema, Foster (2007) propôs um índice (D), que incorpora a duração média de pobreza crônica entre os pobres. A combinação de H e D produz um índice agregado sensível ao tempo que os pobres estão em situação de pobreza e as variações na prevalência de pobreza crônica. A razão ajustada pela duração $K0 = HD$ é o produto da taxa de pobreza original H e a média D . Por sua vez, para enfrentar a dificuldade de que $K0$ é insensível a variações na intensidade da pobreza, Foster levanta um indicador com base no hiato médio em todos os períodos em que o pobre cronicamente está na pobreza (G). Isto resulta em um índice de hiato de pobreza ajustado para o comprimento $K1$, que é o produto de três subíndices que medem a prevalência, a duração e a intensidade da pobreza crônica, ou seja, $K1 = GHD$.

Quanto à ordem dos episódios de pobreza, Foster (2007) apela para o princípio do anonimato temporal, a partir do qual a sequência não afeta a pobreza intertemporal, e ignora a ordem dos episódios de privação em seu índice de $K1$. Em vez disso, Bossert, Chakravarty e D'Ambrosio (2008), a partir da noção de que os efeitos da pobreza são cumulativos, dão mais importância aos episódios consecutivos de privação na comparação entre dois indivíduos com o mesmo número de episódios de pobreza. Considere-se a situação de pobreza em dois tempos, como X e Y , em que $x = (1/3, 1/2, 1/4, 1/2, 0)$ e $y = (1/3, 0, 1/2, 1/4, 1/2)$, a pobreza intertemporal é maior para X do que para Y , pois X enfrenta quatro episódios seguidos de pobreza, enquanto Y teve um episódio intermediário de não pobreza⁴⁵.

⁴⁵ Hoy e Zheng (2008) refletem a noção de independência do caminho, o que demanda que a adequação primeiro entre indivíduos e logo depois entre períodos deveria ser equivalente à adequação em uma ordem reversa, tanto para os indivíduos como para a sociedade. Contrariamente, Bossert, Chakravarty e D'Ambrosio (2010) se propõem a agregar primeiro no tempo e depois para os indivíduos, já que a adequação inicial entre os indivíduos significa que a informação sobre a persistência da pobreza nos indivíduos se perde quando chega na segunda etapa (não há informação sobre os períodos da vida de um indivíduo). Foster (2007) e Dutta, Rope e Zank (2010) também agregam inicialmente no tempo e depois nos indivíduos.

O papel do caminho também tem sido considerado por Ceriani (2009), com base no conceito de caminho-dependente da pobreza. Assumindo que os indivíduos possuem mais perdas que ganhos, um nível similar de renda será pior avaliado se uma diminuição no bem-estar material. Assim, a taxa de pobreza $H = P(Y, z)$, considerando duas populações de renda idênticas em t , será maior para as pessoas com o pior registro de renda entre t e $t-1$. Deve-se notar que esta entre pode valorizar mais a pobreza transitória. Se tiver dois perfis de rendimento t e $t-1$, x e y , em que $x = (7, 2)$ e $y = (2, 2)$, com $(z = 5)$, x será mais pobre do que y , uma vez que o rendimento de x diminuiu entre $t-1$ e t , enquanto a renda de y manteve-se inalterada.

Dutta, Roope e Zank (2010) propõem um índice que permite que eventos de saída da pobreza venham reduzir o impacto de um período posterior de privação. Esta abordagem, apesar de uma abordagem similar de Bossert, Chakravarty e D'Ambrosio (2008), difere metodologicamente deste, porque, em vez de sobrevalorizar os episódios consecutivos de privação, faz uso de uma taxa de desconto, o que reduz o impacto da pobreza em um período com base na quantidade de eventos que precedem as saídas. No entanto, usar uma taxa de desconto traz o problema de arbitrariedade na fixação de seu valor (ADDISON, HULME e KANBUR, 2007, CALVO e DERCON, 2007).

3. Evidência empírica sobre a pobreza no tempo e algumas implicações

Os EUA há muitos anos conta com estudos longitudinais nacionais⁴⁶. Essa evidência indica que a maioria dos episódios de pobreza tem uma duração limitada, e a menor parte da população que teve um episódio de pobreza persistente é pobre. O padrão típico é que as famílias empobrecem por vários anos, para logo sair da pobreza e permanecer assim por um período de tempo, mas uma fração dessas famílias pode cair na pobreza outra vez (STEVENS, 1999). A pequena diferença entre a pobreza transitória dos pobres determina que um evento econômico negativo, como perda de emprego ou desagregação da família, pode fazê-los cair na pobreza. Enquanto isso, aqueles que são pobres possuem características persistentes que os colocam em desvantagem em relação ao mercado de trabalho, o que limita as suas chances de escapar da pobreza (HIRSCHL e RANK, 2001).

As pesquisas para os países europeus são mais limitadas do que as dos EUA. Entre as pesquisas recentes, podemos citar a de Andriopoulou e Tsakloglou (2011), que usaram a frequência e a duração dos períodos de pobreza para construir a seguinte tipologia: a) pobre transitório, que experimentou a pobreza de uma vez por apenas um ano, b) pobre a médio prazo: experimentou a pobreza uma vez, mas por dois anos, c) pobres recorrentes: indivíduos pobres mais do que uma vez, mas não mais de dois anos consecutivos e d) pobres persistentes ou pobres continuamente por pelo menos 3 anos. Segundo essa análise, os pobres transitórios constituem a maior fração dos pobres (42,5%) na União Europeia, sendo seguido pelos pobres persistentes (28,8%) (ver quadro 8).

⁴⁶ Entre outros, pode-se mencionar o PSID (Panel Study of Income Dynamics), o NLSY (National Longitudinal Survey of Youth) e o SIPP (Survey of Income and Program Participation).

QUADRO 8
(UNIÃO EUROPEIA, 14 PAÍSES): PERFIS DE POBREZA NO TEMPO POR PAÍSES

(Valores em porcentagem de população e em % da população pobre)

Países	Tipos de pobres/ população total				Tipos de pobres/população pobre			
	Transi- tórios	Médio prazo	Recor- rentes	Persis- tentes	Transi- tórios	Médio prazo	Recor- rentes	Persis- tentes
Áustria	14,2	3,5	3,5	6,5	51,3	12,6	12,6	23,6
Bélgica	14,8	3,8	4,8	8,7	45,9	12,0	15,0	27,1
Alemanha	14,1	4,2	4,0	7,0	48,2	14,5	13,5	23,8
Dinamarca	15,5	3,5	3,8	4,6	56,5	12,8	13,8	16,9
Espanha	15,7	4,5	8,1	10,3	40,8	11,7	21,0	26,6
Grécia	14,6	5,3	7,6	14,8	34,5	12,6	17,9	35,0
França	13,5	4,7	4,8	9,5	41,5	14,4	14,7	29,4
Finlândia	11,2	3,5	1,9	4,3	53,7	17,0	8,9	20,5
Itália	13,6	4,5	6,7	13,3	35,7	11,9	17,7	34,8
Irlanda	14,9	4,2	5,2	12,3	40,8	11,5	14,3	33,5
Luxemburgo	9,8	3,4	2,4	7,0	43,5	15	10,7	30,8
Holanda	12,3	2,8	3,7	5,0	51,7	11,7	15,6	21,0
Portugal	14,1	4,5	5,7	15,8	35,2	11,3	14,1	39,4
Reino Unido	17,6	5,4	6,3	12,8	41,8	12,8	15,1	30,3
União Europeia	14,6	4,5	5,4	9,9	42,5	13,0	15,7	28,8

Fonte: Extraído de Andriopoulou e Tsakoglou (2011).

^a O índice de pobreza estática é de 60% na média das rendas.

Nos países em desenvolvimento, a análise da dinâmica da renda e da pobreza é muito mais recente que nos países desenvolvidos, e também grande parte dos dados não são comparáveis, pelas diferenças conceituais e metodológicas entre os estudos. Estas diferenças são expressas nos conceitos e nos métodos de construção dos indicadores de pobreza, no número de rodadas, na qualidade e na cobertura de inquéritos, nas taxas de atrito ou perdas amostrais, etc. Tudo isso implica que os dados disponíveis devem ser vistos com cautela (DERCON e SHAPIRO, 2007).

QUADRO 9
(17 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO): PERSISTÊNCIA DA POBREZA EM ESTUDOS DIFERENTES LONGITUDINAIS^{a b}

(Valores em porcentagens de população)

País	Anos	Medições (rodadas)	Amostra	Sempre pobres	Às vezes pobres	Nunca pobres
Bangladesh	87-00	2	379 domicílios rurais	31,4	43,5	25,1
Bangladesh	94-01	2	1184 domicílios rurais	11,7	30,6	57,8
Argentina ^c	95-02	4 por corte	453 por corte, Grande Buenos Aires	14	29	57,1

Chile	96-01	2	15038 domicílios, regiões III, VII, VIII e RM	10,5	20,1	69,4
Chile ^d	96-01-06	3	10287 domicílios, regiões III, VII, VIII e RM	4,2	29,8	66
China	90-95	2	3311 domicílios rurais, província Sichuan	5,8	38,2	56
Nicarágua	98-01	2	2880 domicílios	27	22	52
Egito	97-99	2	347 domicílios urbanos e rurais	19	20,4	60,6
África do Sul	93-98	2	Sem informação	22,7	31,5	45,8
África do Sul	97-01	5	200 domicílios urbanos	35,9	58,3	5,8
África do Sul criança ^e	93-98	2	1171 domicílios província de Kwazulu-Natal	17,7	34	48,3
Etiópia	94-95	2	Sem informação	24,8	30,1	45,1
Etiópia	94-97	2	1500 domicílios rurais	12	55	33
Etiópia	94-97	2	1500 domicílios urbanos	22	37	41
Etiópia	94-04	6	1500 domicílios rurais	6	79	15
Costa do Marfim	85-86	2	Sem informação	14,5	20,2	65,3
Costa do Marfim	87-88	2	Sem informação	25	22	53,0
Indonésia	98-99	4	10640 domicílios rurais	17,5	40,3	42,2
Irã	92-95	4	3371 domicílios nacionais	4,9	43,3	51,8
Quênia e Madagascar ^f	93-95	2	301 domicílios rurais	70,8	22,5	6,8
Polôniag	93-96	4	4919 domicílios rurais e urbanos	5,3	33,5	61,2
Rússiag	94-98	4	2256 domicílios rurais e urbanos	2,2	45,4	52,4
Uganda	92/99	2	1103 domicílios rurais e urbanos	18,9	40,2	40,9
Vietnã	92/93-97/98	2	4272 domicílios nacionais	9,8	20,2	70,0

Fonte: elaboração própria, baseado em Dercon e Shapiro (2007), Baulch e Hoddinott (2000), Cruces e Wodon (2003), Denis, Prieto e Zubizarreta (2006), Davis e Stampini (2002), Sen (2003), Kabeer (2004), Haddad e Ahmed (2003), Adato, Carter e May (2004), Salehi-Isfahani (2003), Barrett e outros (2006), Luttmer (2001) e Baulch e Massett (2003).

^a Em quase todos os estudos o índice de pobreza estática se definiu com base no custo das necessidades básicas e na maioria, foi utilizada a renda monetária disponível. Em alguns estudos se empregou o gasto no consumo por integrante do domicílio como medida de pobreza.

^b Na categoria sempre pobres, classificam-se todos os lugares/pessoas que estiveram sobre a linha da pobreza em todas as medições: por exemplo, na Argentina, 14% da população entrevistada foi pobre nas 4 medições realizadas.

^c Fez-se uso de uma medida de ingressos equivalentes. As incidências reportadas são um meio simples das incidências para cada corte (estas são de tamanho igual).

^d Os valores correspondem às porcentagens da população. Não informaram os valores para os domicílios.

^e Gasto em consumo equivalente.

^f Fez-se uso de um índice "equidistante" a linhas oficiais de pobreza do Quênia e Madagascar.

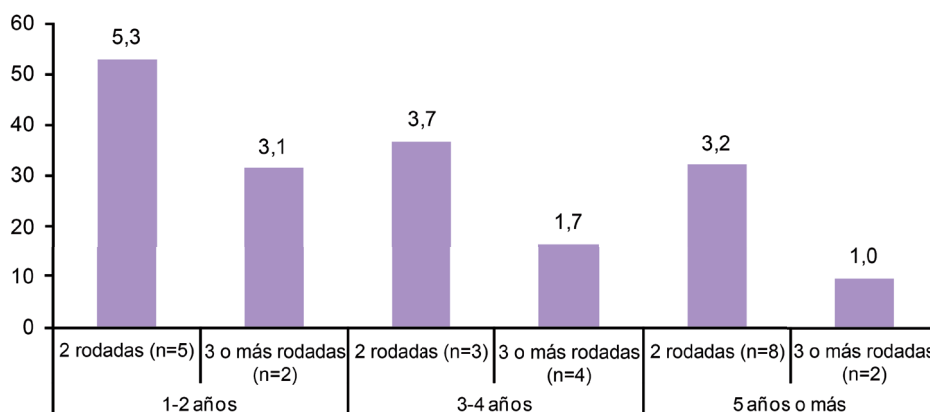
^g Índice da pobreza relativa, fixado em 20% mais baixo da distribuição de cada ano em que são realizadas medições.

O Quadro 9 mostra que, na maioria dos países e estudos, mais da metade dos que tiveram um episódio de pobreza são pobres transitórios e que a minoria são persistentes, sendo estes últimos definidos segundo os critérios de estar abaixo da linha da pobreza em todas as medições. Esses dados indicam a existência de uma fração significativa da população vulnerável a cair na pobreza (BAULCH e HODDINOTT, 2000; HERRERA, 2006; DERCON e SHAPIRO, 2007). O achado de considerável mobilidade na pobreza tem levado alguns pesquisadores questionar noções de “pobreza dura” e resistente às políticas sociais (AGUILAR, 2002; DENIS, PRIETO e ZUBIZARRETA, 2006). No entanto, esta conclusão deve ser qualificada, pelas seguintes razões:

- a) A métrica univariada pode não ser suficiente para concluir um fenômeno multidimensional⁴⁷;
- b) Identificação dos pobres a partir da frequência de episódios de pobreza não leva em consideração a duração, gravidade e profundidade desta (MCKAY e LAWSON, 2003);
- c) O valor de limiar de pobreza temporária afeta os resultados. Por exemplo, no Chile, se é usado como referência um mínimo de dois episódios de pobreza, a pobreza persistente chegaria a 32%, e não a 9,5% obtido com o critério de “sempre pobre”. Por sua vez, o número de medições afeta a probabilidade de que um objeto seja classificado como persistentemente pobre (ver figura 6);
- d) A mobilidade observada através de métricas monetárias pode ser maior do que a real, porque o rendimento pode variar mais rápido que o padrão de vida⁴⁸ que, adicionado às flutuações de renda, pode ser maior entre os pobres e vulneráveis (HULME E MCKAY, 2005);
- e) Os problemas de atrito e representatividade das amostras, e não considerar a dinâmica dos padrões de vida entre as medições⁴⁹ verificadas pode comprometer a robustez das conclusões.

GRÁFICO 6
(17 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO): INCIDÊNCIA DA POBREZA PERSISTENTE NA POBREZA TOTAL, POR QUANTIDADE DE RODADAS E COBERTURA TEMPORAL DOS ESTUDOS

(Valores em porcentagem da população “sempre pobre”, intermediária e simples)



⁴⁷ O mesmo pode ser dito no caso da mobilidade entre níveis de renda mais além da pobreza.

⁴⁸ Por exemplo, Baulch e Masset (2003) observaram que no Vietnã a pobreza monetária é menos persistente do que aquela pobreza medida por indicações de educação e subnutrição.

⁴⁹ Muitos estudos painéis se baseiam em médias anuais e, por tanto, colapsam as dinâmicas entre as medições.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Dercon y Shapiro (2007), Baulch e Hoddinott (2000), Cruces e Wodon (2003), Denis, Prieto y Zubizarreta (2006), Davis e Stampini (2002), Sen (2003), Kabeer (2004), Ahmed e Haddad (2003), Salehi e Isfahani (2003), Barrett e outros (2006), Luttmer (2001) e Baulch e Masset (2003).
² Calculada considerando como denominador a população que teve ao menos um episódio de pobreza em todas as medições.

Quanto às implicações da evidência longitudinal para comprovação da erradicação da pobreza, a constatação de condição de não pobreza para um indivíduo ou grupo em um ponto no tempo não será suficiente para garantir que tal situação é “verdadeira” e tampouco permitirá inferência sólida a respeito da probabilidade de que a condição verdadeira de não pobreza se mantenha ao longo do tempo. Parte da pobreza observada é composta por pessoas que não têm um baixo padrão de vida (por exemplo, que perderam seus empregos, mas têm poupança para sustentar seu nível de consumo) em um ponto do tempo, e, portanto, não será pobre do ponto de vista da renda permanente ou de consumo. Por sua vez, uma parcela dos não pobres, identificados por uma medida transversal, é composta por sujeitos que tem baixo padrão de vida (por exemplo, as famílias que tiveram um aumento transitório da renda não vão obter uma melhora em seu padrão vida a longo prazo) (GORDON, 2002).

Os indicadores de pobreza intertemporais são cruciais se o objetivo de uma política é a redução ou a erradicação da pobreza, e pode ser muito útil para monitorar as ações de combate à pobreza, fornecendo informações para a formulação de políticas apropriadas. Por exemplo, duas regiões de um país podem enfrentar a mesma situação em termos de quantidade de pobres e severidade da pobreza, mas, em uma região, a pobreza poderia ser amplamente persistente e a outra principalmente transitória. O primeiro caso exigirá políticas para resolver os problemas estruturais (acesso à educação e saúde, provisão de infraestrutura básica, etc.), enquanto o segundo deve ter ferramentas priorizadas para complementar a renda (seguro-desemprego, micro-crédito, etc.) (ADDISON, HULME e KANBUR, 2007).

As medidas de pobreza intertemporais também podem ser muito importantes para aumentar a validade e confiabilidade de medidas transversais de pobreza (para detalhes, ver seção seguinte). De fato, tem se reconhecido a necessidade de incluir aspectos não monetários na análise da dinâmica da pobreza, dada a existência de um conjunto de “armadilhas” sistêmicas que poderiam impactar a reprodução da pobreza persistente, tais como insegurança, falta de voz e representação, o isolamento e a segregação residencial, a discriminação e as oportunidades de emprego limitadas (CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A POBREZA CRÔNICA, 2009, 2011). A partir da métrica monetária não há uma completa caracterização da pobreza e é plausível que uma fração da população, ainda que aumento de sua renda (ou despesa de consumo), persista em situação de pobreza, porque continuam a apresentar dificuldades em outras áreas do bem-estar.

Finalmente, o dinamismo da pobreza pode afetar a confiança com que se possa comprovar a meta de erradicação da pobreza por meio de medidas transversais, assim como criar dificuldades na operação de identificação de eligibilidades de beneficiários para programas, o que irá resultar em erros de inclusão e exclusão. Neste sentido, diz-se que os movimentos de entrada e saída da pobreza explicam porque as políticas com base em uma perspectiva estática têm dificuldade na sua focalização de públicos-alvo, o que significa que não apenas as transferências devem ser entregues para os mais pobres, mas devem ser expandidas para as famílias vulneráveis (HERRERA, 2006).

IV. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A qualidade do processo de medição e as formas como os erros são avaliados e controlados são aspectos a serem levados em conta quando verificamos uma meta de erradicação da pobreza. Tradicionalmente, tem-se assumido que o erro de medição é independente do valor real de um estado de pobreza ou pobreza em um período de tempo. No entanto, nos últimos anos temos acumulado evidências indicando que muitas vezes essa premissa não é verificada, o que significa que os erros podem não ser distribuídos aleatoriamente.

O erro pode aparecer em diferentes fases do processo de pesquisa. Normalmente, classificam-se os erros por suas fontes, o que leva a diferenciá-los em três categorias: a) medição, que ameaçam a validade e a confiabilidade das estimativas; b) estimativa, cometidos na inferência a partir de unidades particulares do levantamento da população e c) não-resposta ao item. Os erros nem sempre são atribuíveis a uma determinada origem pois há interrelação entre as várias fases de uma pesquisa. Muitas vezes, os indicadores de avaliação de erro fornecem informações gerais sobre a confiabilidade e identificação da fonte e assim, conseqüentemente, sobre o erro em particular (VERMA e BETTI, 2010).

Esta seção descreve e analisa alguns dos erros mencionados na literatura de medição da pobreza e faz uma breve revisão dos procedimentos usualmente utilizados para controlar e corrigi-los. A discussão incidirá sobre os erros mais comuns na medição da pobreza com base na abordagem monetária, porque esta abordagem é utilizada por governos da região para a avaliação de iniciativas para erradicar a pobreza.

A. ERROS CONCEITUAIS DE MEDIÇÃO

Este tipo de erro ocorre quando os termos usados têm pouca capacidade para refletir o fenômeno que pretendem medir. Por exemplo, para verificar a eliminação da pobreza através de um indicador que capta a renda atual em um ponto temporal t , é necessário o cumprimento de dois itens. Esta medida é uma boa aproximação para o padrão de vida ao se executar a medição; a validade preditiva é identificada com um padrão de estar acima do mínimo em t , permanecendo assim ($t + 1$, $t + 2$, $t + n$).

O problema é a capacidade de rendimento atual para medir o nível de vida. Mesmo que a renda fosse perfeitamente medida, continuaria a ser uma aproximação e algumas das diferenças observadas no bem-estar seriam às vezes verdadeiras e às vezes não (MCCULLOCH e BAULCH, 2000). A questão é mais complexa no que se refere à validade preditiva de uma declaração de erradicação baseada em uma medida transversal da renda, dada a volatilidade que a renda possui ao longo do tempo. Tem sido dito que um indicador monetário não é suficiente para formar um juízo conclusivo sobre o bem-estar da população a longo prazo (HULME e MCKAY, 2005, TILL e EIFFE, 2010).

Esta dificuldade pode ser ilustrada com uma discussão: se o rendimento em t é uma boa estimativa da renda permanente⁵⁰. A maioria das análises usam a renda atual como um montante corrente e para a renda permanente adotam o modelo $y_{it} = y_i + v_{it}$, onde y_{it} é a renda atual, y_i é a renda de longo prazo e v_{it} o erro de medição, que não estaria correlacionado a y_{it} e seus determinantes. Este modelo assume uma relação linear entre y_{it} e y_i , onde o coeficiente de regressão é igual a um, mas alguns estudos têm mostrado que os coeficientes entre o rendimento corrente e algumas medidas de rendimento permanente variam de acordo com ciclo de vida e não são iguais a um⁵¹, o que significa que o modelo convencional não caracteriza bem a relação entre o rendimento corrente e permanente (HAIDER e SOLON, 2005).

Os problemas de renda atual levaram alguns pesquisadores a sugerir que os gastos do consumidor são uma melhor aproximação do padrão de vida agora e a longo prazo. Isso ocorre porque os consumidores têm alguma ideia de sua renda permanente, e não vão mudar seus padrões de gastos se acreditam que as variações na renda são transitórias. O que afetar o consumo varia menos do que a renda (MEYER e SULLIVAN, 2010). Além disso, o consumo poderia capturar melhor algumas situações relacionadas com o padrão de vida, tais como posse de bens duráveis, e seriam mais sensíveis aos efeitos das transferências do Estado. De qualquer forma a relação entre o consumo e padrões de vida pode ser mais complexa, especialmente em contextos caracterizados por um acesso generalizado ao crédito. Este último pode inflar artificialmente o custo e promover a dívida das famílias (por exemplo, no Chile, os indicadores da parcela mais pobre apresentam um maior encargo financeiro⁵²), que os tornam mais vulneráveis a choques que podem corroer seu padrão de vida a médio prazo.

Com relação às evidências disponíveis sobre o desempenho de ambos os indicadores, Meyer e Sullivan (2010) compararam estimativas de pobreza baseada na renda e consumo para os Estados Unidos entre 1960 e 2008, e concluíram que as medidas de consumo apresentam reduções de pobreza muito mais relevantes do que as apreciadas pela renda. No entanto, Bavier (2008) observa que existem grandes lacunas nas estimativas de pobreza na América produzidos pelo rendimento e consumo e não encontra nenhuma evidência de superioridade de um sobre o outro indicador.

Há dois argumentos que tendem a inclinar a balança a favor da renda. Um deles é o fato de que a renda é um indicador melhor do que o consumo quando a pobreza é definida como “falta de direitos” e é expressa em uma política pública que garante o direito à renda mínima cidadã (ATKINSON, 1991). O outro, talvez mais importante, é que a coleta de informações sobre os gastos é mais onerosa (mais itens são necessários em uma mesma unidade de observação), uma limitação concreta em pesquisas domiciliares multi-propósitos, em que se prefere o levantamento de algumas perguntas sobre o rendimento que um número maior de questões relacionadas com os gastos dos

⁵⁰ Isso parte da premissa de que alguns componentes da renda permanente, como o valor presente na renda futura do trabalho, não são observáveis.

⁵¹ Por exemplo, ver Lillard (1977), Bjorklund (1993) e Haider e Solon (2005).

⁵² Relação dívida/renda. Para mais detalhes, veja o Banco Central do Chile (2010).

consumidores. No caso de medidas com base no rendimento, a omissão de alguns componentes da renda não-monetária e monetária relevante para o padrão de vida vai levar a sobre-estimar a estimativa de pobreza. Na literatura, foram identificados problemas como falta de consideração de bens públicos recebidos a preços gratuitos ou baixos (educação, saúde, água e saneamento, eletricidade, comida, etc.). Outro componente de renda que geralmente não é capturado por pesquisas domiciliares são transferências em dinheiro e em espécie de ONGs. No caso de bens e serviços públicos, a magnitude do viés depende do grau de mercantilização⁵³ dentro de um país (ou, inversamente, o grau de esforço estatal no fornecimento de bens públicos), bem como a transferência para a pobres que são feitos em espécie⁵⁴.

Um método para a quantificação dos benefícios em espécie é assumir que o seu valor é igual aos custos de produção (PAULUS, e TSAKLOGLOU SUTHERLAND, 2010). Esta abordagem tem sido criticada por desconsiderar as diferenças nos custos de produção entre os diferentes governos locais e não considerar o diferencial na qualidade dos benefícios (AABERGE, LANGØRGEN e LINDGREN, 2010). Como alternativa se propôs a considerar o valor monetário dos custos dos serviços públicos que as famílias incorreriam se esses serviços estivessem disponíveis apenas no mercado. Propõe-se também consultar o montante que as famílias estão dispostas a pagar por esses serviços. No entanto, estas duas últimas opções requerem volume custoso de informação (MARISCAL et al, 2008), o que levou à adoção do método do custo de produção na União Europeia. Deve-se notar que a inclusão do valor de serviços de educação e de saúde a partir deste método reduziu a taxa de famílias com baixo rendimento em países europeus (AABERGE, LANGØRGEN e LINDGREN, 2010).

A renda implícita para a aquisição da casa própria é outro aspecto a ser considerado. A residência principal é frequentemente o maior ativo das famílias para evitar o pagamento de aluguel e permite o uso de habitação como garantia para acesso ao crédito. Uma forma de estimar este componente é cobrá-lo através do procedimento de equivalência de renda, como a União Europeia, onde o valor da renda imputada pela posse da casa é fixado pelo preço de mercado de uma locação habitação semelhante. A equivalência pode ser estimada a partir de dados objetivos (estatísticas sobre a renda paga por uma sub-amostra de inquilinos), ou pelas respostas dos entrevistados a perguntas sobre o valor potencial do seu aluguel. Este último método não é recomendado pela Eurostat, porque isso levaria a superestimar o valor do aluguel. O procedimento de equivalência Aluguel foi implementado pela primeira vez em 2007, levando a um declínio na incidência, profundidade e severidade da pobreza na maioria dos países europeus. A pobreza caiu substancialmente entre adultos mais velhos e aumentou entre os inquilinos (SAULI e TÖRMÄLEHTO, 2010).

⁵³ Esping Andersen (1990).

⁵⁴ Na América Latina o caso mais evidente foi o da República Bolivariana da Venezuela, país que conta com programas sociais baseados fortemente em transferências em espécie.

Beccaria (2007) aponta uma limitação adicional ao emprego no valor de mercado de transferências em espécie (incluindo o valor imputado da habitação) em medidas de renda. Isso ocorre porque as famílias não têm a capacidade de usar esses recursos a

seu critério, uma vez que estes bens podem ser aplicados somente na satisfação de certas necessidades. Assim, a sua inserção em termos de preços de mercado pode subestimar a pobreza se o valor resultante destes bens superarem ao que eles tem na linha da pobreza.

Por sua vez, há dois fatores que influenciam o custo relativo de satisfazer as necessidades dos membros da família. O primeiro fator é a “equivalência no consumo”, que refere-se às diferenças nas necessidades dos indivíduos, dependendo de suas características. O segundo consiste em “economias de escala”, o que implica no aumento à medida que o número de membros do agregado familiar cresce e os gastos por pessoa para a satisfação de suas necessidades esteja diminuindo. Estes elementos têm sido tratados por meio de escalas de equivalência, onde o custo para satisfazer as necessidades de uma família são expressos em termos de um domicílio de referência, usando curvas de Engel e equações de demanda. Tem se assinalado que cada uma das formas de estimação tem limitações e não se pode determinar que uma é melhor que a outra. Assim, foi proposta a utilização de uma escala de equivalência paramétrica baseada em uma função que define os parâmetros associados com economias de escala e equivalentes de consumo por sexo e idade (ALONZO e MANCERO, 2011).

Outra dificuldade é a definição da unidade de análise. Para alguns, a unidade de análise deve ser o indivíduo, já que boa parte da teoria sobre as necessidades e o bem-estar nasce partir delas, enquanto para outros, a abordagem deve ser o domicílio, uma vez que decisões mais importantes são tomadas aí para satisfazer as necessidades dos seus membros. No entanto, considerando o domicílio como unidade de análise, em situações em que diferentes famílias vivem dentro de um mesmo local, elas seriam tratadas como uma unidade, quando na realidade podem ser unidades distintas. (RIEGG CELLINI, MCKERNAN e RATCLIFFE (2008). Por sua vez, os indicadores de pobreza ao nível domiciliar não captam as variações de bem-estar interna ao domicílio. Uma contagem com base na renda média supõe que os recursos disponíveis são distribuídos igualmente dentro da família, o que nem sempre pode ser a realidade. As dificuldades práticas de se avaliar a distribuição interna do bem estar dentro dos domicílios tem sido decisivas na não consideração deste aspecto nas medidas de pobreza usuais.

B. ERROS DE ESTIMATIVA: SUBCOBERTURA E NÃO-RESPOSTA

Erros de estimação ou de insuficiência de observações resultam geralmente de problemas de coleta de parte da amostra, ou problemas no desenho do plano amostral. Quando eles são específicos para alguns grupos e não são bem controlados, resultam em extrapolações erradas das unidades de medida para população do estudo. Estes problemas podem ocorrer na concepção e coleta da amostra, e incluem os erros de cobertura, de estimação e de seleção da amostra (VERMA e BETTI, 2010).

O erro de amostragem é uma das fontes mais analisadas de erros de estimação. Para estimativas baseadas em pequenas amostras, este componente pode ser o principal fator de erro. Com amostras maiores, os erros não de amostragem, mas em especial, os de

não-resposta e de medição podem ser mais importantes. No entanto, mesmo em estudos com amostras maiores, os erros de amostragem das estimativas da pobreza aumentam quanto menores forem as populações, grupos sociais ou regiões dentro de um país (VERMA e BETTI, 2010).

Os erros de cobertura surgem das discrepâncias entre a população-alvo e a base de referência para amostragem, e também dos erros de seleção da amostra. Estes problemas violam a condição de amostragem probabilística e surgem quando a população de interesse não se vê representada no marco amostral (zero probabilidade de seleção), e/ou quando da escolha das unidades de amostragem não é aleatória. Este erro pode resultar da obsolescência das informações utilizadas na construção do quadro marco amostral, pela não atualização de assentamentos feitos após o censo, ou a exclusão de subpopulações, por falta de acesso a locais onde residem.

A incidência da pobreza pode ser subestimada devido a erros de cobertura. Em um país onde a migração interna e a formação de assentamentos urbanos precários são fenômenos importantes, com Censos Demográficos realizados somente a cada dez anos a cada 10 anos, não se incluem apropriadamente essas populações na base da amostragem. Por sua vez, a população de rua geralmente não é considerado no Censo dos países da região, embora nos últimos anos foram iniciados estudos para identificar este grupo (MIDEPLAN, 2005, META, 2008). Outros casos são os pobres que vivem em áreas geográficas isoladas que dificultam o trabalho de recenseamento. De qualquer forma, a melhoria do plano amostral poderia causar problemas de comparabilidade levando a subestimar o sucesso de uma iniciativa de erradicação da pobreza, se o erro de cobertura na linha de base afetar principalmente os pobres.

O erro de não-resposta é uma categoria intermediária entre os erros de medição e estimação. É o fracasso na medição de uma ou mais variáveis para uma ou mais unidades de amostra, provocando aumento da variância pela redução da amostra efetiva e/ou pela ponderação e imputação usadas para seu tratamento. Formalmente, a magnitude de viés de (S) nas estimativas de rendimento mediano (Y) de uma população de referência N pode ser expressa como $S(y) = 1/n (n_1 Y_1 + n_2 Y_2)$, onde N é o total da amostra, Y1 é a renda média dos entrevistados, Y2 é a renda média dos que não respondem (valor desconhecido), n1 é o tamanho da amostra dos entrevistados e n2 o tamanho da amostra de não-respondentes. Isto significa que o tamanho do viés causado por não-resposta é uma função da incidência da parcela de não respondentes (n_2/n) e a diferença no rendimento médio entre respondentes e aqueles que não respondem ($Y_1 - Y_2$).

As fontes de não-resposta podem ser encontrada em diversas etapas envolvidas no desenho e trabalho de campo, tais como localização e contato com o domicílio selecionado, a realização da entrevista domiciliar e a realização de entrevistas pessoais (VERMA E BETTI, 2010). Informação sobre um item pode ser incompleta, porque não é possível coletá-la em detalhes em uma pesquisa. Às vezes, as informações são perdidas porque o entrevistado se recusa ou não a pode fornecer. Uma fração significativa de pessoas que

não respondem se incluem nas respostas “não sei” (MOORE, STINSON e WELNIAK, 2000). Erros de não-resposta podem não retratar a realidade nas estimativas de renda. Isso acontece se a não-resposta é comum e não distribuída aleatoriamente (é seletiva nas características medidas). Alguns componentes de renda como os rendimentos de trabalho de autônomos e a renda de capital podem estar sujeitos a níveis muito elevados de não-resposta (EUROSTAT, 2010). Da mesma forma, as pessoas com rendimentos elevados podem relutar em informar sua renda, enquanto que os mais pobres poderiam não ser localizados no trabalho no campo.

Como evidências da magnitude da não-resposta às perguntas sobre a renda, para os EUA, Moore, Stinson e Welniak (2000) indicam que, em média, 25% das rendas reportadas em pesquisas foi obtida por imputação ao invés de respostas diretas. Além disso, Verma e Betti (2010) contam que no novo painel EU-SILC 2007, a não-resposta de renda superou 33% em 8 de 26 países, o que pode prejudicar a representatividade dos resultados. As maiores taxas de não-resposta foram observada nos extremos da distribuição.

A não-resposta é um problema particularmente grave para estudos longitudinais (ver quadro 10). A perda acumulada de domicílios pode afetar substancialmente o poder estatístico da estimativa e, além disso, se a perda amostral não é aleatória, os resultados do estudo serão contaminados pelo viés da seleção. Este é um problema muito difícil de controlar quando o desgaste depende de fatores não observáveis na primeira rodada de um painel (DERCON e SHAPIRO, 2007).

QUADRO 10
TAXAS DE ATRITO EM DIFERENTES ESTUDOS LONGITUDINAIS
(Valores em porcentagens de domicílios/pessoa)

País	Período entre pesquisas	Atrito
Argentina, EPH 1995-2002	7 anos	48,0
Peru LSMS, 1997-1998	2 anos	12,0
Peru LSMS, 1998-1999	2 anos	3,0
Chile, Painel CASEN (1997-2001)	5 anos	28,1
Chile, Painel CASEN (2001-2006)	5 anos	31,6
Chile, Painel CASEN (1997-2006)	10 anos	50,8
Austrália	1 ano	13,2
Bélgica	1 ano	8,7
Dinamarca	1 ano	14,0
França	1 ano	11,2
Alemanha	1 ano	7,3
Grécia	1 ano	9,7
Itália	1 ano	15,3
Luxemburgo	1 ano	5,9
Holanda	1 ano	6,5
Portugal	1 ano	8,9
Espanha	1 ano	4,7
Reino Unido	1 ano	11,6
Estados Unidos	1 ano	14,5
Quênia	2 anos	41,0
Madagascar	3 anos	58,4
África do Sul	5 anos	35,0

Fonte: Elaboração própria, baseada em Dercon e Shapiro (2007), Denis, Prieto e Zubizarreta (2007) e Feres (2011).

A melhor estratégia é evitar a não-resposta, o que requer um desenho cuidadoso do questionário e do trabalho de campo para garantir um clima de colaboração adequado. Agora, se são verificados problemas de não-resposta, vários procedimentos podem ser usados para resolver estas dificuldades (ver quadro 11). Deve-se notar que não há maneira universalmente aceita para corrigir os erros de não-resposta e que a escolha do procedimento deve se adequar a situação e ao contexto particular do levantamento. Deve-se tomar cuidado com a seleção de métodos de correção, uma vez que podem introduzir novos vieses (MEDINA e GALVAN, 2007)

QUADRO 11
DIFERENTES TIPOS DE NÃO-RESPOSTA, CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Problema	Descrição	Soluções possíveis
Não-resposta da unidade	Perde-se a unidade completa. Não se pode obter informações sobre o domicílio selecionado, incluindo a entrevista sobre as características do domicílio e as entrevistas das pessoas no domicílio.	Sobre-amostra, substituição, reponderação
Não-resposta parcial da unidade	No se pode obter uma entrevista pessoa dentro do conjunto de adultos elegíveis no domicílio.	Descarte, ponderação ou imputação completa do caso.
Não-resposta ao item	Não se obterá informação sobre a variável de interesse em sua totalidade (por exemplo, não se recolheu nenhuma informação sobre a renda)	Descarte, imputação
Não-resposta parcial ao item	Não se consegue a informação completa sobre parte da variável de interesse (por exemplo, não se pegam dados sobre uma ou várias fontes de rendimento)	Imputação e micro simulações

Fonte: Elaboração própria, com base nas Nações Unidas (2005) e Verma e Betti (2010).

A não resposta de toda a unidade tem sido tratada por ajustes ao tamanho da amostra, para a substituição de unidades perdidas e por reponderação. O ajuste do tamanho da amostra requer uma estimativa da taxa de não resposta, antes da coleta de dados. Este procedimento aumenta o tamanho da amostra final. Por outro lado pode-se substituir de forma em que há decisão do entrevistador para incluir unidades adicionais na amostra, mas esta seleção não é baseada em uma probabilidade objetiva (ONU, 2005).

A reponderação consiste no cálculo de pesos compensatórios aplicados nos domicílios que respondem⁵⁵. Para a nova ponderação exige-se a mesma informação disponível para os entrevistados respondentes e que não-respondem. Às vezes, a única informação disponível é a localização geográfica, o que leva a atribuir maior peso a todas as famílias que respondem na área de enumeração. Por exemplo, se 90% das famílias responderam em uma área de enumeração, os ponderadores⁵⁶ desses domicílios

⁵⁵ Em outras palavras, a reponderação distribui os pesos base das unidades que não respondem às unidades que respondem, de forma que a soma dos pesos ajustados das unidades que respondem seja igual à soma dos pesos base para a amostra completa. (MOHADJER E CHOUDHRY, 2002).

⁵⁶ A quantidade de domicílios na população que representa a casa selecionada na amostra. O peso base é a probabilidade investida de seleção de um domicílio domicílio.

deve ser aumentado por um fator de $1/0.9 = 1.11$. Se houver mais informações, as não-respostas podem ser analisadas a partir de modelos de regressão logística, probit ou outros. Nesses casos, os coeficientes de regressão são utilizados para prever a probabilidade de respostas para cada família e o inverso dessa probabilidade é usado para estimar uma “propensão para ponderar a resposta.” Uma vez que os pesos estimados a partir de probabilidades são muito variáveis, pode-se agrupá-las em categorias e estimar os pesos correspondentes através da média, mediana ou outra estatística (ONU, 2005; MOHADJER e CHOUDHRY, 2002.)

Uma prática que não é incomum é descartar casos que declaram renda zero, situação que se configura quando na unidade entrevistada não são respondidos todos ou alguns quesitos sobre rendimentos e/ou observa-se não-resposta parcial. Esta prática tem sido justificada com base em argumentos que essas observações não são confiáveis e não seriam úteis para a avaliação do bem-estar. Assim, a República Tcheca, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Hungria e Reino Unido descartam casos de famílias com entrevistas pessoais perdidas (VERMA e BETTI, 2010). Gasparini (2004) explorou o impacto dos descartes de unidades com renda zero na taxa de pobreza na Argentina em 1992 e 2003 e concluiu que este indicador não foi afetado, e o que corresponderia à renda zero foi cerca de 1% da amostra total. De todas as formas, a prática de descartar tem sido criticada pela falta de base conceitual que a fundamenta pela perda de informações, pelo aumento da taxa de não-resposta e pela possibilidade de vieses que afetem a representatividade da amostra restante (VERMA e BETTI, 2010).

Uma das estratégias mais utilizadas para corrigir os vieses derivados da resposta parcial da unidade, da não resposta ao item e também de outliers é a imputação, ou a atribuição de um valor para a resposta perdida, ou que corresponda a um valor esperado. A imputação é quase sempre preferível que o descarte e pode reduzir o viés nas estimativas, mas o último depende da adequação das hipóteses utilizadas na imputação. Deve-se notar que a suposição da aleatoriedade da distribuição dos dados faltantes é assumida na maioria dos métodos de imputação, mas muitas vezes esta hipótese não é cumprida, porque a ausência de resposta está correlacionada com as características de respondentes (MOHADJER e CHOUDHRY, 2002, MEDINA e GALVAN, 2007).

A imputação por médias não condicionadas baseia-se no pressuposto de aleatoriedade da não-resposta. A atribuição de valores para aqueles que não respondem é através dos valores médios de entrevistados na variável de interesse. Este procedimento tem sido criticado, já que afeta a distribuição de probabilidade da variável imputada, reduz a correlação com outras variáveis e reduz a sua variância⁵⁷ (MEDINA e GALVAN, 2007).

A imputação por média condicionada é uma variante do processo acima descrito e consiste em formar categorias a partir de fatores associados com a variável de interesse, e imputar com observações provenientes da sub-amostra que tem características comuns. Aqui também se assume que os dados em faltantes sigam um padrão aleatório e existam tantas médias como categorias. Um procedimento que se tem adotado por

⁵⁷ Se em uma entrevista 30% dos entrevistados não informou sua renda, e se imputa na base média das observações que dispõem de informação (por exemplo, 650 pesos), 30% da amostra terá como ingresso 650 pesos e zero de variação, o que reduzirá a dispersão da amostra total. Isto por sua vez incidirá na forma da distribuição do ingresso e nos valores das taxas de pobreza e desigualdade. (MEDINA E GALVÁN, 2007).

médias condicionadas é a utilização de regressão. Neste caso, eliminam-se as observações com dados incompletos e se ajusta um modelo para prever os valores que serão utilizados para substituir os valores ausentes (MEDINA e GALVAN, 2007).

Até 2009, na pesquisa CASEN do Chile se empregava uma imputação de renda por médias condicionadas, aplicada a todas as pessoas que, devendo informar rendimentos em alguma fonte específica, não o fizeram. A técnica consistia em atribuir a essas pessoas a renda média relatada por indivíduos com características semelhantes, onde cada grupo era constituído através de cruzamento simultâneo de variáveis de classificação⁵⁸ (FERES, 2009).

Por seu vez, através do método hot-deck⁵⁹ se busca preservar a distribuição de probabilidade das variáveis com dados incompletos (DURRANT, 2005). Este procedimento preenche as informações de campo onde faltam dados com dados completos (de unidades doadoras). Isso é feito a partir de uma seleção aleatória de valores observados, o que não afeta a variabilidade do estimador. A qualidade do processo depende do grau em que aglomerados são gerados para assegurar que a carga é feita com características comuns entre as observações e correlacionadas com a variável a imputar; assim, quando a variável de classificação não estiver associada com os valores faltantes podem ocorrer resultados errôneos. A aplicação do presente método requer a adoção de algum método para identificar qual dos valores observados será utilizado na imputação⁶⁰ (MEDINA e GALVAN, 2007). No caso do CASEN no Chile, até 2009 este foi método utilizado para imputar renda aos chefes de domicílios proprietários de casas sem valor de aluguel declarado. Em termos gerais, após a organização geográfica das famílias, estas são selecionadas segundo variáveis como situação de moradia (própria ou própria a ser paga) e tipo de moradia (casa, apartamento, etc.) (FERES, 2009).

⁵⁸ Para os ocupados, eram utilizados como variáveis de classificação: 1) categoria ocupacional, 2) a região, 3) parentesco (chefe; não chefe), 4) sexo, 5) nível educacional, 6) ramo da atividade econômica e 7) a ocupação.⁹ Para os ocupados, eram utilizados como variáveis de classificação: 1) categoria ocupacional, 2) a região, 3) parentesco (chefe; não chefe), 4) sexo, 5) nível educacional, 6) ramo da atividade econômica e 7) a ocupação.

⁵⁹ Este método se baseia na imputação com valores da pesquisa presente. Em troca, no procedimento "Cold Deck" se usa informação de outras pesquisas.

⁶⁰ Existem variantes do procedimento hot-deck. O "algoritmo sequencial" parte de um processo de ordenação pelos dados em cada sub-grupo e seleciona doadores na medida em que se recorre o arquivo de dados. Sua aplicação supõe que a falta de respostas se distribui de forma aleatória em cada uma das categorias, mas se a falta de respostas se concentrar em um extrato com poucas observações, é possível gerar estimadores viesados, mesmo que o procedimento seleccione várias vezes o mesmo doador. Por sua vez, o "método aleatório" identifica registros sem dados e o escolhe de forma estocástica. Também existe a possibilidade de que o doador seja o "vizinho mais próximo" para o registro sem dados, e a seleção se efetua a partir da definição de critérios de distância.

No método de imputação múltipla (IM) faz-se uso de simulações de Monte Carlo e os dados faltantes são substituídos a partir de um certo número ($m > 1$) de simulações. Cada simulação analisa a matriz de dados completos a partir de métodos estatísticos convencionais e os resultados são combinados para gerar estimadores robustos. Um processo que concorre com o IM é o de máxima verossimilhança (ML). De acordo com Schafer (1999), estimadores MV podem ser mais eficientes do que os obtidos com IM, porque não exigem as simulações ou dependem de um modelo estatístico, mas também tem se verificado que, com pequenas amostras, IM produz resultados mais robustos que o MV.

Os métodos de IM não devem ser considerados como a melhor opção para carregamento estatístico de todas as condições e finalidades. A adequação do método depende da variável de interesse e a incidência e distribuição de não-resposta da frequência. Por exemplo, embora Rubin (1987) afirme que IM produz bons resultados mesmo com taxas de não resposta de 50%, o fato das pesquisas domiciliares adotarem amostras probabilísticas implica que o tamanho da amostra assegura certa precisão para um nível

máximo de não resposta. Isto significa que em situações onde a omissão exceder este limite põe-se em risco a confiabilidade das estimativas. Além disso, em estudos onde a taxa de omissão na renda monetária é, por exemplo, de 25%, imputar a resposta em uma das quatro observações pode ser pouco útil, especialmente quando os resultados serão utilizados para a avaliação de políticas públicas (MEDINA e GALVAN, 2007).

Quanto à verificação da meta de erradicação da pobreza, substituir os valores de rendimento zero ou ausentes por valores aumenta a renda e reduz a pobreza. Assim, a decisão sobre a metodologia de imputação é complexa porque os indicadores de pobreza são sensíveis ao método. Por exemplo, Medina e Galvan (2007), com base nas EPH da Argentina 2007, e considerando como referência a porcentagem de indigentes estimado por médias condicionadas (11,1%), observaram que todos os valores imputados de pobreza usando métodos diferentes (excepto a hot-deck), foram significativamente diferentes do valor de referência, embora o intervalo no qual as taxas de pobreza flutuassem fosse pequena (de 10,3% para 12,8%)⁶¹. Enquanto isso, Gasparini (2004), comparando as taxas de pobreza com e sem imputação através de regressão, com base nas EPH Argentina 1992 e 2003, observou que em nenhum dos anos estudados o impacto da imputação na taxa de pobreza superou 5%.

Dadas essas limitações, Medina e Galvan (2007) sugerem não escolher a priori um método de imputação. A análise exploratória e verificação da consistência das informações devem fornecer insumos para selecionar o método que produz estimativas mais eficientes.

C. ERROS DE RESPOSTA

Aqui se incluem situações em que o valor observado difere do valor verdadeiro por fatores associados com o desenho dos instrumentos e coleta de dados. Neste caso, podemos distinguir como fontes de erro o questionário⁶², o entrevistado e o entrevistador, que isoladamente ou em interação podem influenciar as medições. Estes erros podem também ser resultados de dificuldades inerentes à coleta de certos tipos de informação. Este componente de erro, como qualquer outro, será um problema se é comum em uma quantidade significativa de situações de entrevista e está correlacionado com as variáveis a estimar (VERMA e BETTI, 2010).

O questionário é uma fonte potencial de erro. Idealmente, as perguntas ao entrevistado devem transmitir o significado que interessa ao pesquisador, mas há vários fatores que podem afetar a interpretação e as respostas às perguntas por parte do entrevistado. Estes fatores incluem: a) a formulação da pergunta, b) estrutura (aberto ou fechado), c) a ordem em que são apresentados e d) a duração da entrevista. A formulação das perguntas é um dos principais problemas, pela incapacidade de padronizar seu significado (MATHIOVETZ, BROWN e BOND, 2001). Por sua vez, a ordem das perguntas pode conter alguma informação que pode influenciar a resposta a uma pergunta posterior, e também produzir “response-sets”. Com relação ao impacto da

⁶¹ O intervalo de variação foi maior ao considerar as taxas de pobreza (de 27.5% a 33%).

⁶² Na literatura especializada de erro de resposta, este tópico é mais amplo que o “questionário”, e refere-se ao impacto do modo de coletar as informações (entrevistas presenciais ou por telefone, internet, questionário autoaplicável, etc.) no erro. Considerando que as pesquisas domiciliares da América Latina só usam entrevistas presenciais, não aprofundaremos o tema.

duração da entrevista, a qualidade de informação se deteriora quando a entrevista é muito curta ou longa. Se as entrevistas são muito curtas, os entrevistados não concedem a devida atenção e se são muito longas, a fadiga afetará o entrevistador e o entrevistado (BIANCOTTI, D’ALESSIO e NERI, 2008).

Os entrevistadores podem enviesar a medição por diferenças em suas capacidades para realizar as tarefas da entrevista (ler as perguntas, verificar as respostas, registrar a informação) e por suas características pessoais, que podem influenciar as respostas dos entrevistados. Se a maioria dos entrevistadores cometer erros na mesma direção (ou as suas características levam a erros semelhantes) os resultados serão enviesados (MATHIOVETZ, BROWN e BOND, 2001).

Quanto aos entrevistados, o erro pode ser analisado nas quatro etapas que compõem o processo de construção de respostas a perguntas sobre a renda. Essas etapas são a compreensão da pergunta, a recuperação de informações, a avaliação da consistência entre as informações recuperadas e a requerida, e por fim, a decisão de a comunicação da resposta (MATHIOVETZ, BROWN e BOND, 2001). Na qualidade de construção de respostas também influenciam a motivação do entrevistado, ou sua vontade de dedicar tempo e energia para concluir o inquérito (BIANCOTTI, D’ALESSIO e NERI, 2008).

Na fase da compreensão a confusão entre as diferentes fontes de renda, juntamente com perguntas muito complexas, podem fazer com que as pessoas não saibam as respostas. (MOORE, STINSON e WELNIAK, 2000; MATHIOVETZ, BROWN e BOND, 2001). Por exemplo, a carga cognitiva associada ao informe de rendimentos no ano passado para uma pessoa que tinha vários empregos esporádicos, e que foi beneficiária de vários programas de transferências públicas de renda, será maior do que a enfrentada por alguém que tinha emprego assalariado estável como a única fonte de renda.

Quanto à recuperação de informações, as falhas de memória podem enviesar a declaração de rendimentos recebidos, em período de referência de coleta mais extensos. Estes erros não são sempre aleatórios (MATHIOVETZ, BROWN e BOND, 2001; NAKATA, SAWADA e TANAKA, 2009). Os vieses também podem aparecer quando os entrevistados não conseguem recuperar diretamente da memória o valor de seus rendimentos e se valem de estratégia de “rememoramento” de informação⁶³ que pode ser enganosa. A prática em alguns países da região é perguntar a renda do mês anterior, o que levou a se sugerir a ampliação do período de referência, para melhorar a medição da pobreza (GASPARINI, 2004; MIDEPLAN COMITÉ TÉCNICO, 2010). Esta recomendação não leva em conta, os problemas associados ao problema de esquecimento .

Há algumas evidências de que períodos mais longos de “rememoramento” estão associados à subdeclaração de consumo e renda (GUENARD e MESPLÉ-SOMPS, 2010), que

⁶³ Estudos realizados sobre os entrevistados pela Pesquisa de Renda e Participação nos Programas (SIPP) permitiram observar as seguintes estratégias de reconstrução da renda do trabalho no último ano: 1) recordar-se de quanto recebeu por salários no último mês e a estimativa da quantidade de pagamentos recebidos no período de referência; 2) estimativa do número de horas trabalhadas durante o período de referência e multiplicação pelo salário por hora; 3) divisão salarial anual por doze; 4) identificação de um salário médio por hora e multiplicação por um ‘padrão típico’ de horas trabalhadas; 5) lembrar-se das quantias exatas para os meses recentes e a quantia média e logo estimar, para os meses anteriores; 6) identificação de uma quantia média e logo estimar para os meses para os meses anteriores se recebeu mais ou menos dinheiro ou 7) lembrar-se das quantias semanais mais recentes e multiplicar por quatro e por doze. (MARQUIS, 1990; CANTOR, BRANDT Y GREEN, 1991)

tendem a superestimar a pobreza. Visaria (2000) observou que o uso de um período de referência de uma semana, em vez de um mês, causou a queda da taxa de pobreza na Índia de 43% a 24% em áreas rurais e 33% a 20% em áreas urbanas, o que significou uma redução de 175 milhões de pobres. No mesmo país, Sharma (2004) comparou os relatórios de consumo de dois períodos recordatórios, um de sete e outro de 30 dias, e encontrou uma forte tendência para relatar mais consumo no menor período de referência. No entanto, Ahmed, Brzozowski e Crossley (2006) observaram que entre as famílias canadenses, os gastos de consumo levantados a partir da memória é maior do que o relatado diariamente, e Marquis e Moore (1990) observaram a subdeclaração de renda com base em dados da memória em um dos oito programas sociais incluídos na pesquisa SIPP. Por outro lado, Nakata, Sawada e Tanaka (2009) concluem que o uso de uma pergunta sobre o consumo, ao invés de inserida em uma categoria, produziu menos erros de lembrança da informação no Vietnã, e também observaram que o erro de “rememoramento” é significativamente associado com o tamanho do núcleo familiar. A última tendência também foi identificada em Papua Nova Guiné (GIBSON, 2002), Indonésia e Camboja (GIBSON e KIM, 2007).

Na fase de comunicação, o entrevistado decide se quer fornecer ou não as informações solicitadas. A sensibilidade de alguns entrevistados sobre sua renda pode motivar a subdeclaração, especialmente onde as convenções sociais inibem os entrevistados a informarem quanto ganham e constroem os entrevistadores a perguntar sobre os rendimentos de outros (TOURANGEAU ET AL, 2000). Essas dificuldades foram analisadas pelo Bureau do Censo dos EUA, que descobriu que os pesquisadores mudavam frequentemente as perguntas SIPP sobre a renda, omitindo definições, períodos de referência ou simplesmente não fazendo as perguntas (MOORE, STINSON e WELNIAK, 2000).

Uma parte da literatura empírica sobre os erros de resposta analisou as diferenças entre rendimento e gasto com consumo. Estes estudos descobriram que a renda declarada é menor do que os gastos com consumo e que tem sido atribuída à maior incidência de erros de captação da informação de renda (MEYER e SULLIVAN, 2010). Tem se sugerido que os dados de consumo são mais confiáveis, porque o período de referência para a maioria dos produtos mais consumidos (não durável) é mais curto (entre uma semana e um mês), enquanto que o referência de retirada para renda em várias pesquisas é geralmente um ano. A consequência prática disso é que a incidência da pobreza é maior através de uma medida com base na renda. No entanto, na América Latina o uso de um período de um ano para medir o rendimento não é o habitual.

Em todo caso, não há consenso sobre a confiabilidade das medidas de rendimento em comparação com aqueles obtidos através de gastos em consumo. Em um estudo longitudinal com uma amostra de 8000 domicílios italianos, Biancotti, D'Alessio e Neri (2008), observaram que as informações de rendimentos eram geralmente mais confiáveis do que as declarações sobre os gastos com consumo. Por sua vez, os

autores concluíram que a comunicação de rendimentos do trabalho assalariado era bastante confiável, assim como para as pensões e transferências do governo. Por outro lado, eram menos confiáveis as declarações de rendimentos de trabalho autônomo e benefícios complementares do trabalho. No entanto, deve-se notar que o índice de confiabilidade usado por Biancotti, Alessio D'e Neri (2008) não captura a subdeclaração, já que o coeficiente de Heise não muda se as famílias sistematicamente ocultam informações sobre sua renda ou seus ativos.

QUADRO 12
(ITALIA): ÍNDICE DE CONFIABILIDADE DE HEISE^a PARA INDICADORES
MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA, 1995-
1998-2000

Indicadores	Índice de Heise	Indicadores	Índice de Heise
Renda		Consumo e poupança	
Ingresso líquido disponível	0,82	Consumo	0,69
Rendimentos nominais	0,94	Não duráveis	0,69
Salários líquidos	0,95	Gasto com alimentos	0,80
Benefícios complementares	0,41	Duráveis	0,27
Pensão e transferências líquidas	0,94	Poupança	0,61
Outras transferências	0,76	Outros agregados	
Renda líquida por trabalho autônomo	0,74	Estoque de duráveis	0,43
Rendimentos líquidos por capital	0,72	Meio de transporte	0,89
Renda por bens	0,67	Mobiliário	0,23
Ingresso de ativos financeiros	0,72	Lugar de residências	
Riqueza		Propriedades	
Riqueza líquida	0,82	Superfície	0,84
Moradia	0,90	Valor:	0,84
Negócios familiares	0,56	Ano de construção	0,78
Riqueza financeira	0,68	Ano de aquisição	0,83
Depósitos	0,38	Renda imputada	0,74
Dívidas	0,54	Não proprietários	
Valores estatais	0,74	Aluguel	0,96

Fonte: extraído de Biancotti, D'Alessio e Neri (2008).

^a Um maior valor do índice significa uma maior precisão da medição

Todos estes antecedentes indicam que se devem tomar medidas para identificar e controlar o erro de resposta. Um primeiro passo para a identificação de vieses é a análise substantiva da consistência interna dos dados. Também se requer comparações com outras fontes (por exemplo, dados administrativos dos programas sociais). Os estudos longitudinais podem igualmente ser muito úteis para avaliar a estabilidade das respostas no tempo (VERMA Y BETTI, 2010). No que diz respeito ao trabalho de campo, a garantia da confidencialidade aumenta a confiabilidade das respostas às perguntas sobre renda (MOORE, STINSON Y WELNIAK, 2000). Nesta linha, pode-se explorar as possibilidades de uso de novas tecnologias para coletar informação sobre a renda em condições de maior anonimato.

1. O problema da sub-declaração

A sub-declaração de renda pode ser um grande problema para avaliar os esforços para erradicar a pobreza pois medem o progresso de indicadores monetários. Dois países (ou regiões de um país) podem ter a mesma taxa “verdadeira” de pobreza, mas se a subdeclaração de rendimentos é maior em um deles, a pobreza será sobreestimada nesse país. A sub-declaração também produz ruído quando se comparam duas medidas de pobreza nos momentos t e $t + 1$. Se a taxa verdadeira de pobreza cai entre t e $t + 1$, mas diminui a subdeclaração o impacto do esforço para erradicar a pobreza vai ser subestimado. Mas, se a taxa verdadeira de pobreza não muda entre t e $t + 1$, mas aumenta o sub-registro, será visto um aumento da pobreza em $t + 1$ comparado com t (SZÉKELY ET AL, 2000).

Tradicionalmente, a subdeclaração é entendida como resultado de uma vontade deliberada dos entrevistados em não informar plenamente sua renda monetária. Mas as fontes de subdeclaração podem ser mais complexas e podem ser encontradas em outros erros de medição (problemas os instrumentos de pesquisa, vieses no processo de construção de respostas, os erros de entrevistador) e / ou problemas de observação (diferenças de bases de amostragem, períodos referência, etc.) Não há interpretação única sobre a natureza ou fontes de subdeclaração.

Uma das possíveis fontes de subdeclaração é a interpretação que os sujeitos fazem a respeito do significado das questões. Isso pode acontecer mesmo quando se trata de termos de uso geral ou o significado parece claro. Stinson (1997) consultou o que os americanos entrevistados incluíam no cálculo de sua renda familiar total. Alguns entrevistados excluíram rendas esporádicas porque os valores eram pequenos e não contribuíam substancialmente para a renda familiar. Outras razões para a omissão de certas rendas foram o o uso para finalidades individuais (e não para a família) ou porque se destinavam a envio a outras pessoas não residentes. Outros estudos com entrevistados pelo SIPP têm demonstrado subdeclaração causada pela confusão entre a renda “ganhada” e “recebida” (MARQUÊS 1990; CANTOR, BRANDT e GREEN, 1991).

Um segundo fator possível é que as pessoas podem esquecer que receberam algum rendimento. Os benefícios recebidos de forma esporádica, ou aqueles que são uma fração menor de recursos domésticos, são menos fáceis de lembrar e podem ser ignorados em um esforço rápido de resposta (MEYER, MOK e SULLIVAN, 2009). Moore, Marquês e Bogen (1996) descobriram que em uma pesquisa de captação de renda do tipo “declaração livre” sem fazer perguntas sobre fluxos específicos de renda, houve menção de 90% de transferências monetárias recebidas de programas como o OASDI, SSI e AFDC, fontes de recursos mais fáceis de lembrar nos EUA em meados de 1990. No entanto, outras fontes de renda, tais como Cupons de Alimentação, foram muito menos relatados na recordação livre (40%).

A subdeclaração deliberada foi a causa mais comumente atribuída no sub-registro de rendimentos de autônomos e das transferências públicas (MOORE, STINSON e

WELNIAK, 2000). Estudos indicam que os indivíduos subdeclaram sua situação real para agências administrativas quando os incentivos são grandes o suficiente (por exemplo, não pagar impostos) e os custos de fazê-lo são pequenas. Os trabalhadores autônomos não têm nenhum incentivo para informar a renda para as autoridades fiscais e se não perceberem qualquer garantia de confidencialidade, podem fornecer respostas não confiáveis. Somado a isso, os trabalhadores autônomos têm de fazer maior esforço do que os empregados formais para “rememorar” sua renda, o que pode se acentuar se eles percebem que não há nenhuma penalidade para uma resposta não confiável (HURST, LI e PUGSLEY, 2011).

Para as transferências públicas em países anglo-saxões a explicação usual de sub-declaração tem sido o estigma associado a ser beneficiário de programa de assistência social (MEYER, MOK e SULLIVAN, 2009). Na América Latina, os poucos estudos disponíveis não encontraram níveis substanciais de estigmatização dos beneficiários da assistência social. No entanto, a seletividade dos programas de assistência social e as condições precárias de vida das famílias mais pobres poderiam incentivar subdeclaração, seja porque as transferências públicas são vitais para a sobrevivência desses domicílios, seja pela ausência de sanções à subdeclaração. Este incentivo à subdeclaração é susceptível de aumentar se as pessoas não fazem qualquer distinção entre os fins de pesquisas domiciliares e aplicação de questionários de comprovação de renda (ficha de inscrição a programas, cadastro de beneficiários, etc.) e/ou acreditarem que as informações não serão tratadas como confidenciais.

Os estudos sobre subdeclaração vem sendo conduzidas principalmente por meio da comparação da informação de inquéritos domiciliares com outras fontes. Deaton (2005) concluiu que a informação sobre o rendimento / consumo fornecidas por pesquisas em 277 países subestima a renda em relação às Contas Nacionais, em cerca de 14% (taxa média). O Bureau de Censos dos Estados Unidos (1979) estimou que o uso de uma pergunta para obter a renda total da família na CPS gera uma subestimação da renda anual em 20%. O Banco Asiático de Desenvolvimento (2004) apontou que não apenas as estimativas de renda / consumo através de inquéritos são menores do que as Contas Nacionais na China e outras nações asiáticas, mas a discrepância entre as duas fontes têm aumentado em países como Índia (aumento entre 30% -40%). No Chile, a diferença entre a renda total anual captada na pesquisa CASEN a registrada nas Contas Nacionais foi entre 22% e 24% nos levantamentos de 2003, 2006 e 2009 (FERES, 2009).

Deve notar-se, em todo caso, que as diferenças entre as informações coletadas pelos inquéritos disponíveis e a das Contas Nacionais não devem ser entendidas automaticamente como subdeclaração. Guenard e Mesplé-Somps (2010) indicam que as diferenças de metodologia e de cobertura entre as duas fontes levantam dúvidas sobre a racionalidade da suposição de que se possa chegar a estimativas semelhantes, acrescentando que seria surpreendente se confluíssem. Moore, Stinson e Welniak (2000) notam que não se pode concluir que as inconsistências entre as duas fontes indiquem uma tendência subjacente dos respondentes em não relatar sua renda, porque há várias explicações para esses resultados, muitos dos quais não estão relacionados a erros de resposta, mas sim a problemas de marcos amostrais, de períodos de referência e conceitos utilizados.

A subdeclaração também foi analisada comparando a renda declarada em pesquisas com informações sobre gastos de consumo. Azzari e outros (2010) analisaram dados de pesquisas domiciliares em áreas rurais de 17 países em desenvolvimento⁶⁴ e concluíram que as diferenças entre a renda e o consumo eram muito altas (31% em média) e que a subdeclaração foi associada com características individuais e domiciliares, sendo a renda gerada por atividades agrícolas a menos relatada. Em todo caso, Azzari e outros (2010) reconhecem as limitações do exercício comparativo realizado, ao reconhecer que o consumo e renda são dois conceitos diferentes e não há razão para esperar que eles sejam iguais e que existem problemas em atribuir as diferenças entre as duas dimensões à subdeclaração.

No que se refere às fontes específicas de renda, com base em uma revisão de estudos em vários países de alta renda, Moore, Stinson e Welniak (2001) concluíram que em pesquisas domiciliares a subdeclaração das transferências estatais era a mais importante. Mais recentemente, Meyer, Mok e Sullivan (2009) compararam as informações de transferências de programas de bem-estar dos Estados Unidos em diferentes pesquisas transversais e longitudinais com os registros, administrativos dos mesmos programas, em uma análise que abrangeu de 1967 a 2007. Esses autores encontraram uma grande diferença entre transferências públicas captadas através de pesquisas e a informadas em registros administrativos, que se revelam entre os vários programas e pesquisas. Esse padrão também é observado quando se compara a incidência de participação em programas sociais. O estudo também descobriu que as taxas de declaração de transferências aumenta nos instrumentos e pesquisas cujo foco é análise mais aprofundada dos rendimentos (por exemplo, o SIPP)

QUADRO 13
ESTADOS UNIDOS: TAXAS DE DECLARAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS EM DIFERENTES PESQUISAS DE DOMICÍLIOS NOS ESTADOS UNIDOS, 1967-2007

(Valores em proporção. Médias interanuais b)

Programa/pesquisa	PSID ^c	SIPP ^c	CPS-ADF/ASEC ^c	ACS ^c	CE ^c	Média
AFDC ^d	0,597	0,710	0,668	0,801	0,550	0,67
Vale alimentação	0,783	0,823	0,665	0,551	0,597	0,68
OASDI ^d	0,894	0,920	0,880	0,810	0,850	0,87
Seguro desemprego	0,738	0,747	0,792	-	0,553	0,71
Média	0,750	0,800	0,750	0,720	0,640	0,73

Fonte: elaboração própria, com base em Meyer, Mok e Sullivan (2009).

a A taxa de declaração é a relação entre valores relatados como recebidos no inquérito (micro-dados) e dos valores relatado como entregue à população na fonte de dados administrativos. Se consideram os rendimentos imputados na pesquisas relatadas. b AFDC-PSID b = 1970 e 2004 (não há dados de 1997, 1999, 2001) AFDC-SIPP = 1983-2004; AFDC-CPS/ADF/ASEC = 1975-2004 AFDC-ACS = 2000-2004 AFDC-CE = 1979 a 2004 selos, alimentos (Food Stamp) = dados disponíveis de 1998 a 2004/2005, com exceção da ACS, que inclui apenas 2004 e 2005.

c PSID = Panel Study of Income Dynamics; SIPP = Survey of Income and Program Participation; CPS ADF/ASEC = Current Population Survey – Annual Demographic File/Annual Social and Economic Supplement; ACS = American Community Survey; CE = Consumer Expenditure Interview Survey

d AFDC = Aid to Families with dependent Children/Temporary Assistance for Needy Families; OASDI = Social Security Old Age, Survivors and Disability Insurance.

⁶⁴ Foram construídas regressões para cada país com base no modelo $D = a + b \text{ HH CHARS} + b \text{ ASSETS} + b \text{ SPECIAL} + \epsilon$, onde D é a diferença entre renda (Y) e o consumo (C); HHCHARS é um vetor com características do domicílio; ASSETS é um índice de ativos do domicílio em um índice de ativos do domicílio; SPECIAL é um vetor de variáveis dummy que indicam se o domicílio se especializa no emprego da agricultura ou não e se recebe salário ou não pela atividade econômica e ϵ é o erro. Inclui Guatemala, Bolívia, Honduras e Nicarágua na América Latina.

QUADRO 14
(ESTADOS UNIDOS): TAXAS DE DECLARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
EM PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTREVISTAS NOS
DOMICÍLIOS, 1967-2007

(Valores em porcentagens. Médias interanuais)

	PSID	SIPP	CPS-ADF/ASEC	ACS	CE	Média
AFDC ^b	0,53	0,77	0,65	-	-	0,65
Cupons de alimentos ^c	0,72	0,84	0,66	-	-	0,74
OASDI ^d	0,83	0,94	0,84	0,82	-	0,87
Programa nacional de alimentação escolar ^d	0,71	1,11	0,54	-	-	0,79
Média	0,70	0,92	0,67	-	-	-

Fonte: elaboração própria, com base em Meyer, Mok y Sullivan (2009).

a A taxa de participação reportada é a relação entre as pessoas que declararam ter participado no programa de assistência respectivo e a quantidade de pessoas ativas nas bases de dados-registros administrativos do programa. O período de referência é o mês anterior à realização da pesquisa. b Famílias; c Domicílios; d Pessoas

Quanto aos países em desenvolvimento, os dados do Chile mostram subdeclaração de transferências assistenciais nas pesquisas, se comparadas com a referência registrada pelos registros administrativos sobre o número de beneficiários e dos montantes transferidos (ver Quadro 15). Por sua vez, não há diferenças substanciais nos valores por pessoa estimados por meio de pesquisas e registros em dois de três anos incluídos na análise. No Chile não se coletam os valores, mas a recepção ou não do benefício⁶⁵. No entanto, em 2009, o montante médio por pessoa foi maior na pesquisa que nos registros, o que pode ser atribuído às mudanças nos quesitos sobre renda de transferências assistenciais do governo. Em 2009, consultou-se um número maior de fontes de transferências assistenciais, que podem ter confundido o entrevistado e induzido a erros de resposta.

QUADRO 15
(CHILE): INFORME DE TRANSFERÊNCIAS ASSISTENCIAIS NA
PESQUISA CASEN, 2003-2009

(Valores em porcentagens)

	2003			2006			2009		
	% beneficiários	Em milhões de \$	Média (\$ por beneficiário)	% beneficiários	Em milhões de \$	Média (\$ por beneficiário)	% beneficiários	Em milhões de \$	Média (\$ por beneficiário)
Transferências Familiares Subsidio Único Familiar (SUF)	81.35	85.58	105.18	71.36	69.74	97.71	89.98	119.67	132.97
Pensão Assistencial (PASIS) ^b	83.73	80.4	96.03	73.93	76.06	102.88	47.75	55.04	115.27
Média	83.15	83.16	100.01	95.44	95.56	100.13	83.19	111.76	134.34
	83	83	100.41	80	80	100.24	74	95	127.53

Fonte: elaboração própria, com base na Feres (2009).

a As taxas informadas provem da relação entre os beneficiários informados na pesquisa e os beneficiários registrados na base de dados administrativa, e da relação entre as transferências totais informadas pelos entrevistados e as consignadas na base de dados administrativa (em totais e em média por beneficiário). Os dados de registro administrativos provem da Superintendência de Segurança Social.

b Em 2009 corresponde à Pensão Básica Solidária de velhice e invalidez e no Aporte Previsional Solidario de velhice e invalidez.

⁶⁵ Uma vez que a pessoa declara receber alguma transferência, o entrevistador registra a renda correspondente a esta fonte, a partir de uma lista de programas e quantias de benefícios por beneficiário.

No que diz respeito aos fluxos de outras rendas, Hurst, Li e Pugsley (2011) analisaram a consistência entre as declarações de renda dos autônomos nas pesquisas CE e PSID e as disponíveis em fontes administrativas, e descobriu que as rendas obtidas pelos inquéritos foram 30 % menores que aquelas estimadas a partir de registros. No entanto, a evidência empírica para os EUA e a União Europeia é muito menor no que diz respeito aos rendimentos de retiradas e salários (MOORE, STINSON e WELNIAK, 2001; BRANDOLINI, ROSOLIA e TORRINI, 2010). A tendência de um hiato cada vez maior da renda de autônomos em comparação com outras fontes de renda, tais como retiradas mensais salários⁶⁶, também ocorre no Chile (ver QUADRO 16).

QUADRO 16
CHILE: INFORME DE DIFERENTES FONTES DE RENDIMENTOS NA
PESQUISA CASEN E CONTAS NACIONAIS, 2003-2009
(Valores em porcentagens)

Corrente	2003	2006	2009
Vencimentos e salários	100	99	91
Trabalho independente	51	51	49
Segurança social	87	89	102
Renda da propriedade	55	48	53

Fonte: Feres (2009).

Os valores são estimados com base nos valores totais para cada fonte de renda. Os números das Contas Nacionais para 2003 são projeções dos dados de 2000 (base 1986), a partir da variação registrada nesse período para cada fluxo de renda de acordo com a série de Contas base 1996. Previamente, cada item foi devidamente compatibilizado entre as duas séries (antiga base de 1986 e este último, base 1996). Os dados de 2006 e 2009, entretanto, são basicamente resultados das cifras de 2003 e da variação de cada item no período de 2003 a 2006 e de 2006 a 2009, de acordo com a nova série de base 2003.

Por sua vez, numa investigação conduzida nos EUA, que comparava dados sobre as rendimento e despesas com consumo, concluiu-se que a subdeclaração parece ser mais importante nas extremidades da distribuição, o que poderia inflar as taxas de pobreza (MEYER e SULLIVAN, 2010). Estes resultados convergem com os dados analisados acima, mostrando que a diferença entre as rendas geradas pelos inquéritos e outras fontes (registros, contas nacionais) tendem a ser mais acentuada nas fontes de renda que são mais relevantes para os pobres (rendimentos do trabalho de autônomos, as transferências de renda de programas assistenciais).

No que se refere às modalidades de correção dos vieses associados com a subdeclaração, por vezes, têm sido utilizados modelos de imputação (para detalhes, ver seção anterior), o que significa tratar os rendimentos subdeclarados como perdidos (GUENARD e MESPLÉ-SOMPS, 2010). Outra abordagem é limitar-se a analisar variáveis mais homogêneas, sujeitas a menor problema de sub-declaração (GASPARRINI, 2004). No entanto, a estratégia mais utilizada tem sido o ajuste dos rendimentos captados nos inquéritos domiciliares às Contas Nacionais. Esta prática tem sido seguida por organizações internacionais como a CEPAL, e por alguns países em suas medidas oficiais de pobreza (por exemplo, Chile, Colômbia e Costa Rica) e também em pesquisas para fins acadêmicos.⁶⁷

⁶⁶ A discrepância nos rendimentos do trabalho assalariado de pesquisas domiciliares e das contas nacionais é de cerca de 10% em 15 dos 23 países da União Europeia.

⁶⁷ Neste último caso, os métodos têm sido utilizados como a agregação dos dados das contas nacionais e de inquéritos e os rendimentos de capital, e obter fatores de correção para essas duas fontes. Outra opção é comparar a renda declarada em pesquisas para o PIB por sector de atividade económica, e os fatores de ajustamento estimados pela indústria (SZÉKELY ET AL, 2000).

A instituição com maior tradição no ajuste de renda para as Contas Nacionais é a CEPAL. O ajuste efetuado pela instituição é baseado no método concebido por Altimir (1987) e consiste em imputar a cada tipo de renda na pesquisa as diferentes (percentuais) observadas entre o montante per capita ali registrado e seu equivalente nas Contas Nacionais. Este procedimento baseia-se nas seguintes premissas: a) a subdeclaração de renda é mais associada ao tipo de rendimento do que seu valor; b) o montante não declarado de cada tipo de renda é igual à discrepância entre o que se registra na pesquisa e a estimativa com base nas Contas Nacionais e, c) a subdeclaração de renda segue geralmente um padrão de elasticidade-renda unitária, onde a exceção é a renda de propriedade patrimonial em dinheiro. Um aspecto chave do ajuste é a coerência conceitual entre os dados dos inquéritos e as contas macroeconômicas do setor das famílias. Por isso exige a realização de um esforço de harmonização de conceitos e fontes de rendimento das Contas Nacionais e pesquisas domiciliares. Também se deve garantir a compatibilidade das séries de Contas Nacionais construídas com Contas Nacionais consolidadas (FERES, 2009).

Depois de assegurada a compatibilidade conceitual dos diferentes tipos de renda captadas nas pesquisas e nas Contas Nacionais, bem como entre diferentes séries de contas, a renda per capita das pesquisas são ajustadas às Contas Nacionais. Deve-se notar que esses procedimentos aumentam o rendimento médio das pesquisas e também tende a modificar a sua distribuição. Na verdade, o ajuste tende a aumentar a desigualdade, especialmente pelo fato de que a diferença de rendimento de capital é alocado exclusivamente para o quintil mais rico (CEPAL, 2011).

V. Considerações finais

Como resultado dos avanços nos últimos anos, os governos de alguns países latino-americanos decidiram erradicar a pobreza extrema em um prazo definido de anos. Portanto, realizamos um exercício analítico a partir do qual se procurou responder a três perguntas relacionadas entre si: o que significa a noção de erradicação da pobreza?; seria viável verificar a “supressão estatística” dos pobres? As abordagens conhecidas para medir a pobreza diferem-se na sua capacidade de atestar a meta de erradicação?

Quanto ao significado da meta, Cabe mencionar o contraste entre a demanda pela erradicação total da pobreza em um determinado período de tempo, com a grande variedade de interpretações disponíveis sobre o que é pobreza e a impossibilidade de estabelecer um juízo conclusivo sobre a superioridade de uma abordagem em relação às outras. Há uma necessidade urgente de erradicação de um fenômeno para o qual não há consenso sobre o seu significado ou sobre a melhor forma de medi-lo.

Assim, a prática usual na América Latina tem sido a adoção de um conceito de pobreza com base no mínimo de subsistência definido em termos de satisfação das necessidades básicas ou por meio de de critérios políticos e administrativos. E, normalmente, os limites monetários têm sido utilizados para a medição da pobreza. É neste contexto que refletimos sobre a viabilidade do teste empírico para alcançar uma meta de erradicar a pobreza.

A capacidade de avaliar a erradicação da pobreza, quando realizada exclusivamente por meio de uma métrica monetária, pode ser questionada pela multidimensionalidade da pobreza. No entanto, a informação de renda é essencial para identificar os pobres, ainda que forneça uma caracterização incompleta de privação: assim um país pode reduzir a zero o índice de pessoas sem rendimento monetário, mas ainda pode persistir outro aspecto de privação visível, o que pode levar ao questionamento público sobre se a meta de erradicação da pobreza foi efetivamente alcançada.

A dinâmica da pobreza também dificulta a verificação da meta. Estudos longitudinais têm mostrado que a pobreza monetária varia mais do que mostram as comparações de medidas estáticas. Usando a métrica monetária como a única base para a avaliação de uma iniciativa de combate à pobreza, será necessário enfrentar o problema da volatilidade das rendas. Em uma medição transversal da pobreza, haverá domicílios com renda acima da linha da pobreza, mas com um baixo padrão de vida, o que tende a sobreestimar o impacto da política. Haverá famílias com renda abaixo da linha da pobreza, mas que não têm um baixo padrão de vida, o que tenderia a subestimar o impacto da política.

Por sua vez, no contexto de um esforço significativo de um país para erradicar a pobreza, é plausível que a verificação da meta seja dificultada por um “resíduo estatístico”. Uma das fontes de tal resíduo seria a falta de “ajuste instantâneo” entre oferta e demanda de transferências, que seriam explicadas por falhas institucionais

e / ou comportamento individual. A partir disso, torna-se evidente a relevância dos mecanismos de identificação e seleção de beneficiários, e em particular, da redução do erro de exclusão durante todo o período de implementação da estratégia antipobreza.

Erro de medição é outra fonte de resíduo estatístico. Estes erros podem ser conceituais (como a omissão da declaração de fontes de rendimentos), ou decorrentes da falha e/ou baixa confiabilidade das respostas. Neste último domínio, deve ser dada atenção aos erros de cobertura, a declaração de renda nula e subdeclaração. Os erros de cobertura, quando estão relacionados com a pobreza levam a uma subestimação de privação, enquanto sub-registro e os valores zero leva a superestimar a pobreza. E enquanto há procedimentos para corrigir estes erros, eles devem ser selecionados com cuidado, pois eles podem criar novos vieses que afetam as taxas de pobreza.

Em paralelo, temos visto que as diferentes abordagens em uso para medir a pobreza têm habilidades diferentes para capturar as diferentes expressões e manifestações da pobreza. Assim, a decisão sobre a abordagem tem impacto sobre a probabilidade de que um domicílio seja identificado como pobre e a probabilidade de medição de alterações nas taxas de pobreza. Por exemplo, a pobreza medida com base em limites fixos captura melhor as diferenças no padrão de vida que os indicadores de baixa renda. Estes indicadores variam muito pouco em termos de mudanças no padrão de vida, se a distribuição de renda permanecer constante.

Existe também um conjunto de decisões operacionais, dentro da mesma abordagem geral, o que afeta a pobreza observada. Na abordagem multidimensional, o critério de intersecção gera menos pobreza do que o critério de união e o emprego de um maior

número de dimensões tenderá a identificar um número maior de domicílios como pobres. Outra questão importante é o valor da linha de pobreza: a evidência empírica disponível mostra que, com uma linha de pobreza suficientemente baixa, seja monetária ou multidimensional, torna-se plausível verificar a erradicação da pobreza a um ponto do tempo, mas também que essa situação pode se inverter com o tempo.

Às dificuldades conceituais e metodológicas descritas acima se deve adicionar às implicações políticas da formulação de uma meta de erradicar a pobreza. Não obstante a definição da meta ter um atrativo retórico e potencial de coesão, o custo de seu não atingimento pode ser elevado, já que o fracasso estatístico da meta pode ser empregado como argumento para dismantelar o Sistema de Proteção Social, o que pioraria a situação dos pobres. Usando apenas linhas de pobreza monetárias corre-se o risco de produzir estratégias desbalanceadas que visam remover da estatística um dos sintomas da pobreza e ignorar as causas de privação.

Em todo caso, o questionamento sobre a viabilidade da erradicação da pobreza é, em si, uma indicação de que alguns países da região vem apresentando avanços importantes nessa dimensão e tem condições de continuar a fazê-lo. Neste contexto, adquirem relevância as referências e critérios para desenho e avaliação de instrumentos adequados das iniciativas para reduzir a pobreza. A este respeito, pode-se recomendar: a) formular metas de redução, em vez de erradicação; b) usar um conceito de pobreza pertinente ao contexto, que capte as expressões fundamentais da pobreza e permita uma ação política viável; c) basear a avaliação em um conjunto de indicadores sensíveis às políticas e d) construir e divulgar amplamente um informe pedagógico que explicita e justifique os conceitos utilizados e as decisões tomadas em vários estágios de medição da pobreza.

VI. BIBLIOGRAFIA

ABERGE, Rolf; LANGØRGEN, Audun; LINDGREN, Petter. The impact of basic public services on the distribution of income in European countries. Em A. Atkinson; E. Marlier (Eds), “**Income and living conditions in Europe**”, Luxemburgo: União Europeia, 2010. pp. 329-344

AASSVE, Arnstein; BURGESS, Simon; PROPPER, Carol; DICKSON, Matt. **Modelling Poverty by Not Modelling Poverty**: An application of a simultaneous Hazard Approach to the UK. *Working paper 05/134*. Disponível em: <http://www.bristol.ac.uk/cmpo/publications/papers/2005/wp134.pdf>. Consultado em:

ADATO, Michelle; CARTER, Michael; MAY, Julian. **Sense in Sociability?** Social Exclusion and Persistent Poverty in South Africa. Disponível em <http://www.aae.wisc.edu/pubs/sps/pdf/stpap477.pdf>. Consultado em:

ADDISON, Tony; HULME, David; KANBUR, Ravi. **Poverty Dynamics**: Measurement and Understanding from an Interdisciplinary Perspective. Disponível em: <http://www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/AddisonHulmeKanburPovertyDynamicsIntro.pdf> Consultado em:

AGUILAR, Omar. **Dinámica de la pobreza**. Resultados da pesquisa do painel 1996-2001. Disponível em: http://www.archivochile.com/Chile_actual/11_econom/chact_econ0018.pdf. Consultado em:

AHMED, Naem; BRZOZOWSKI, Matheew; CROSSLEY, Thomas. **Measurement Errors in Recall Food Consumption Data**. *IFS Working Paper 06/21*. Disponível em <http://www.ifs.org.uk/wps/wp0621.pdf>. Consultado em:

ALKIRE, Sabina; SANTOS, María. **Acute Multidimensional Poverty**: A New Index for Developing Countries. Disponível em: http://www.fundacionpobreza.cl/biblioteca-archivos/acute_multidimensional_poverty.pdf. Consultado em:

ALKIRE, Sabine; FOSTER, James. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Revised and updated. OPHI Working Paper 32. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-32/>. Consultado em:

ALONZO, Haydee; MANCERO, Xavier. Escalas de equivalencia en los países de América Latina. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 73**. Santiago de Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L.3325-P, 2011.

ALTIMIR, Oscar. Income Distribution Statistics in Latin America and Their Reliability. **Review of Income and Wealth**, 33 (2), 1987

ANDERSON, Martin. **Welfare**: The Political Economy of Welfare Reform in the United States. Stanford, CA: Hoover Institution Press, 1978.

ANDRIOPOULOU, Eirini; TSAKLOGLOU, Panagiotis. **The determinants of poverty transitions in Europe and the role of duration dependence**. Disponível em: http://mpra.ub.uni-muenchen.de/30659/1/MPra_paper_30659.pdf, Consultado em:

ANDRIOPOULOU, Eirini; TSAKLOGLOU, Panagiotis. **Once poor, always poor? Do initial conditions matter? Evidence from the ECHP**. Disponível em http://iriss.ceps.lu/documents/iriss_conf_andriopoulou.pdf. Consultado em:

ANGULO, Roberto. **Índice de Pobreza Multidimensional para Colombia**. Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/PORTALWEB/LinkClick.aspx?fileticket=K13UVjSONUc%3D&tabid=1192>. Consultado em:

ARRANZ, José Maria; CANTÓ Olga Cantó. Measuring the Effect of Spell Recurrence on Poverty Dynamics. **Working Paper No. 2010/72**. Disponível em: <http://www.wider.unu.edu/stc/repec/pdfs/wp2010/wp2010-72.pdf>. Consultado em:

ATKINSON, Anthony. **Comparing Poverty Rates Internationally**: Lessons from Recent Studies in Developed Countries. World Bank Economic Review, 5 (1), 1991, pp. 3-21

ATKINSON, Anthony. Social exclusion, poverty and unemployment. *CASE Paper 4*. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/cep/sticas.html>>. Consultado em:

ATKINSON, Anthony; MARLIER, Eric. Living conditions in Europe and the Europe 2020 agenda. Em A. Atkinson e E. Marlier (Eds), **Income and living conditions in Europe**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 21-36

ATKINSON, Anthony; CANTILLON, Bea; MARLIER, Eric; NOLAN, Brian. **Social Indicators, The EU and Social Inclusion**. Nova York: Oxford University Press (2ª impressão), 2005

ATKINSON, Anthony; MARLIER, Eric; WOLFF, Pascal. Beyond GDP, measuring well-being and EU-SILC. Em A. Atkinson y E. Marlier (Eds), **“Income and living conditions in Europe”**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 387-398.

ATKINSON, Anthony; MARLIER, Eric; MONTAIGNE, Fabienne; REINSTADLER, Anne. Income poverty and income Inequality. Em A. Atkinson e E. Marlier (Eds), **“Income and living conditions in Europe”**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp.101-130.

AZZARI, Carlo; CARLETTO, Gero; COVARRUBIAS, Katia et al. **Measure for Measure**. Systematic Patterns of Deviation between Measures of Income and Consumption in Developing Countries. Evidence from a New Dataset. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/riga/pdf/WYE_2010.1.3_Zezza.pdf. Consultado em:

BANCO CENTRAL DO CHILE. **Endeudamiento de los hogares en Chile**: Análisis e implicancias para la estabilidad financiera. Disponível em http://www.bcentral.cl/publicaciones/recuadros/pdf/ief/2010/ief2010_1endeudamiento.pdf. Consultado em 2010.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁSIA. Key Indicators 2004: Poverty in Asia: Measurement, Estimates, and Prospects. Disponível em: http://www.adb.org/Documents/Books/Key_Indicators/2004/default.asp#content. Consultado em:

BANE, Mary Jo e ELLOOD, David T. Slipping Into and Out of Poverty: the Dynamics of Spells. **Journal of Human Resources**, 21 (1), 1986, pp. 1-23.

BARDER, Owen. What Is Poverty Reduction? **Working Paper 170**. Disponível em http://www.cgdev.org/files/1421599_file_Barder_Poverty_Reduction.pdf. Consultado em 2009.

BARRETT, Christopher B.; MARENYA, Paswel Phiri; MCPEAK, John; et al. Welfare dynamics in rural Kenya and Madagascar. **Journal of Development Studies**, 42 (2), 2006, pp. 248-277.

BAULCH, Bob; MASSET, Edoard. Do Monetary and Nonmonetary Indicators Tell the Same Story About Chronic Poverty? A Study of Vietnam in the 1990s. **World Development** 31 (3), 2003, pp. 441-453.

BAULCH, Bob; HODDINOTT, John. Economic mobility and Poverty Dynamics in Developing Countries. **The Journal of Development Studies**, 36 (6), 2000, pp. 1-24.

BAVIER, Richard. Reconciliation of Income and Consumption Data in Poverty Measurement. **Journal of Policy Analysis and Management**, 27 (1), 2008, pp. 40-62.

BECCARIA, Luis. La medición del ingreso para los estudios de pobreza en América Latina: aspectos conceptuales y Empíricos. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 60**. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas , LC/L.3325-P, 2007.

BECCARIA, Luis; MINUJÍN, Alberto. Métodos alternativos para medir la evolución del tamaño de la pobreza. **Documentos de trabajo N° 6**. Buenos Aires; INDEC, 1985

Biancotti, Claudia, Giovanni D'Alessio e Andrea Neri. Measurement error in the Bank of Italy's survey of household income and wealth. *Review of Income and Wealth Series*, 54 (3), pp. 466-493, 2008.

Biewen, Martin . Who are the chronic poor? Evidence on the extent and the composition of chronic poverty in Germany. **IZA Discussion Paper Series** 779. Disponível em: <ftp://repec.iza.org/RePEc/Discussionpaper/dp779.pdf>. Consultado em:

Bjorklund, Anders. A Comparison between Actual Distributions of Annual and Lifetime Income: Sweden 1951-89. **Review of Income and Wealth**, 39(4), 1993, pp. 377-386.

Blank, Rebecca M. **Why the United States Needs an Improved Measure of Poverty**. Testimony to the Subcommittee on Income Security and Family Support House Ways and Means Committee. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/testimonies/2008/0717_poverty_blank/0717_poverty_blank.pdf. Consultado em:

Bogen, **Karen. Results of the Third Round of SIPP CAPI Cognitive Interviews**. Unpublished U.S. Bureau of the Census memorandum, abril 28, 1995.

Boltvinik, Julio. **Pobreza y Necesidades Básicas, Conceptos y Métodos de Medición**. Caracas: PNUD, 1990.

Bossert, Walter, Satya R. Chakravarty y Conchita D'Ambrosio (2008). **Poverty and Time**. *ECINEC 2008-87*. Disponível em: <http://www.ecineq.org/milano/WP/ECI-NEQ2008-87.pdf>. Consultado em:

BOURGUIGNON; Francois, CHAKRAVARTY; Satya. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality** 1, 2003 pp. 25-49.

BRADY, David. Rethinking the Sociological Measurement of Poverty. **Social Forces**, 81(3), 2003, pp. 715-751.

BRANDOLINI, Andrea; ROSOLIA, Alfonso; TORRINI, Roberto. **The distribution of employees' labour earnings in the European Union**: data, concepts and first results. En A. Atkinson e E. Marlier (Eds), "*Income and living conditions in Europe*". Luxemburgo; União Europeia, 2010. Pp. 265-288

BRAUER, Carl M. Kennedy. Johnson, and the War on Poverty. **The Journal of American History**, 69 (1), 1982, pp. 98-119.

CALVO, Cesar ; DECON, Stefan Dercon. **Chronic Poverty and All That:** The Measurement of Poverty over Time. CPRC Working Paper. Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/WP89_Calvo_Dercon.pdf. Consultado em:

CANTOR, David; BRANDT, Sylvia; GREEN, James. **Results of First Wave of SIPP Interviews.** Unpublished Westat report to the U.S. Census Bureau (memorandum to Chet Bowie). Fevereiro 21, 1991.

CAPPELLARI, Lorenzo; JENKINS, Stephen. Modelling low income transitions. **IZA Discussion Papers** 504. Disponível em: <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/21436/1/dp504.pdf>. Consultado em 2002.

CAPPELLARI, Lorenzo; JENKINS, Stephen. Modelling low income transitions. **Journal of Applied Econometrics** 19, 2004, pp. 593-610.

CENTRO PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA POBREZA CRÓNICA. **The Chronic Poverty Report** 2008-09. Escaping Poverty Traps. Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/CPR2_ReportFull.pdf. Consultado em:

CENTRO PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA POBREZA CRÓNICA. **Tackling chronic poverty.** The policy implications of research on chronic poverty and poverty dynamics. Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/Tackling%20chronic%20poverty%20webcopy.pdf. Consultado em:

CERIANI, Lidia. A Path-Dependent Poverty Measure. **Working Paper** 142. Disponível em: http://www.bibliotheque.gouv.qc.ca/app/DocRepository/1/trouve_pour_vous_societe/A_path_dependent_poverty_measure.pdf. Consultado em:

CITRO, Constance F.; MICHAEL, Robert T. **Measuring Poverty: A New Approach.** Washington, D.C.: National Academy Press. Consultado em:

COMISIÓN DE TÉCNICOS MIDEPLAN. Propuestas para la Encuesta CASEN. Disponível em: http://www.mideplan.gob.cl/casen/publicaciones/2009/seminario_casen/presentacion_resultados_comision_casen_OL.pdf. Consultado em :

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina 2010.** Santiago de Chile, Publicação das Nações Unidas, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2011.** Documento rascunho, circulação restrita, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DO URUGUAI (DGEC). **La Heterogeneidad de la Pobreza: Una Aproximación Bidimensional**. LC/MVD/R.12/Rev.1, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CONEVAL). **Informe de pobreza multidimensional en México 2008**. Disponível em: http://www.coneval.gob.mx/cmsconeval/rw/resource/coneval/med_pobreza/Informe_pobreza_multidimensional/Informe_de_Pobreza_Multidimensional_en_Mexico_2008_.pdf?view=true. Consultado em:

COX, Steven R. Why Eradicating Urban Poverty Requires a Long Term Multi-Program 'War': A Review of Anti-Poverty Strategies for the Needs of the Late 70s. **American Journal of Economics and Sociology**, 34 (3), 1975, pp. 249-265.

CRUCES, Guillermo; WODON, Quentin Wodon. **Risk-Adjusted Poverty in Argentina: Measurement and Determinants**. Disponível em: <http://darp.lse.ac.uk/frankweb/courses/EC501/riskgba6.pdf>. Consultado em:

CHEN, Shaohua; RAVALLION Martin. The developing World is poorer than we thought, but not less successful in the fight against poverty. **Policy research working paper 4703**. Disponível em: [http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&piPK=64165421&theSitePK=469372&menuPK=64166093&entit yID=000158349_20080826113239]. Consultado em:

DANZIGER, Sheldon. Welfare Reform Policy From Nixon to Clinton: What role for Social Science? Disponível em: <http://www.fordschool.umich.edu/research/pdf/Isrconference.pdf>. Consultado em:

DAVIS, Benjamin; STAMPINI, Marco Stampini. **Pathways towards prosperity in rural Nicaragua**; or why households drop in and out of poverty, and some policy suggestions on how to keep them out. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/ae031e/ae031e00.pdf>. Consultado em:

DEATON, Angus. How to monitor poverty for the Millennium Development Goals. **Journal of Human Development**, 4 (3), 2003, pp. 353-378.

DEATON, Angus. Measuring Poverty in a Growing World (or Measuring Growth in a Poor World). **The Review of Economics and Statistics**, 87 (1), 2005, pp. 1-19.

DEATON, Angus. **Price indexes, inequality, and the measurement of world poverty**. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~deaton/downloads/presidential%20address%2019january%202010%20all.pdf>. Consultado em:

DENIS, Angela; PRIETO, José Joaquín; ZUBIZARRETA, José Ramón. Dinámica de la pobreza en Chile: evidencias en los años 1996, 2001 y 2006. **Persona y Sociedad**, **XXI** (3), 2007, pp. 9-30.

DERCON, Stefan; SHAPIRO, Joseph S.. **Moving On, Staying Behind, Getting Lost**: Lessons on poverty mobility from longitudinal data. *GPRG-WPS-075*. Disponível em: <http://economics.ouls.ox.ac.uk/12987/1/gprg-wps-075.pdf>. Consultado em:

DURRANT, B. G.. **Imputation Methods for Handling Item-Non-response in the Social Science**: A Methodological Review. *NCRM Methods Review Papers 002*. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/86/1/MethodsReviewPaperNCRM%2D002.pdf>. Consultado em:

DUTTA, Indranil; ROOPE, Laurence; ZANK, Horst Zank. **Inter-temporal Poverty Measures**: The Impact of Affluence. Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/inter-temporal-poverty-measures.pdf. Consultado em:

EDELMAN, Peter. **The War on Poverty and Subsequent Federal Programs**: What Worked, What Didn't Work, and Why? Lessons for Future Programs. Disponível em: <http://www.law.georgetown.edu/povertyandinequality/documents/TheWaronPovertyandSubsequentPrograms.pdf>. Consultado em:

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990

FERES, Juan Carlos. **La medición de los ingresos en la encuesta CASEN 2009**. Versão preliminar. documento de distribuição restrita, 2009.

FERES, Juan Carlos. **Movilidad de los ingresos y dinámica de la pobreza en Chile**. Manuscrito não publicado, 2011.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 7**. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L.1491-P, 2001a

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 4**. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L.1479-P, 2001b

FISHER, Gordon M.. **The Development of the Orshansky Poverty Thresholds and Their Subsequent History as the Official U.S. Poverty Measure**. Disponível em: <http://www.census.gov/hhes/povmeas/publications/orshansky.html>. Consultado em:

FOSTER, James. A class of chronic poverty measures. **Working Paper No. 07-W01**. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/Econ/wparchive/workpaper/vu07-w01.pdf>. Consultado em:

FOSTER, James; SANTOS, María Emma. **Measuring Chronic Poverty**. Disponível em: http://www.ecineq.org/ecineq_ba/papers/Santos2.pdf. Consultado em:

FOSTER, James; GREER, Joel; THORBECKE, Erik. A Class of Decomposable Poverty Indices. **Econometrica** 52 (3), 1984, pp. 761-766.

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA. **Voces de la pobreza**: significados, representaciones y sentir de personas en situación de pobreza a lo largo de Chile. Disponível em: http://www.fundacionpobreza.cl/download-archivo/libro_voces_final.pdf. Consultado em:

FUSCO, Alessio, GUIO, Anne-Catherine; MARLIER, Eric. Characterising the income poor and the materially deprived in European countries. Em ATKINSON, A.; MARLIER, E. (Eds), **“Income and living conditions in Europe”**. Luxemburgo, União Europeia, 2010, pp. 133-150.

GASPARINI, Leonardo. **Poverty and Inequality in Argentina**: Methodological Issues and a Literature Review. Disponível em: http://www.depeco.econo.unlp.edu.ar/cedlas/monitoreo/pdfs/review_argentina.pdf. Consultado em:

Alemanha, Kent B. War on Poverty. En Gwendolyn Mink y Alice O'Connor (Eds.) **“Poverty in the United States: an encyclopedia of history, politics, and policy”**. Santa Barbara, Calif.: ABC-CLIO, 2004, pp.774-782.

GIBSON, John. Why Does the Engel Method Work? Food Demand, Economics of Size and Household Survey Methods. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, 64 (4), 2002, pp. 341-359.

GIBSON, John; KIM, Bonggeun. Measurement Error in Recall Surveys and the Relationship between Household Size and Food Demand. **American Journal of Agricultural Economics**, 89(2), 2007, pp. 473-489

GILENS, Martin. **Why Americans Hate Welfare**: Race, Media and the Politics of Antipoverty Policy. University of Chicago Press, 1999.

GILLEZEAU, Rob. **Did the War on Poverty Cause Race Riots?** Disponível em: <http://eh.net/eha/system/files/Gillezeau.PDF>. Consultado em:

GORDON, David. Measuring Poverty and Social Exclusion in Britain. **Paper presented at “The dynamics of poverty: social omnibus or underclass wagon?” Conference**, Central European University, Budapest, maio, pp. 24-25, 2002. Disponível em: http://www.bris.ac.uk/poverty/pse/conf_pap/02budapest_dg.pdf. Consultado em:

GRADÍN, Carlos; DEL RÍO, Coral; CANTÓ, Olga. **Measuring poverty accounting for time**. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4991.2011.00458.x/pdf>. Consultado em:

GROSSMAN, Jordan. **Lyndon Johnson’s Unfinished Legacy: The 1964 State of the Union Address and the “War on Poverty”**. Disponível em: <http://repository.upenn.edu/curej/58/>. Consultado em:

GRUPO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Indicadores para el seguimiento de los objetivos de desarrollo del milenio**. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/Seriesf_95s.pdf. Consultado em:

GUÉNARD, Charlotte; MESPLÉ-SOMPS, Sandrine. **Measuring inequalities: do household surveys paint a realistic picture?** Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4991.2010.00397.x/pdf>. Consultado em:

GUIO, Anne-Catherine. What can be learned from deprivation indicators in Europe? **EUROSTAT methodologies and working papers**, 2009.

HADDAD, Lawrence; AHMED, Akhter. Chronic and Transitory Poverty: Evidence from Egypt, 1997–99, **World Development** 31 (1), 2003, pp.71–85.

HAIDER, Steven; SOLON, Gary. **Life-Cycle Variation in the Association between Current and Lifetime Earnings**. Disponível em: <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.96.4.1308>. Consultado em:

HALLORAN, Daniel F. (1968). Progress against Poverty: The Governmental Approach. **Public Administration Review**, 28 (3), 1968, pp. 205-213.

HANSEN, Jorgen; WAHLBERG, Roger. Poverty Persistence in Sweden. **IZA DP No. 1209**. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp1209.pdf>. Consultado em:

HERRERA, Javier. **Moving out of poverty: stylized facts from recent research**. Disponível em: http://depot.gdnet.org/cms/conference/papers/Herrera_parallel_4_1.pdf. Consultado em:

HIRSCHL, Thomas; RANK, Mark R.. The Occurrence of Poverty across the Life Cycle: Evidence from the PSID. **Journal of Policy Analysis and Management**, 20 (4), 2001, pp.737- 755.

HIRSCHMAN, Albert. **The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

HOY, Michael; ZHENG, Buhong. **Measuring Lifetime Poverty.** Disponível em: http://www.economics.uoguelph.ca/Research/DisPapers/2008_14.pdf. Consultado em:

HULME, David; MCKAY, Andy. Identifying and Measuring Chronic Poverty: Beyond Monetary Measures. **Documento presentado a la Conferencia Internacional “The many dimensions of poverty”**, Brasília, 29-31 agosto, DFID, IPEA, International Poverty Center UNDP, 2005.

Hurst, Erik, Geng Li y Benjamin Pugsley. **Are Household Surveys Like Tax Forms: Evidence from Income Underreporting of the Self-Employed.** Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/pubs/feds/2011/201106/201106pap.pdf>. Consultado em:

JALAN, Jyotsna; RAVALLION, Martin. Transient Poverty in Rural China. **Policy Research Working Paper No 1616**, The World Bank, 1996.

JALAN, Jyotsna; RAVALLION, Martin. Determinants of Transient and Chronic Poverty. Evidence from Rural China. **Policy Research Working Paper 1936**, 1998.

KABEER, Naila. Snakes, Ladders and Traps: Changing Lives and Livelihoods in Rural Bangladesh (1994–2001). **Chronic Poverty Research Centre Working Paper 50**, Manchester: CPRC, 2004.

KAZTMAN, Rubén. La Heterogeneidad de la Pobreza. El Caso de Montevideo. **Revista de la Cepal 37**, 1989, pp. 141-152

LILLARD, Lee. Inequality: Earnings vs. Human Wealth. **American Economic Review**, 67(2), 1977, pp. 42-53.

LUTTMER, Erzo F. P. Measuring Poverty dynamics and inequality in transition economies. **Policy Research Working Paper 2549.** Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/03/26/000094946_01030706191753/Rendered/PDF/multi0page.pdf. Consultado em:

MARICAL, Francois; D’ERCOLE, Marco Mira, VAALAVUO, Maria, et al. Publicly-provided services and the distribution of households’ economic resources. **OECD Economic Studies**, 44, 2008, pp. 9–47.

MARQUIS, Kent. **Report of the SIPP Cognitive Interviewing Project.** Unpublished U.S. Bureau of the Census report, agosto, 1990.

MARQUIS, Kent; JEFFREY, Moore. **Measurement Errors in SIPP Program Reports**. Proceedings of the Sixth Annual Research Conference, Washington, DC: U.S. Bureau of the Census, março, 1990, pp.721-745.

MATHIOWETZ, Nancy A., BROWN, Charlie; BOUND, John. Measurement Error in Surveys of the Low-Income Population. Disponível em: <http://aspe.hhs.gov/hsp/welf-res-data-issues02/pdf/06.pdf>. Consultado em:

MAURIZIO, Roxana; PERROT, Bárbara; VILLAFÁÑE, Soledad. **Dinámica de la pobreza y del mercado de trabajo en Argentina post-convertibilidad**. Buenos Aires, PNUD Argentina y Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2008.

MCCULLOCH, Neil; BAULCH, Bob. **Simulating the impact of Policy upon Chronic and transitory poverty in rural Pakistan**. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/em/papers/0004/0004003.pdf>. Consultado em:

MCKAY, Andrew; LAWSON, David. Assessing the Extent and Nature of Chronic Poverty in Low Income Countries: Issues and Evidence. **World Development** 31 (3), 2003, pp. 425–439.

MEDINA, Fernando; GALVÁN, Marco. Imputación de datos: teoría y práctica. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos** 54. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L.2772-P, 2007.

META INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO, SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO Y MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Sumário Executivo**. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_ rua.pdf. Consultado em:

MEYER, Bruce D.; SULLIVAN, James X.. Five Decades of Consumption and Income Poverty. **Working Paper #09.07**. Disponível em: http://harrisschool.uchicago.edu/about/publications/working-papers/pdf/wp_09_07.pdf. Consultado em:

MEYER, Bruce D.; MOK, Wallace K. C.; SULLIVAN, James X.. The under-reporting of transfers in household surveys: its nature and consequences. **Working Paper 15181**. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w15181.pdf>. Consultado em:

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E COOPERAÇÃO NACIONAL (MIDEPLAN). **Habitando la calle**. Catastro Nacional de Personas en situación de calle. Disponível em: http://www.chilesolidario.gob.cl/programacalle/doc/pdf/habitando_la_calle.pdf. Consultado em:

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E COOPERAÇÃO Nacional (MIDEPLAN). Resultados CASEN 2009. Disponível em: http://www.mideplan.gob.cl/casen2009/RESULTADOS_CASEN_2009.pdf. Consultado em:

MOHADJER, Leyla; CHOUDHRY, G. Hussain. **Adjusting for Missing Data in Low-Income Surveys**. Disponível em: <http://aspe.hhs.gov/hsp/welf-res-data-issues02/pdf/05.pdf>. Consultado em:

MOORE, Jeffrey C.; STINSON, Linda L.; WELNIAK JR., Edward. Income Measurement Error in Surveys: A Review. **Journal of Official Statistics**, 16 (4), 2000, pp. 331-361.

MURRAY, Charles. **Losing Ground: American Social Policy 1950-1980**. Nova Iorque: Basic, 1984.

NAÇÕES UNIDAS. Household sample surveys in developing and transition countries. **Series F 96**. Nova York. United Nations, 2005.

NAÇÕES UNIDAS, ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSIONADO PARA OS DIREITOS HUMANOS. **Principles and guidelines for a Human Rights approach to poverty reduction strategies**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/PovertyStrategiesen.pdf>. Consultado em:

NAKATA, Hiroyuki; SAWADA, Yasuyuki; TANAKA, Mari. Asking Retrospective Questions in Household Surveys: Evidence from Vietnam. **RIETI Discussion Paper Series 10-E-008**. Disponível em: <http://www.rieti.go.jp/jp/publications/dp/10e008.pdf>. Consultado em:

NARAYAN, Deepa; PATEL, Raj; SCHAFFT, et al. **Can Anyone Hear Us? Voices From 47 Countries**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-1124115102975/1555199-1124115187705/ch1.pdf>. Consultado em:

NOLAN, Brian; WHELAN, Christopher . Using non-monetary deprivation indicators to analyse poverty and social exclusion: Lessons from Europe?. **Journal of Policy Analysis and Management**, 29 (2), 2010, pp. 305-325.

Orshansky, Mollie. Counting the Poor: Another Look at the Poverty Profile. **Social Security Bulletin**, 28 (1), 1965, pp. 3-29.

PAULUS, Alari; SUTHERLAND, Holly; TSAKLOGLOU, Tsakloglou. The distributional impact of in kind public benefits in European countries. **Journal of Policy Analysis and Management**, 29 (2), 2010, pp. 243-266.

PEREZ RIBAS, Rafael; MACHADO, Ana Flávia Machado. **Distinguishing Chronic Poverty from Transient Poverty in Brazil: Developing a Model for Pseudo-Panel Data.** Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper36.pdf>. Consultado em:

PIÑERA, Sebastián. **Programa de gobierno para el cambio, el futuro y la esperanza. Chile 2010-2014.** Disponível em: http://www.minsejpres.gob.cl/wp-content/uploads/2011/01/Programa_de_Gobierno_2010.pdf. Consultado em:

POGGE, Thomas. **El primer objetivo de desarrollo de la ONU para el Milenio: ¿Un motivo de celebración?** Disponível em: http://cef.pucp.edu.pe/articulos/Pogge_objetivodesarrollo.pdf. Consultado em:

POGGI, Ambra. Does persistence of social exclusion exist in Spain? **Journal of Economic Inequality**, 5 (1), 2007, pp. 53-72

RAVALLION, Martin. **How Not to Count the Poor?** A Reply to Reddy and Pogge. Disponível em: <http://www.columbia.edu/~sr793/wbreply.pdf>. Consultado em:

RAVALLION, Martin. **How Not to Count the Poor?** A Reply to Reddy and Pogge. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTPOVRES/Resources/477227-1208265125344/HowNot_toCount_thePoor_Reply_toReddy_Pogge.pdf. Consultado em:

RAVALLION, Martin. **Poverty lines across the world.** *Policy Research Working Paper 5284.* Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/05434.pdf>. Consultado em:

REDDY, Sanjay; POGGE, Thomas. **How Not to Count the Poor.** (Version 3.0), mimeo, Barnard College, Nova York. Consultado em:

REDDY, Sanjay; POGGE, Thomas. **How Not to Count the Poor.** Disponível em: <http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>. Consultado em:

RIEGG CELLINI, Stephanie; MCKERNAN, Signe-Mary; RATCLIFFE, Caroline. The Dynamics of Poverty in the United States: A Review of Data, Methods, and Findings. **Journal of Policy Analysis and Management**, 27 (3), 2008, pp. 577-605

RUBIN, Donald. **Multiple imputation for non-response in surveys.** Nova YORK: Wiley, 1987.

SALEHI-ISFAHANI, Djavad. **Mobility and the dynamics of Poverty in Iran: What can we learn from the 1992-95 panel data?.** Disponível em: <http://www.econ.yale.edu/conference/neudc03/papers/2d-salehi-isfahani.pdf>. Consultado em:

SAULI, Hannele; TÖRMÄLEHTO, Veli-Matti. The distributional impact of imputed rent. En A. Atkinson y E. Marlier (Eds), *Income and living conditions in Europe*. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 155-177.

SCHAFER, Joseph. **Multiple Imputation**, a primer. Disponível em: <http://sites.stat.psu.edu/~jls/reprints/miprimer.pdf>. Consultado em:

SEN, Amartya. A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: A Reply to Professor Peter Townsend. **Oxford Economic Papers**, New Series, 37 4, 1985a, pp. 669-676.

SEN, Amartya. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures 1984. **The Journal of Philosophy**, 82 (4), 1985b, pp. 169-221.

SEN, Binayak. **Drivers of Escape and Descent**: Changing Household Fortunes in Rural Bangladesh. Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/PRCPB_WP_3.pdf. Consultado em:

SHARMA, Savita. Country Paper: Índia. **RETA 5917**. Manila; ADB, 2004.

SHORT, Kathleen; GARNER, Thesia; JOHNSON, David, et al.. Experimental Poverty Measures: 1990 to 1997. Disponível em: <http://www.census.gov/prod/99pubs/p60-205.pdf>. Consultado em:

SOMERS, Margaret; BLOCK, Fred. From Poverty to Perversity: Ideas, Markets, and Institutions over 200 Years of Welfare Debate. **American Sociological Review**, 70 (2), 2005, pp. 260-287.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (EUROSTAT) (2010). An assessment of survey errors in EU-SILC. **EUROSTAT Methodologies and Working papers**. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-10-021/EN/KS-RA-10-021-EN.PDF. Consultado em:

STEVENS, Ann Huff. Persistence in Poverty and Welfare. The Dynamics of Poverty Spells: Updating Bane and Ellwood. AEA Papers and Proceedings. **American Economic Review**, 84 (2), 1994, pp. 34-37.

STEVENS, Ann Huff. Climbing out of Poverty, Falling Back in: Measuring the Persistence of Poverty Over Multiple Spells. **The Journal of Human Resources**, 34 (3), 1999, pp. 557-588.

SUAREZ, Sergei. Metodologías para establecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **Texto para Discussão 1381**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1381.pdf. Consultado em:

SZÉKELY, Miguel; LUSTIG, Nora; CUMPA, Martin, et al.. Do We Know How Much Poverty There Is? Disponível em: <http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubWP-437.pdf>. Consultado em:

TILL, Matthias; EIFFE, Franz Eiffe. Progress of living conditions a dynamic model of material deprivation for a European society. Em ATKINSON, A.; MARLIER, E. (Eds), **Income and living conditions in Europe**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 241-261.

TOWNSEND, Peter. The Meaning of Poverty. **The British Journal of Sociology**, 13 (3), 1962, pp. 210-227.

TOWNSEND, Peter. **Poverty in the United Kingdom: a Survey of Household Resources and Standards of Living, 1967-1969**. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

TOWNSEND, Peter. A Sociological Approach to the Measurement of Poverty--A Rejoinder to Professor Amartya Sen. **Oxford Economic Papers, New Series**, 37 (4), 1985, pp. 659-668.

UNWIN, Tim. No End to Poverty. **Journal of Development Studies**, 43(5),2007, pp. 929-953.

VERMA, Vijay; BETTI, Gianni (2010). Data accuracy in EU-SILC. Em ATKINSON, A.; MARLIER, E. (Eds), **Income and living conditions in Europe**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 57-78.

VILLATORO, Pablo. Hacia la ampliación del segundo objetivo del milenio. Una propuesta para América Latina y el Caribe. **Serie Políticas Sociales 132**. Santiago de Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L.2712-P, 2007.

VILLATORO, Pablo; RIVERA, Elizabeth Rivera. La cohesión social en los países desarrollados: conceptos e indicadores. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 55**. Santiago de Chile, publicación de las Naciones Unidas, LC/L.2781-P, 2007.

VISARIA, Pravin. **Poverty in India during 1994-98**: alternative estimates. Nova Delhi: Institute for Economic Growth, 2000.

WALKER, Alan; WIGFIELD, Andrea. The social inclusion component of social quality. *EFSQ Working Paper*, Amsterdã, 2003.

WILSON, William. Studying inner-city dislocations; the challenge of public agenda research. **American Sociological Review**, 56, 1991, pp. 1-14.

WOLFF, Pascal; MONTAIGNE, Fabienne Montaigne; GONZÁLEZ, Gara (2010). Investing in statistics: eu-silc. Em ATKINSON, A. ; MARLIER, E. (Eds), **Income and living conditions in Europe**. Luxemburgo; União Europeia, 2010, pp. 37-56.

YAQUB, Shahin. Intertemporal Welfare Dynamics. **Background Paper for HDR 2001**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2001/papers/yaqub-1.pdf>. Consultado em:

Edições anteriores

- Nº. 01 **A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**
Rosa Maria Marques
- Nº. 02 **SUBNUTRIÇÃO E OBESIDADE EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**
Benjamin Caballero
- EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL COM A ESCALA DE PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR**
Rafael Pérez-Escamilla
- Suplemento TEXTOS PARA A V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Vários autores
- Nº. 03 **OS IMPACTOS DO PAA-LEITE SOBRE O PREÇO, A PRODUÇÃO E A RENDA DA PECUÁRIA LEITEIRA**
André Magalhães e Alfredo Soares
- Suplemento 01 CONTRIBUIÇÕES DO MDS À I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**
Vários autores
- Suplemento 02 CONTRIBUIÇÕES DO MDS À I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESSOA IDOSA**
Vários autores
- Nº. 04 **CHAMADA NUTRICIONAL: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO**
Vários autores
- Nº. 05 **SÍNTESE DAS PESQUISAS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MDS**
Rômulo Paes-Sousa e Jeni Váitsman (organizadores)
- Nº. 06 **HEALTH AND NUTRITION DAY: A NUTRITIONAL SURVEY OF CHILDREN LIVING IN THE SEMI-ARID AREA AND LAND-REFORM SETTLEMENTS IN NORTHEAST BRAZIL**
Versão revista em inglês do nº. 4
- Nº. 07 **PROGRAMA CISTERNAS: UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA, COBERTURA E FOCALIZAÇÃO**
Oscar Arruda d'Alva e Luís Otávio Pires Farias
- Nº. 08 **PROJETO AGENTE JOVEM: AVALIAÇÃO DE SEUS IMPACTOS**
André Augusto Pereira Brandão, Marco Aurélio Oliveira de Alcântara, Salete Da Dalt
- Nº. 09 **POLÍTICAS SOCIAIS E CHAMADA NUTRICIONAL QUILOMBOLA: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E SITUAÇÃO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS**
Vários autores
- Nº. 10 **POVOS INDÍGENAS: UM REGISTRO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Vários autores
- Nº. 11 **CAPACITAÇÃO DESCENTRALIZADA PARA GERENTES SOCIAIS: DESENHO E RESULTADOS**
Vários autores
- Nº. 12 **BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Vários autores
- Nº. 13 **SÍNTESE DAS PESQUISAS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MDS: 2006 – 2010**
Luziele Tapajós e Junia Valéria Quiroga da Cunha (organizadoras)
- Nº. 14 **REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: RESULTADOS DE AVALIAÇÕES**

Os *Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate* visam divulgar pesquisas, disseminar resultados e subsidiar discussões e avaliações acerca das políticas e programas sociais. Em sua décima quinta edição, intitulada “A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica”, é apresentado o fruto do acordo de cooperação técnica com a Cepal, IBGE e IPEA, firmado logo no início do Plano Brasil Sem Miséria. Este trabalho traz importante contribuição instrumental aos gestores de programas sociais, MDS, pesquisadores da temática, jornalistas e sociedade em geral, para discussão dos diferentes conceitos e indicadores de pobreza usados internacionalmente a partir de ampla revisão bibliográfica na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa.

O texto revela a diversidade de pontos de vista e a riqueza das discussões acadêmicas e governamentais sobre a magnitude e os arquétipos de pobreza. Nesse contexto, é discutida a efetividade dos Sistemas de Proteção Social e dos programas de transferência de renda na mitigação das situações de vulnerabilidade social.

